

ESTATÍSTICAS DO CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS

2 0 1 8

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda
Waldery Rodrigues Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Susana Cordeiro Guerra

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretoria de Geociências
João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Marise Maria Ferreira

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Cadastro e Classificações
Francisco de Souza Marta

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Cadastro e Classificações

Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2018



Rio de Janeiro
2020

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-65-87201-06-1

© IBGE. 2020

Capa

Helga Szpiz - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE

Estatísticas do cadastro central de empresas : 2018 / IBGE

Coordenação de Cadastro e Classificações. - Rio de Janeiro :
IBGE, 2020.

109 p.

Inclui bibliografia e glossário.

ISBN 978-65-87201-06-1

1. Economia. 2. Métodos estatísticos. 3. Empresas. 4. Aspectos Econômicos.
5. Brasil. I. IBGE. Coordenação de Cadastro e Classificações.

CDU 33:519.2

ECO

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
Notas técnicas	
Informações gerais	11
Critérios para incorporação de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	12
Critérios para seleção das unidades ativas	13
Critérios para atribuição de valores de pessoal ocupado e de salários pagos	13
Critérios para atribuição de valores de pessoal assalariado médio e de salário médio mensal	14
Procedimentos de crítica e qualidade	14
Âmbito	16
Classificação de atividades econômicas	16
Disseminação dos resultados	17
Análise dos resultados	
Cenário macroeconômico 2007-2018	23
Panorama geral	28
Atividades econômicas	29

Porte	33
Sexo e escolaridade do pessoal ocupado assalariado	36
Natureza jurídica	38
Análise regional	46
Evolução das informações no período de 2007 a 2018	50
Conclusões	64
Referências	69
Anexos	
1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações ...	77
2 - Tabela de Natureza Jurídica 2016	103
Glossário	105

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Lista

Siglas das Unidades da Federação

RO - Rondônia

AC - Acre

AM - Amazonas

RR - Roraima

PA - Pará

AP - Amapá

TO - Tocantins

MA - Maranhão

PI - Piauí

CE - Ceará

RN - Rio Grande do Norte

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

AL - Alagoas

SE - Sergipe

BA - Bahia

MG - Minas Gerais

ES - Espírito Santo

RJ - Rio de Janeiro

SP - São Paulo

PR - Paraná

SC - Santa Catarina

RS - Rio Grande do Sul

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

GO - Goiás

DF - Distrito Federal

Municípios das Capitais

Porto Velho/Rondônia
Rio Branco/Acre
Manaus/Amazonas
Boa Vista/Roraima
Belém/Pará
Macapá/Amapá
Palmas/Tocantins

São Luís/Maranhão
Teresina/Piauí
Fortaleza/Ceará
Natal/Rio Grande do Norte
João Pessoa/Paraíba
Recife/Pernambuco
Maceió/Alagoas
Aracaju/Sergipe
Salvador/Bahia

Belo Horizonte/Minas Gerais
Vitória/Espírito Santo
Rio de Janeiro/Rio de Janeiro
São Paulo/São Paulo

Curitiba/Paraná
Florianópolis/Santa Catarina
Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Campo Grande/Mato Grosso do Sul
Cuiabá/Mato Grosso
Goiânia/Goiás
Brasília/Distrito Federal

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga, na presente publicação, comentários analíticos sobre as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas relativas ao ano de 2018.

O Cadastro Central de Empresas - CEMPRES reune informações cadastrais e econômicas de empresas e outras organizações formalmente constituídas, e presentes no Território Nacional, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal, e suas respectivas unidades locais. A atualização desse Cadastro é realizada, anualmente, a partir das informações do IBGE provenientes das pesquisas anuais por empresas para as atividades de Indústria, Construção, Comércio e Serviços e do Sistema de Manutenção Cadastral do Cadastro Central de Empresas - SIMCAD, bem como de registros administrativos do Ministério do Trabalho, como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

Na presente publicação, constam informações das organizações formais ativas no País, como número total de empresas e outras organizações ativas; pessoal ocupado total; pessoal ocupado assalariado; salários e outras remunerações e salário médio mensal em 2018, segundo a atividade econômica, de acordo com Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0; porte, segundo faixas de pessoal ocupado total e distribuição geográfica.

A análise dos resultados apresenta o cenário macroeconômico em 2018, um panorama geral das empresas e outras organizações ativas e suas variáveis econômicas no ano e em comparação com o ano anterior, e a sua evolução no período de 2007 a 2018. As informações são apresentadas segundo atividade econômica, natureza jurídica,

porte e distribuição geográfica, destacando-se a participação do pessoal ocupado assalariado por sexo e nível de escolaridade.

As informações ora divulgadas também podem ser acessadas no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza ainda o plano tabular completo das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2018 em níveis detalhados da CNAE 2.0 e em diferentes níveis geográficos. Para os municípios com 50 mil habitantes ou mais, são divulgadas informações em nível de divisão da CNAE 2.0 e, para a totalidade dos municípios, consta, ainda, tabela com os números de empresas e outras organizações atuantes, unidades locais, pessoal ocupado total e assalariado, e salários e outras remunerações. Tabulações customizadas para todos os municípios e em todos os níveis da CNAE 2.0 podem ser realizadas no portal, no Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.

O IBGE e, em especial, a equipe da Coordenação de Cadastro e Classificações coloca-se à disposição para esclarecimentos e quaisquer outras formas de atendimento aos interessados.

Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretor de Pesquisas

Introdução

O modelo de produção de estatísticas por empresas do IBGE está estruturado a partir da realização de pesquisas periódicas por amostra probabilística sobre um universo definido a partir do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE. O Cadastro é, portanto, um elemento central na arquitetura do modelo. Para manutenção da qualidade de suas informações, desenvolve-se tratamento permanente de crítica, seja em relação aos dados, seja quanto à coerência de seu conteúdo, assim como homogeneização de conceitos e de classificação, a cada ano e ao longo do tempo, inclusive com críticas de qualidade quanto à compatibilização entre as diversas fontes.

Esse cuidado no tratamento da informação, associado à relevância dos dados disponíveis, em face de seus múltiplos usos, torna o Cadastro um importante acervo de dados sobre a atividade econômica do País, permitindo a divulgação, de forma periódica, das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas. A atualização do Cadastro é realizada, anualmente, a partir das informações do IBGE provenientes das pesquisas anuais por empresas nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços e do Sistema de Manutenção Cadastral do Cadastro Central de Empresas - SIMCAD, bem como de registros administrativos do Ministério do Trabalho, como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Suas estatísticas são referenciadas nos níveis mais desagregados das atividades constantes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, bem como em diferentes níveis geográficos, com disponibilidade, inclusive, para municípios.

A publicação apresenta **Notas técnicas** com informações básicas e metodológicas sobre as Estatísticas do CEMPRE, além de esclarecimentos sobre os tratamentos dos dados e a disseminação dos resultados, ao que segue uma breve **Análise dos resultados** contemplando os agregados. Os conceitos das variáveis utilizadas nas tabelas de resultados¹ podem ser encontrados no **Glossário**, e as descrições dos códigos de atividade econômica e de natureza jurídica, nos **Anexos** que complementam o presente volume.

¹ As tabelas de resultados são disponibilizadas apenas no portal do IBGE na Internet, na página das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html>>.

Notas técnicas

Informações gerais

O Cadastro Central de Empresas - CEMPRES do IBGE cobre o universo das organizações inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal, que, no ano de referência, declararam informações às pesquisas anuais por empresas do IBGE e/ou aos registros administrativos do Ministério do Trabalho. O CEMPRES abrange entidades empresariais, órgãos da administração pública e instituições privadas sem fins lucrativos.

A atualização dos dados cadastrais e econômicos do CEMPRES é realizada, anualmente, conjugando informações do IBGE provenientes das pesquisas anuais por empresas nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços e do Sistema de Manutenção Cadastral do Cadastro Central de Empresas - SIMCAD, bem como da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, ambos registros administrativos do Ministério do Trabalho².

Visando ao aprimoramento da qualidade das informações existentes no CEMPRES, em 2007 o IBGE deu início ao SIMCAD, que consiste em um sistema de entrevistas por telefone, assistidas por computador, denominado Computer Assisted Telephone Interview - CATI, para a verificação dos dados cadastrais das organizações e suas unidades locais existentes no CEMPRES e, principalmente, da classificação econômica atribuída pelo código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. O objetivo do Sistema é verificar informações

² O IBGE recebe, por meio de convênio com o Ministério do Trabalho, informações selecionadas da RAIS Estabelecimento, da RAIS Empregado e do CAGED.

oriundas de registros administrativos com suspeitas de erro de preenchimento pelos estabelecimentos declarantes.

Os principais dados cadastrais das empresas e outras organizações contidos no CEMPRES são: razão social, código da natureza jurídica, classificação da atividade econômica principal e ano de fundação, além de endereço completo e de nome fantasia para as unidades locais. O CEMPRES contém ainda informações econômicas, como pessoal ocupado total, assalariado e assalariado médio anual; salários e outras remunerações; e, para as empresas oriundas das pesquisas, existe também a informação de receitas bruta, líquida e de bens e serviços.

As pesquisas anuais por empresas nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, realizadas pelo IBGE, são amostrais com dois estratos, denominados certo e amostrado. No estrato certo, são pesquisadas censitariamente todas as empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas nas pesquisas de Comércio e de Serviços, e com 30 ou mais pessoas ocupadas nas pesquisas de Indústria e de Construção. As empresas abaixo desses cortes são pesquisadas com base em método de amostragem probabilística.

O CEMPRES é composto, atualmente, por cerca de 29,3 milhões de empresas e outras organizações formais e 31,4 milhões de unidades locais (endereço de atuação), sendo 91,5% entidades empresariais e os 8,5% restantes distribuídos entre órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos.

Para a divulgação das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2018, foram selecionadas somente as unidades ativas no ano de referência, com endereço de atuação no Brasil e com fundação até 31 de dezembro de 2018. Em virtude da não obrigatoriedade de preenchimento dos registros administrativos do Ministério do Trabalho, os Microempreendedores Individuais (MEI) são desconsiderados das estatísticas do Cadastro. Os critérios para seleção dessas unidades consideradas ativas em 2018 são descritos no tópico **Critérios para seleção das unidades ativas**.

Critérios para incorporação de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

Até o ano de referência 2008, o processo de apropriação dos registros da RAIS, do então Ministério do Trabalho e Previdência Social³, era feito a partir dos registros consolidados de unidades locais das empresas e outras organizações com seus respectivos valores de pessoal ocupado total e assalariado e salários pagos no ano. Esses valores eram recebidos pelo IBGE e apropriados ao CEMPRES sem a possibilidade de detalhamentos no que diz respeito à escolaridade, gênero, idade, data de admissão e desligamento de vínculos, entre outras variáveis relacionadas aos registros de vínculo empregatício individualizado.

A partir do ano de referência 2009, todo o processo de apropriação de registros da RAIS passou a ser feito com base nos registros individualizados dos empregados. Essa nova forma de apropriação de informações permitiu a obtenção de estatísticas mais detalhadas, como a desagregação do pessoal ocupado por gênero e escolaridade,

³ A partir de 2016, o Ministério do Trabalho e Previdência Social passou a ser denominado apenas Ministério do Trabalho.

de forma conjugada com informações obtidas nas pesquisas anuais por empresas realizadas pelo IBGE. Essa inclusão permite uma abordagem mais detalhada das características do vínculo empregatício formal no País a partir do CEMPRES. Além disso, em especial, esse novo processo de trabalho permitiu uma inclusão mais ampla de registros de vínculos da RAIS - Lote Complementar, que é basicamente composto por duas parcelas distintas: os registros de empresas e outras organizações e unidades locais que entregaram a RAIS após o prazo, e os registros daquelas que retificaram informações da RAIS após a entrega da primeira declaração.

Critérios para seleção das unidades ativas

A metodologia para identificação de unidades ativas foi completamente reformulada a partir da divulgação das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2007. Para considerar uma unidade ativa, adotou-se um conjunto de critérios que avaliam, de forma simultânea, as situações cadastrais das fontes de atualização no ano de referência, o número de pessoas assalariadas e o indicador de atividade da RAIS.

Sendo assim, para seleção das unidades ativas são consideradas as seguintes situações:

- Empresas e outras organizações provenientes da RAIS ou das pesquisas anuais por empresas do IBGE que tinham 5 ou mais pessoas ocupadas assalariadas em 31.12 do ano de referência, independentemente da sua situação cadastral ou de qualquer outra informação;
- Empresas e outras organizações com 0 a 4 pessoas ocupadas assalariadas, que se declararam como "em atividade"⁴ na RAIS no ano de referência e que não tinham nenhum indicativo de inatividade nas pesquisas anuais por empresas do IBGE; e
- Empresas e outras organizações que tiveram informação econômica nas pesquisas anuais por empresas do IBGE, independentemente da sua situação cadastral e condição de atividade informada na RAIS.

A redução no total de unidades ativas se deve à exclusão de unidades que não preencheram nenhum dos critérios de atividade no ano de referência.

Ressalta-se que esta mudança na metodologia de unidades ativas implantadas a partir da divulgação das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2007 teve como objetivo fornecer estatísticas mais precisas e próximas da realidade econômica do País.

Critérios para atribuição de valores de pessoal ocupado e de salários pagos

Quando uma mesma empresa ou organização é informante tanto do IBGE quanto da RAIS, os valores econômicos de pessoal ocupado e salários, relativos a ela como um todo, declarados à pesquisa do IBGE prevalecem sobre os da RAIS.

⁴ Na RAIS Estabelecimento, existe um campo em que o informante pode indicar se esteve ou não em atividade no ano.

Com o objetivo de tornar essas informações compatíveis com as das empresas e outras organizações investigadas pelas pesquisas do IBGE, implementou-se um procedimento de ajuste nos valores econômicos das unidades locais. Tal ajuste consiste em distribuir, proporcionalmente, os valores de pessoal ocupado total, pessoal assalariado e salários pagos, informados nas pesquisas anuais por empresas, entre suas unidades locais, obedecendo à distribuição dessas informações na RAIS. No caso daquelas com uma única unidade local, a atribuição do valor é imediata. Com esse procedimento, elimina-se a diferença, até então observada, entre os totais de unidades locais e de empresas e outras organizações, em função de estarem sendo computados a partir de fontes distintas.

Critérios para atribuição de valores de pessoal assalariado médio e de salário médio mensal

Esta publicação divulga informações econômicas de pessoal ocupado total e assalariado, total de salários e outras remunerações e salário médio mensal. A partir do ano de referência 2006, também foi implementada, no CEMPRE, a variável pessoal assalariado médio para o cálculo do salário médio mensal das empresas e outras organizações e unidades locais. Os seguintes critérios foram considerados na sua geração:

- Quando a empresa ou outra organização declarou somente a RAIS, o pessoal assalariado médio foi calculado a partir de informações provenientes da RAIS Empregado, que contém informações das datas de admissão e desligamento por vínculo empregatício. Quando a pessoa assalariada trabalhou durante todos os dias do ano na unidade, atribuiu-se peso 1; caso contrário, decidiu-se por determinar um peso proporcional ao número de dias trabalhados no ano. Para cada dia trabalhado, cada pessoa recebeu um peso equivalente a $\frac{1}{365}$, o que representa um peso de $\frac{1}{12}$ ao mês. Se ela trabalhou por seis meses, por exemplo, seu peso foi de 0,5. Para atribuir o pessoal assalariado médio de uma empresa ou outra organização ao longo do ano, considerou-se, portanto, o somatório dos pesos relacionados a todos os vínculos empregatícios existentes naquela unidade durante o ano; e
- Quando a empresa ou outra organização foi declarante das pesquisas anuais por empresas do IBGE, considerou-se o pessoal assalariado médio igual ao pessoal ocupado assalariado em 31.12 informado na pesquisa.

O salário médio mensal foi calculado, portanto, a partir da razão entre o total de salários e outras remunerações pagas no ano pelo pessoal assalariado médio, dividido por 13.

Procedimentos de crítica e qualidade

Conforme já mencionado, o CEMPRE utiliza três fontes básicas para sua atualização: as pesquisas anuais por empresas e o SIMCAD, do IBGE, e os registros administrativos (RAIS e CAGED) do Ministério do Trabalho. A apropriação desses dados não é direta, estando sujeita a diversos procedimentos de verificação, de modo a garantir sua qualidade, dentre os quais se destacam:

- Validação das informações econômicas de pessoal ocupado e salários, mediante críticas de dados agregados e de microdados, tomando por base informações de outras fontes, resultados de anos anteriores, bem como a verificação do *ranking* das maiores unidades de cada atividade para identificar eventuais erros de magnitude;
- Verificação das principais mudanças de atividade econômica, em relação ao ano anterior, de Unidade da Federação e de município, bem como grandes variações nos valores de pessoal ocupado e de salários;
- Identificação e confirmação da ausência de grandes unidades que faziam parte do universo do ano anterior e que deixaram de integrar as estatísticas do presente ano. Atenção especial é dada aos órgãos da administração pública (ministérios, governos estaduais, prefeituras etc.), que eventualmente ficam omissos com relação à declaração da RAIS e que, por esse critério, não integrariam o universo de referência. Para evitar que suas informações deixem de ser contempladas, afetando os resultados, pois, normalmente empregam uma quantidade significativa de pessoas, seus dados são imputados com base nos valores do ano anterior, uma vez que sua existência tenha sido averiguada;
- No que diz respeito ao SIMCAD, o mesmo enfoque dado ao painel referente a 2017 foi mantido para o ano de referência de 2018, composto em parte pelas unidades locais suspeitas de erro de preenchimento segundo crítica básica e, em parte, pelas unidades locais referentes às seguintes divisões da CNAE 2.0: *Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas* (82); *Atividades de atenção à saúde humana* (86) e *Outras Atividades de serviços* (94). Nos casos de empresas e outras organizações múltiplas, após a classificação de suas respectivas unidades locais, foi gerada uma nova classificação de atividade para a empresa a partir de um algoritmo de classificação. Foram investigadas, aproximadamente, 9 mil unidades locais;
- Para as empresas e outras organizações que não foram selecionadas para as amostras das pesquisas anuais por empresas e para o painel do SIMCAD, adotou-se a crítica/imputação do código de atividade econômica das empresas e outras organizações e unidades locais, considerando-se a busca por palavras-chave no conteúdo da razão social e/ou nome fantasia, a natureza jurídica e o pessoal ocupado. Para os órgãos da administração pública, compreendidos pelo código de natureza jurídica iniciado por 1, a crítica ocorreu, principalmente, no nível de divisão da CNAE 2.0: *Eletricidade, gás e outras utilidades* (35); *Captação, tratamento e distribuição de água* (36); *Administração pública, defesa e seguridade social* (84); *Educação* (85); *Atividades de atenção à saúde humana* (86); *Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares* (87); e *Serviços de assistência social sem alojamento* (88). Para as entidades empresariais, compreendidas pelo código de natureza jurídica iniciado por 2, a crítica ocorreu, principalmente, no nível de seção da CNAE 2.0: *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (K); *Atividades imobiliárias* (L); *Atividades profissionais, científicas e técnicas* (M); *Educação* (P); e *Saúde humana e serviços sociais* (Q). No nível de divisão da CNAE 2.0, os ajustes ocorreram no *Comércio varejista* (47). Para as entidades sem fins lucrativos, compreendidas pelo código

de natureza jurídica iniciado por 3, os ajustes ocorreram, principalmente, no nível de seção da CNAE 2.0: *Educação (P)*; *Saúde humana e serviços sociais (Q)*; e *Artes, cultura, esporte e recreação (R)*. No nível de divisão da CNAE 2.0, os ajustes ocorreram em: *Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria (69)*; *Serviços para edifícios e atividades paisagística (81)*; e, principalmente, *Atividades de organizações associativas (94)*. Cerca de 20,0 mil empresas e outras organizações e 25,5 mil unidades locais tiveram a sua atividade econômica verificada e/ou corrigida.

Tendo em vista os processos anteriormente descritos e as atualizações provenientes das pesquisas por empresas, foram atualizadas cerca de 386,5 mil unidades locais que correspondiam a 362,8 mil empresas e outras organizações referentes ao ano de 2018.

Âmbito

O CEMPRE engloba registros de pessoas jurídicas inscritas no CNPJ, independentemente da atividade econômica⁵ exercida ou da natureza jurídica. Dessa forma, as informações desta publicação referem-se tanto a entidades empresariais como a órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos, aqui representadas pela denominação organização.

Foram consideradas empresas as pessoas jurídicas classificadas com natureza jurídica⁶ de entidades empresariais (código de natureza jurídica iniciado por 2) e de pessoas físicas com CNPJ (código de natureza jurídica iniciado por 4), excetuando-se as empresas registradas como Microempreendedores Individuais - MEI. Como entidades sem fins lucrativos, constam as entidades sem fins lucrativos (código de natureza jurídica iniciado por 3) e as organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais (código de natureza jurídica iniciado por 5).

Para fins de publicação, foram consideradas as informações das empresas e outras organizações e suas respectivas unidades locais ativas estabelecidas no País. As estabelecidas fora do País são excluídas, assim como aquelas cujo registro formal de fundação tenha sido feito após 31 de dezembro de 2018.

Classificação de atividades econômicas

As empresas e outras organizações e suas respectivas unidades locais que compõem o CEMPRE estão classificadas segundo a principal atividade econômica desenvolvida, de acordo com os códigos da CNAE 2.0.

Em 2007, com o objetivo de manter a comparabilidade internacional, bem como de dotar o País com uma classificação de atividades econômicas atualizada com as mudanças no sistema produtivo das empresas e outras organizações, passou a vigorar

⁵ Exceto os serviços domésticos das unidades domiciliares que estão compreendidos pela seção T – Serviços domésticos, da CNAE 2.0.

⁶ A estrutura detalhada dos códigos de natureza jurídica consta do Anexo 2. Para informações complementares, consultar a Tabela de Natureza Jurídica 2016, organizada no âmbito da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, por meio da Resolução CONCLA n. 1, de 28.04.2016, publicada no Diário Oficial da União, em 02.05.2016, no endereço: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/organizacao-juridica>>.

a versão 2.0 da CNAE⁷. Essa nova versão é resultado de um amplo processo de revisão baseado nas mudanças introduzidas na revisão 4 da Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIIU (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC), sendo aprovada pela Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, por meio da Resolução Concla n. 1, de 04.09.2006, publicada no Diário Oficial da União, em 05.09.2006.

A metodologia utilizada para a atribuição da classificação de atividade principal no CEMPRES segue a seguinte ordem:

- Para as organizações especiais, como as prefeituras municipais, órgãos da administração pública e algumas empresas públicas, por meio do acompanhamento da classificação ano a ano, a classificação econômica é atribuída pela Coordenação de Cadastro e Classificações;
- Para as empresas e unidades locais selecionadas nas pesquisas anuais nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços do IBGE, a classificação econômica é atribuída pela pesquisa;
- Para as empresas e outras organizações que foram selecionadas para compor o painel de pesquisa do SIMCAD devido a suspeitas de erro de preenchimento do registro administrativo, a classificação econômica é atribuída pelo SIMCAD;
- Caso a empresa ou organização não tenha sido investigada pelas pesquisas do IBGE no ano de referência, é mantida a classificação mais recente atribuída pelas pesquisas anuais por empresas ou pelo SIMCAD nos últimos três anos, independentemente da classificação existente no registro administrativo;
- No caso de empresas e outras organizações que possuam mais de um registro no ano de referência, as informações das pesquisas anuais por empresas do IBGE ou do SIMCAD têm precedência sobre as informações do registro administrativo; e
- No caso de não existirem informações nas pesquisas anuais por empresas do IBGE ou do SIMCAD, permanece a classificação econômica proveniente do registro administrativo do ano de 2018.

Disseminação dos resultados

Os comentários analíticos são apresentados em publicação impressa, que pode ser acessada também na página das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, no portal do IBGE na Internet.

Os resultados estão organizados em 40 tabelas, disponibilizadas apenas no portal. Os Quadros 1 e 2, constantes nas **Notas técnicas** do presente volume, especificam o conteúdo de cada tabela e servem como um guia de consulta para o usuário, facilitando sua busca.

⁷ Para conhecer as regras da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, nas versões 1.0 e 2.0, bem como sua interpretação e estrutura de códigos, consultar a página de classificações estatísticas no endereço: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes>>.

O plano tabular completo também está disponibilizado no Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, no endereço <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, possibilitando a elaboração de tabelas nos agregados de interesse.

O confronto dos resultados divulgados com outras informações publicadas pelo IBGE deve levar em consideração o ano de referência das bases de dados em que as pesquisas se apoiam, a cobertura de cada uma das pesquisas envolvidas, a sua unidade de investigação e os conceitos implícitos na descrição de cada variável.

As solicitações de tabulações especiais e dúvidas relacionadas a aspectos metodológicos devem ser enviadas para o *e-mail* <ibge@ibge.gov.br>, endereçado à Coordenação de Cadastro e Classificações, da Diretoria de Pesquisas.

Quadro 1 - Apresentação das tabelas de empresas e outras organizações, segundo o conteúdo - 2018

Conteúdo	Numeração das tabelas											
	1	1.1 a 1.5	2	2.1 a 2.5	3	4	5	6	7	8	8.1 a 8.5	8.6
Unidades de referência												
Empresas e outras organizações	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
Empresas								<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Variáveis												
Número de empresas e outras organizações	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
Número de empresas								<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Unidades locais das empresas												<input type="checkbox"/>
Pessoal ocupado total	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>									
Pessoal ocupado assalariado	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Pessoal ocupado assalariado por sexo	<input type="checkbox"/>											
Pessoal ocupado assalariado por escolaridade	<input type="checkbox"/>											
Pessoal assalariado médio	<input type="checkbox"/>											
Pessoal assalariado médio por sexo	<input type="checkbox"/>											
Pessoal assalariado médio por escolaridade	<input type="checkbox"/>											
Salários e outras remunerações	<input type="checkbox"/>					<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Salários e outras remunerações por sexo	<input type="checkbox"/>											
Salários e outras remunerações por escolaridade	<input type="checkbox"/>											
Salário médio mensal	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>									
Salário médio mensal por sexo	<input type="checkbox"/>											
Salário médio mensal por escolaridade	<input type="checkbox"/>											
Índices de concentração econômica								<input type="checkbox"/>				
Diversificação espacial e de atividades									<input type="checkbox"/>			
Níveis de agregação												
Faixas de pessoal ocupado total	<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
Natureza jurídica										<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Períodos de ano de fundação						<input type="checkbox"/>						
Regional												
Brasil	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>					
Grandes Regiões		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>							<input type="checkbox"/>	
Classificação de atividades econômicas												
Total geral	<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					
Total por seção	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>									
Total por divisão			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>
Totais por grupo			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>
Totais por classe							<input type="checkbox"/>					

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018.

Quadro 2 - Apresentação das tabelas de unidade local, segundo o conteúdo - 2018

Conteúdo	Numeração das tabelas											
	9	9.1 a 9.5	9.6	10	10.1	11	11.1	11.2	12	12.1	13	14
Unidades de referência												
Unidades locais das empresas e outras organizações	<input type="checkbox"/>											
Variáveis												
Número de unidades locais	<input type="checkbox"/>											
Pessoal ocupado total	<input type="checkbox"/>											
Pessoal ocupado assalariado	<input type="checkbox"/>											
Pessoal assalariado médio	<input type="checkbox"/>											
Salários e outras remunerações	<input type="checkbox"/>											
Salário médio mensal	<input type="checkbox"/>											
Número de empresas e outras organizações atuantes											<input type="checkbox"/>	
Níveis de agregação												
Faixas de pessoal ocupado total	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Regional												
Brasil	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>						
Grandes Regiões		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>							
Unidades da Federação				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>	
Municípios das Capitais									<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Municípios											<input type="checkbox"/>	
Municípios com 50.000 habitantes ou mais												<input type="checkbox"/>
Classificação de atividades econômicas												
Total geral	<input type="checkbox"/>											
Total por seção	<input type="checkbox"/>											
Total por divisão			<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
Totais por grupo			<input type="checkbox"/>									

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018.

Regras de arredondamento

Tendo em vista que as informações de salários e outras remunerações estão tabuladas em mil reais (R\$ 1 000), para cada linha das tabelas de resultados, as informações foram somadas, dividindo-se os valores por 1 000 somente no momento da totalização desta linha para esta variável. O arredondamento, após a divisão, foi feito aumentando-se de uma unidade a parte inteira do total da variável, quando a parte decimal era igual ou superior a 0,5. Por esse motivo, podem ocorrer pequenas diferenças de arredondamento entre os totais apresentados e a soma das parcelas em uma mesma tabela.

Regras de desidentificação

Considera-se que há risco de identificação do informante quando o número de unidades, para o nível de agregação tabulado, for igual ou inferior a dois. Neste caso, os dados não podem ser divulgados.

Devido à legislação que assegura o sigilo das informações estatísticas, foram adotadas regras para evitar a identificação dos informantes a partir dos dados divulgados. A regra básica consiste em desidentificar, no mesmo nível de subtotalização ou totalização, as colunas para as quais se tenham informações relativas a apenas uma ou duas unidades econômicas. Tal procedimento consistiu em aplicar um (x) na célula correspondente ao valor a ser omitido, nas variáveis pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado e salários e outras remunerações, preservando-se os valores referentes ao número de unidades (empresas e outras organizações e unidades locais) que não sofreram desidentificação.

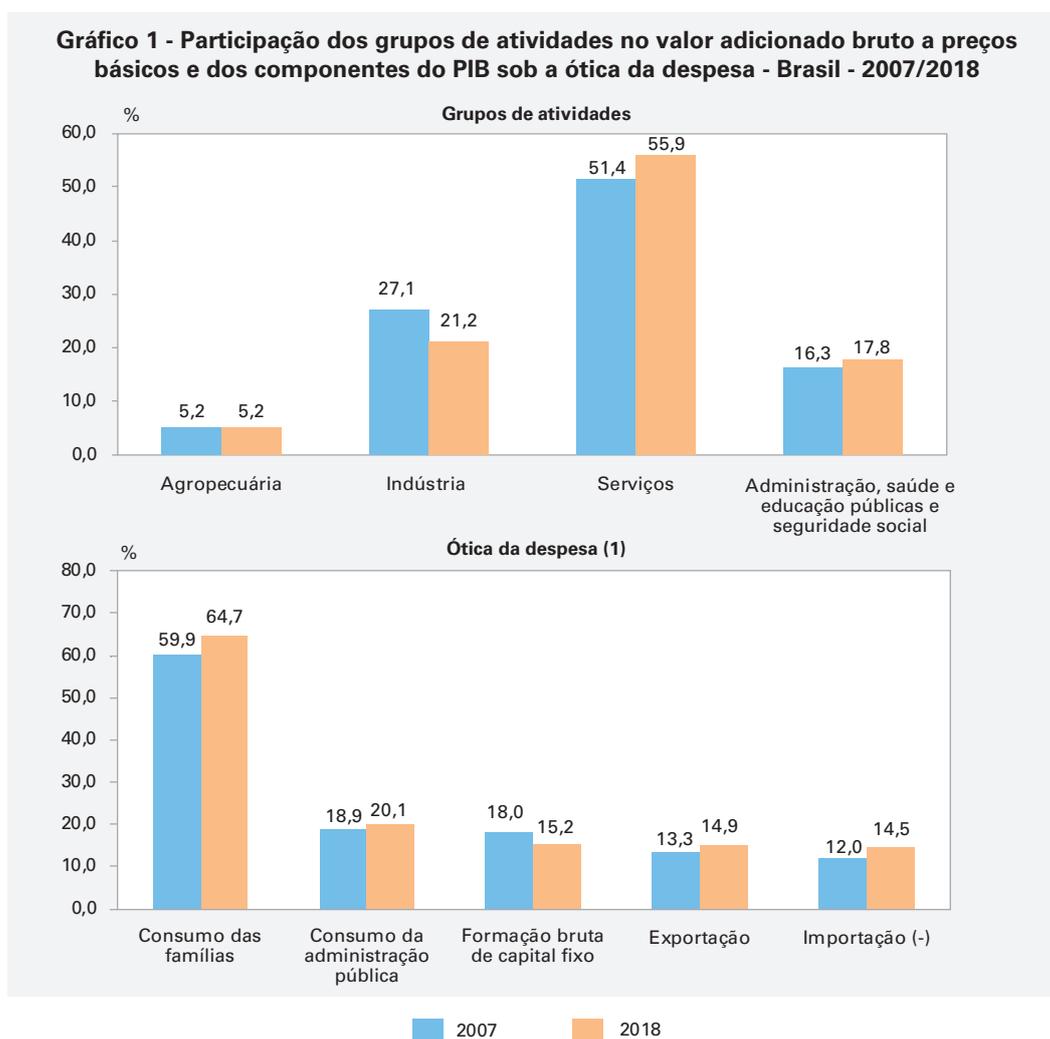
Em alguns casos, pode ocorrer omissão de informação referente a um conjunto maior de unidades, visando a preservar possíveis identificações por meio de diferenças entre os níveis de totalização das tabelas.

Análise dos resultados

Cenário macroeconômico 2007-2018

O período da análise refere-se a 2007-2018 tendo em vista a disponibilidade das séries estatísticas do CEMPRE⁸. Neste período, a economia brasileira apresentou significativas mudanças estruturais. Uma das mais importantes ocorreu na estrutura produtiva do país que aprofundou o processo de desindustrialização, verificado na redução da participação da indústria no valor adicionado de 27,1%, em 2007, para 21,2%, em 2018, e aumento da participação de Serviços, de 51,4% para 55,9% e manutenção da Agropecuária em 5,2%, conforme o Gráfico 1. Do lado da demanda, observa-se o incremento do Consumo das famílias, de 59,9% para 64,7%, assim como das Exportações, de 13,3% para 14,9% (o país se consolidou, no cenário externo, como exportador de produtos primários) e das Importações, de 12,0% para 14,5%, enquanto houve redução da Formação bruta de capital fixo, 18,0% para 15,2%.

⁸ Adotou-se a atual Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0, a partir de 2007, nas estatísticas por empresas do IBGE.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais Trimestrais 2007/2018.
 (1) Os percentuais pela Ótica da despesa não somam 100%, pois para essa apresentação não foi considerada a variável Variação de estoques.

Essas mudanças estruturais resultaram de taxas de variação diferenciadas dos componentes do Produto Interno Bruto – PIB⁹. A variação anual média do período 2007 a 2018 do PIB foi 1,6% (Tabela 1). Por atividade econômica, observou-se um pequeno crescimento pelo conjunto da *Indústria* (0,2%) influenciado pelo aumento das *Indústrias extrativas* (3,0%), de *Eletricidade, gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos* (2,3%) e de *Construção* (0,3%), muito embora as *Indústrias de transformação* tenham reduzido em 0,8%, em um processo denominado desindustrialização¹⁰. O setor de *Serviços* cresceu 1,8%, principalmente em *Informação e comunicação* (3,3%) e *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (3,0%). Destacou-se também o crescimento anual médio da *Agropecuária*, em 3,1%, na maior parte do período beneficiada pelo crescimento econômico em outros países (REAL..., 2020) e pelo aumento do nível de preços dos produtos básicos (IMF..., 2020).

⁹ Neste ponto, relembra-se que o período de 12 anos (2007 a 2018) possui 11 taxas anuais de variação (iniciando-se a variação com referência aos anos 2008 e 2007).

¹⁰ Conceitualmente, desindustrialização se refere à “situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente” (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Pelo lado da demanda, o Consumo das famílias cresceu 2,5%, o Consumo da administração pública, 1,3%, Formação bruta de capital fixo - FBCF, 0,7%, a Exportação, 2,2%, e a Importação, 3,6%, esta última em grande medida realizada pela *Indústria de transformação*. O PIB *per capita* registrou aumento de 0,7% e o salário mínimo, de 8,9%, portanto, acima da variação anual média da inflação medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC (5,8%).

Tabela 1 - Variação anual média em volume do valor adicionado bruto a preços básicos segundo grupos de atividade, do Produto interno bruto segundo a ótica da demanda, do PIB per capita, salário médio e INPC - Brasil - 2007-2018

Grupos de atividade	Variação anual média em volume do valor adicionado bruto a preços básicos (%)				
	2007/ 2018	2007/ 2011	2011/ 2014	2014/ 2017	2017/2018
PIB a preços de mercado	1,6	4,1	1,8	(-) 1,9	1,3
Grupo de atividades					
Agropecuária	3,1	3,5	2,6	3,8	1,4
Indústria	0,2	3,3	(-) 0,0	(-) 3,7	0,5
Indústria extrativas	3,0	4,9	1,2	3,1	0,8
Indústria de transformação	(-) 0,8	1,3	(-) 1,4	(-) 3,8	1,5
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos	2,3	3,8	0,1	2,3	2,6
Construção	0,3	8,3	1,8	(-) 9,4	(-) 3,8
Serviços	1,8	4,0	2,2	(-) 1,4	1,5
Comércio	1,1	4,0	2,1	(-) 4,0	2,5
Transporte, armazenagem e correio	1,5	4,5	2,0	(-) 3,0	2,2
Informação e comunicação	3,3	5,4	5,4	(-) 0,5	0,9
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,0	9,3	0,9	(-) 1,9	0,0
Atividades imobiliárias	2,4	2,8	3,6	0,4	3,2
Outras atividades de serviços	1,8	3,9	2,4	(-) 1,4	1,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	1,1	2,0	1,2	0,2	0,3
Ótica da despesa					
Despesa de consumo das famílias	2,5	5,5	3,1	(-) 1,7	2,1
Despesa de consumo da administração pública	1,3	2,7	1,5	(-) 0,6	0,4
Formação bruta de capital fixo	0,7	8,5	0,7	(-) 9,7	3,9
Exportação de bens e serviços	2,2	1,6	0,3	4,2	4,0
Importação de bens e serviços (-)	3,6	12,1	1,8	(-) 6,4	8,3
PIB <i>per capita</i>	0,7	3,1	0,9	(-) 2,7	0,5
Salário mínimo	8,9	12,5	10,0	9,1	1,8
INPC	5,8	5,8	6,0	6,6	3,4

Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais Trimestrais 2007-2018; Coordenação de Índices de Preços, Sistema Nacional de Índices de Preços 2007-2018; 2. Salário mínimo. In: PORTAL Brasil. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>. Acesso: maio 2020.; 3. Sistema de contas nacionais: Brasil 2010-2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Tabelas completas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: maio 2020. 4. União Europeia. Regulamento (UE) n. 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013 relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia, Luxembourg. L 174/1, 26 jun. 2013. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:174:0001:0727:PT:PDF>. Acesso em: maio 2020.

Nota: Média geométrica.

A economia brasileira, no período em análise, passou por importantes ciclos. Os anos entre 2007 e 2011 compreenderam período da crise econômica internacional (final de 2007 e início de 2008), da implementação de medidas para sua gestão e busca de superação pelos países e da alta de preços das *commodities* no mercado internacional. Entre 2011 e 2014, tem-se um conjunto de medidas na área econômica no Brasil a fim de reverter a desaceleração econômica. De 2014 a 2017, observou-se um período de variação negativa, seguido por baixo crescimento. (OREIRO, 2017) O ano de 2018 em relação a 2017 foi destacado, pois é a referência para comentários das estatísticas apresentadas nesta publicação.

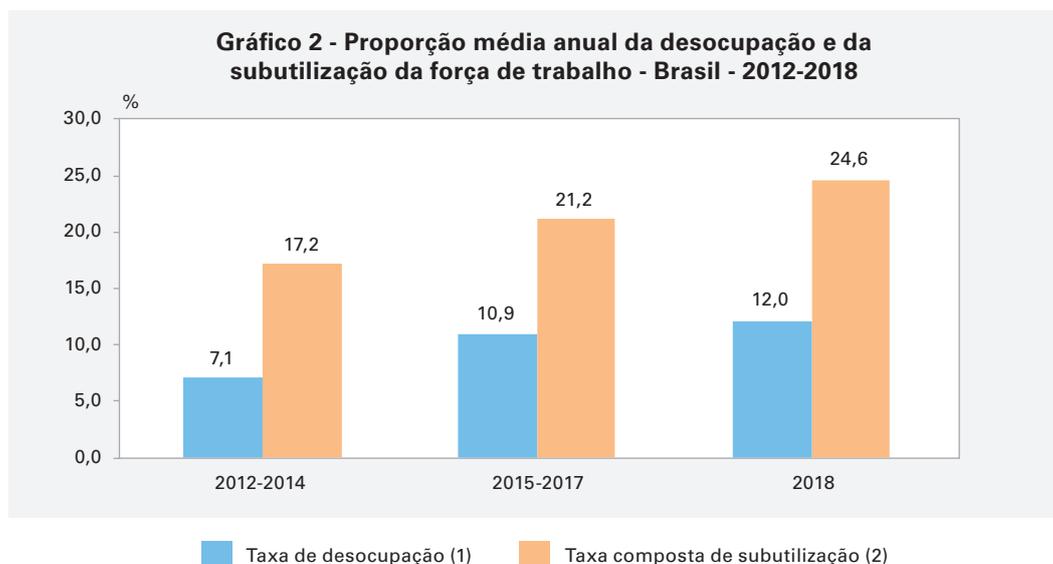
A variação anual média do PIB entre os anos 2007 e 2011 foi 4,1%. Dentre as atividades de *Serviços*, destacaram-se *Informação e comunicação* (5,4%) e *Atividades financeiras, de seguros e atividades correlacionadas* (9,3%). Entre os componentes do PIB pelo lado da demanda, ressaltou-se a expansão de 8,5% da Formação bruta de capital fixo. Relacionou-se a esse crescimento a dinâmica da *Indústria extrativa* (4,9%), em contrapartida a evolução da *Indústria de transformação* (1,3%) (CARTA IEDI, 2012), e da *Construção* (8,3%) (PESQUISA ANUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO 2011, 2013). No período, o PIB *per capita* ampliou em 3,1%, o salário mínimo, 12,5% e o INPC, 5,8%. Nesse contexto, o mercado de trabalho brasileiro apresentou incremento da ocupação, sobretudo do emprego formal (PESQUISA..., 2013), e aumento dos rendimentos do trabalho (INDICADORES IBGE, 2016), tendo em vista a política de valorização do salário mínimo (VALOR..., 2018).

No período 2011 a 2014¹¹, verificou-se desaceleração da economia (1,8%). A *Agropecuária* registrou expansão média de 2,6%. A *Indústria*, no total, manteve-se estável com redução de 1,4% da *Indústria de transformação*, desaceleração da *Indústria extrativa* (1,2%) e da *Construção* (1,8%). Dentre os serviços, *Informação e comunicação* e *Atividades imobiliárias* alcançaram as maiores variações anuais médias, 5,4% e 3,6%, respectivamente. O *Comércio*, que possui significativo peso na estrutura produtiva do Brasil, obteve variação de 2,1%, portanto, acima da média do PIB.

Na evolução dos componentes do PIB pela ótica da demanda, a maior taxa de variação observada foi a do Consumo das famílias (3,1%), alimentado pelo aquecimento do mercado de trabalho até 2014 e pelas políticas de transferência de renda (DENES; KOMATSU; MENEZES-FILHO, 2018). Em contrapartida, a evolução da FBCF (0,7%) foi marcada pela desaceleração da *Construção* e da demanda interna por bens destinados à FBCF (AFONSO; FAJARDO, 2015). A inflação permaneceu, em média anual, no patamar de 6,0% e o salário mínimo registrou alta de 10,0%¹². Os primeiros resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, foram publicados em 2012 e, no período, a taxa anual média registrou 7,1% de desocupação da força de trabalho e 17,2% de subutilização, segundo o IBGE (SISTEMA..., 2019), conforme Gráfico 2.

¹¹ Esse período, a economia contou com a política de desoneração implantada pela Lei n. 12.546, de 04.12.2011 (BRASIL, 2011b). Essa política fez parte de um conjunto de ações do Governo Federal para tentar estimular a economia no contexto pós-crise de 2008-2009, estabelecendo uma mudança na forma de recolhimento da contribuição patronal incidente sobre a folha de salários de alguns setores. (PORSSE; CARVALHO, 2019) Outro evento importante foi a realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol em 2014 que impulsionou um conjunto de projetos de infraestrutura urbana (PRONI; SILVA, 2012).

¹² No período de 2011 a 2019, o salário mínimo foi corrigido pela inflação, medida pelo INPC do ano anterior, mais a variação do PIB de dois anos anteriores, com o objetivo de garantir um ganho real. De 2011 a 2015, o salário mínimo brasileiro foi reajustado com base na Lei n. 12.382, de 25.02.2011 (BRASIL, 2011a); entre 2016 e 2019, com base na Lei n. 13.152, de 29.07.2015 (BRASIL, 2015; BATISTA, 2015).



Fonte: Síntese de indicadores sociais 2019: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 40). tab. 1.1. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2019/xls/1Trabalho_xls.zip. Acesso em: maio 2020.

Notas: 1. Média aritmética.

2. Consolidado da primeira entrevista.

(1) Refere-se à proporção dos desocupados e as pessoas na força de trabalho. (2) É a proporção da soma dos desocupados, subocupados por insuficiência de horas e da força de trabalho em potência em relação a força de trabalho ampliada (força de trabalho + força de trabalho potencial).

A média da taxa de variação anual real do PIB entre 2014 e 2017¹³ foi -1,9%, de acordo com a Tabela 1, contribuindo para esse resultado a retração do *Comércio* em 4,0%, da *Construção* em 9,4% e da *Indústria de transformação* em 3,8%, apesar do efeito positivo da *Exportação* (4,2%)¹⁴. Nesse período, a *Agropecuária* alcançou aumento médio de 3,8%.

Do lado da demanda, o componente com maior retração foi a FBCF (-9,7%), refletindo a trajetória de seus principais elementos, tanto em Máquinas e equipamentos quanto em Construção (INDICADORES IBGE, 2018, p.17). No primeiro trimestre de 2015, houve uma quebra estrutural no comportamento do Consumo das famílias, encerrando um longo ciclo de crescimento no qual essa variável e o mercado interno assumiram um papel de destaque. A inflação chegou a 6,6%¹⁵, o salário mínimo cresceu 9,1%, e o PIB *per capita* reduziu 2,7%. A recessão de 2015-2016 e o ritmo lento do crescimento econômico em 2017 explicaram o comportamento de grande parte dos indicadores relacionados ao mundo do trabalho (Gráfico 2). A partir de 2015, há uma inflexão na estrutura do mercado de trabalho Brasil com aumento da desocupação e da subutilização da força de trabalho (SÍNTESE..., 2019, p. 18, 35). As taxas de deso-

¹³ Em 2016, foram realizados os Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro (ROCHA, 2017).

¹⁴ A recuperação das exportações de produtos básicos foi influenciada principalmente pelas exportações de soja em grão, minério de ferro e petróleo em bruto (CARTA DE CONJUNTURA 2018, p.11-16).

¹⁵ Em 2015, ocorreu uma aceleração, e a taxa de inflação alcançou 11,3%, constituindo-se como a mais elevada da série histórica dos 13 anos anteriores (INDICADORES IBGE, 2016, p. 19). Nos anos seguintes, a inflação recuou de 6,6%, observada em 2016, para 2,1% em 2017, sendo este último índice o de menor nível na análise do período de 2007 a 2017. Tanto a taxa registrada em 2015 quanto as variações subsequentes tiveram como maior contribuição a variação de alimentos (CADASTRO..., 2019)..

cupação e de subutilização se elevaram no período - respectivamente, 10,9% e 21,2%, em média – em relação aos resultados alcançados entre 2012 e 2014.

Em 2018, o cenário manteve-se estável em relação a 2017, registrando baixo crescimento após período de desaceleração e recessão. O PIB atingiu R\$ 6,9 trilhões, em termos nominais (INDICADORES IBGE, 2019), e obteve crescimento real de 1,3%. Em decorrência desse crescimento, o PIB *per capita* inteirou o valor de R\$ 33 042 (em valores correntes) com aumento real anual de 0,5%. Constatou-se a recuperação da Exportação, concentrada em produtos primários, com baixa intensidade tecnológica, que cresceram 4,0% em função da expansão da comercialização de óleos brutos de petróleo, soja (em grão, triturada, em farelo e resíduos) e celulose. O Consumo das famílias variou 2,1% e o da Administração pública 0,4%.

Verificou-se, ainda, para esse período, queda da inflação de 3,4%, acumulada no ano, e ampliação da desocupação de 12,0% da força de trabalho (12,6 milhões de pessoas) e da subutilização de 24,6% (INDICADORES..., 2019), correspondendo a 27,8 milhões de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho em potencial (PESQUISA..., 2016).

Nesse ano, avaliaram-se os primeiros desdobramentos das medidas tomadas com a Reforma trabalhista promulgada no final de 2017 sobre a dinâmica do mercado de trabalho (REFORMA..., 2018). Essa Reforma compreendeu a desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro. Em 2018, a desocupação manteve-se em 12,0% e a subutilização em 24,6% (Gráfico 2). O salário mínimo médio mensal foi R\$ 954,00, com crescimento médio anual de 1,8%, abaixo, portanto, da variação anual média do INPC de 3,4%.

Em suma, o cenário macroeconômico de 2018 em comparação ao de 2017 decorreu, principalmente, do desempenho da *Agropecuária*, assim como refletiu a recuperação, em certa medida, da demanda externa de *commodities*. A inflação, por sua vez, apresentou uma trajetória de desaceleração acentuada. O mercado de trabalho manteve o alto nível de desemprego e o crescimento da informalidade (SÍNTESE..., 2019, p. 38-41).

Panorama geral

O Cadastro Central de Empresas - CEMPRE continha 4,9 milhões de empresas e outras organizações formais ativas no ano de referência de 2018, que ocuparam, em 31 de dezembro, 52,2 milhões de pessoas, sendo 45,5 milhões (87,0%) como pessoal ocupado assalariado e 6,8 milhões (13,0%) na condição de sócio ou proprietário, como pode ser observado na Tabela 2. Os salários e outras remunerações pagos totalizaram R\$ 1,8 trilhão. O salário médio mensal¹⁶ foi R\$ 2 952,87, equivalente a 3,1 salários mínimos¹⁷.

Na comparação com o ano anterior, houve redução do total de empresas e outras organizações ativas, que recuou 1,8%, representando 91,2 mil dessas unidades. O pessoal ocupado total teve aumento de 0,5%, ou seja, cerca de 278,3 mil pessoas, sendo que o pessoal ocupado assalariado cresceu 0,9% (386,0 mil pessoas), porém os sócios e proprietários diminuíram 1,6% (107,6 mil pessoas). O total de salários e outras remunerações subiu 0,7%, e o salário médio mensal, 0,2%, em termos reais¹⁸.

¹⁶ Para o cálculo do salário médio mensal, foi utilizado o pessoal assalariado médio. Para esclarecimentos, ver tópico Critérios para atribuição de valores de pessoal assalariado médio e de salário médio mensal na seção Notas técnicas.

¹⁷ O salário mínimo médio mensal no ano de 2018 foi R\$ 954,00. Neste texto, o termo salário mínimo médio mensal será denominado simplesmente salário mínimo.

¹⁸ Utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, como deflator do salário médio mensal do ano de 2017, tendo como referência o ano de 2018.

Tabela 2 - Variação relativa de empresas e outras organizações, pessoal ocupado total, salários e outras remunerações e salário médio mensal - Brasil - 2017-2018

Variáveis	2017	2018	Variação relativa (%)
Empresas e outras organizações	5 029 109	4 937 861	(-) 1,8
Pessoal ocupado total	51 939 251	52 217 587	0,5
Pessoal ocupado assalariado	45 070 312	45 456 277	0,9
Sócios e proprietários	6 868 939	6 761 310	(-) 1,6
Salários e outras remunerações (1 000 R\$) (1)	1 742 772 963	1 754 586 913	0,7
Salário médio mensal (R\$) (1)	2 946,59	2 952,87	0,2
Salário médio mensal (salários mínimos)	3,0	3,1	3,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2017-2018.

(1) Utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, como deflator do salário médio mensal do ano de 2017, tendo como referência o ano de 2018.

Atividades econômicas

Para classificar a atividade econômica principal desenvolvida pelas empresas e outras organizações, o CEMPRE utiliza a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0¹⁹. A Tabela 3 apresenta o número de empresas e outras organizações, pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado, bem como os salários e outras remunerações, segundo as seções da CNAE 2.0 em 2018²⁰.

A seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* possui as maiores participações em três das quatro variáveis analisadas: número de empresas e outras organizações (36,3%), pessoal ocupado total (21,6%) e pessoal ocupado assalariado (19,4%), enquanto, em salários e outras remunerações, ficou na terceira colocação (12,6%). Ressalta-se que esta seção figura, desde 2010, como a que concentra a maior parte do pessoal ocupado assalariado, com 8,8 milhões de pessoas em 2018.

A seção *Indústrias de transformação* figurou na segunda colocação em pessoal ocupado total (14,9%) e salários e outras remunerações (16,5%) e, na terceira posição, em número de empresas (7,8%) e pessoal ocupado assalariado (15,9%). Na estatística de *ranking*, até 2014, esta seção ocupava o segundo lugar em pessoal ocupado assalariado, contudo, apesar dos anos de quedas sucessivas na participação no total Brasil (a partir de 2012), tem se mantido em terceiro desde 2015.

A seção *Administração pública, defesa e seguridade social* ocupou a segunda colocação em pessoal assalariado (17,0%) e foi a primeira em salários e outras remunerações (24,5%).

A seção *Atividades administrativas e serviços complementares* ficou na segunda posição em número de empresas (9,8%) e, na quarta posição, em pessoal ocupado total (9,3%) e pessoal ocupado assalariado (9,5%).

¹⁹ A CNAE 2.0 é uma classificação estruturada de forma hierarquizada em quatro níveis, com 21 seções (nível mais alto de agregação), 87 divisões, 285 grupos e 673 classes. Ver **Nota técnica**.

²⁰ As Estatísticas do Cadastro Central de Empresas excluem os serviços domésticos das unidades domiciliares que estão compreendidos pela seção T - Serviços domésticos, da CNAE 2.0.

Tabela 3 - Empresas e outras organizações, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações e variação relativa do pessoal ocupado assalariado em relação ao ano anterior, segundo as seções da CNAE 2.0 - Brasil - 2018

Seções da CNAE 2.0	Empresas e outras organizações		Pessoal ocupado em 31.12				Salários e outras remunerações (1 000 R\$)		Variação relativa pessoal ocupado assalariado 2018/2017 (%)
			Total		Assalariado				
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	
Total	4 937 861	100,0	52 217 587	100,0	45 456 277	100,0	1 754 586 913	100,0	0,9
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	98 701	2,0	566 155	1,1	439 778	1,0	11 607 081	0,7	(-) 0,5
B Indústrias extrativas	9 730	0,2	201 907	0,4	185 966	0,4	11 616 808	0,7	(-) 1,9
C Indústrias de Transformação	383 380	7,8	7 763 580	14,9	7 209 270	15,9	290 068 881	16,5	(-) 0,2
D Eletricidade e gás	2 791	0,1	131 624	0,3	126 382	0,3	12 561 863	0,7	1,4
E Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	11 949	0,2	412 125	0,8	396 884	0,9	16 903 538	1,0	6,9
F Construção	236 979	4,8	2 202 934	4,2	1 827 956	4,0	53 147 925	3,0	(-) 0,4
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1 791 924	36,3	11 277 873	21,6	8 838 245	19,4	221 432 999	12,6	0,3
H Transporte, armazenagem e correio	217 842	4,4	2 611 747	5,0	2 312 513	5,1	84 647 821	4,8	0,9
I Alojamento e alimentação	292 320	5,9	2 262 131	4,3	1 866 575	4,1	37 124 047	2,1	1,0
J Informação e comunicação	140 855	2,9	1 114 588	2,1	902 014	2,0	55 906 550	3,2	3,4
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	99 119	2,0	1 162 439	2,2	996 653	2,2	89 780 964	5,1	3,8
L Atividades imobiliárias	98 096	2,0	328 170	0,6	154 492	0,3	4 884 657	0,3	4,0
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	322 536	6,5	1 483 985	2,8	992 784	2,2	41 657 215	2,4	5,6
N Atividades administrativas e serviços complementares	482 670	9,8	4 856 967	9,3	4 300 486	9,5	100 310 419	5,7	3,1
O Administração pública, defesa e seguridade social	18 753	0,4	7 705 804	14,8	7 705 595	17,0	430 703 155	24,5	(-) 0,2
P Educação	174 553	3,5	3 479 191	6,7	3 281 377	7,2	158 413 078	9,0	0,9
Q Saúde humana e serviços sociais	234 740	4,8	3 257 706	6,2	2 836 549	6,2	103 403 588	5,9	3,4
R Artes, cultura, esporte e recreação	69 617	1,4	367 810	0,7	281 566	0,6	8 260 868	0,5	4,2
S Outras atividades de serviços	251 042	5,1	1 028 110	2,0	798 550	1,8	21 966 869	1,3	(-) 7,3
U Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	264	0,0	2 741	0,0	2 642	0,0	188 587	0,0	1,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2017-2018.

Na comparação com o ano de 2017, as seções *Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* e *Atividades profissionais, científicas e técnicas* tiveram os maiores aumentos de pessoal assalariado (6,9% e 5,6%, respectivamente), enquanto as maiores perdas aconteceram nas seções *Outras atividades de serviços* (-7,3%)²¹ e *Indústrias extrativas* (-1,9%), como apresentado na Tabela 3.

Do aumento total de 386,0 mil pessoas ocupadas assalariadas aferido entre 2017 e 2018, a seção *Atividades administrativas e serviços complementares* foi responsável por 33,8%, enquanto *Saúde humana e serviços sociais* teve participação de 24,3%, e *Atividades profissionais, científicas e técnicas* contribuiu com 13,6%. *Outras atividades de serviços*, por sua vez, registraram diminuição de 63,1 mil pessoas ocupadas assalariadas (-16,4%) e as *Indústrias de transformação*, redução de 12,2 mil pessoas (-3,2%), como mostram as informações da Tabela 4.

Tabela 4 - Saldo de pessoal ocupado assalariado, em ordem decrescente de participação relativa, segundo as seções da CNAE 2.0 - Brasil - 2018

Seções da CNAE 2.0	Saldo de pessoal ocupado assalariado 2018/2017	
	Absoluto	Participação relativa (%)
Total	385 965	100,0
N Atividades administrativas e serviços complementares	130 588	33,8
Q Saúde humana e serviços sociais	93 758	24,3
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	52 354	13,6
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	36 118	9,4
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	30 553	7,9
J Informação e comunicação	29 483	7,6
P Educação	28 686	7,4
E Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	25 696	6,7
H Transporte, armazenagem e correio	21 044	5,5
I Alojamento e alimentação	18 769	4,9
R Artes, cultura, esporte e recreação	11 242	2,9
L Atividades imobiliárias	5 996	1,6
D Eletricidade e gás	1 704	0,4
U Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	38	0,0
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	(-) 2 404	(-) 0,6
B Indústrias extrativas	(-) 3 579	(-) 0,9
F Construção	(-) 6 928	(-) 1,8
O Administração pública, defesa e seguridade social	(-) 11 812	(-) 3,1
C Indústrias de Transformação	(-) 12 209	(-) 3,2
S Outras atividades de serviços	(-) 63 132	(-) 16,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2017-2018.

²¹ A seção S *Outras atividades de serviços* é composta, principalmente, por atividades de prestação de serviços pessoais e entidades sem fins lucrativos. Os serviços pessoais sofreram redução, pois sua demanda está ligada a evolução do rendimento médio. Os partidos políticos apresentaram importante redução por conta da minirreforma que ocorreu em 2017. Por último, as entidades sem fins lucrativos também reduziram em número por conta do baixo crescimento no período. Porém, além da observação desses movimentos econômicos, a queda de pessoal ocupado também refletiu os Procedimentos de crítica e qualidade, descritos nas **Notas técnicas**, especialmente na divisão 94 da CNAE 2.0 - *Atividades de Organizações Associativas*.

De acordo com o Gráfico 3, o salário médio mensal, em 2018, foi R\$ 2 952,87. Considerando as seções da CNAE 2.0, os maiores salários médios mensais foram pagos pela seção *Eletricidade e gás* (R\$ 7 624,04), seguida por *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (R\$ 7 010,56) e *Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* (R\$ 5 523,11), que representaram valores 158,2%, 137,4% e 87,0%, respectivamente, acima da média. No entanto, também se notou que essas atividades, apesar de pagarem salários médios mensais mais elevados, ocuparam, juntas, 1,1 milhão de pessoas, ou seja, 2,5% do pessoal ocupado assalariado.

Os menores salários médios mensais foram pagos por *Alojamento e alimentação* (R\$ 1 532,46), *Atividades administrativas e serviços complementares* (R\$ 1 812,89) e *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* (R\$ 1 940,10), com valores 48,1%, 38,6% e 34,3% abaixo da média, respectivamente. Neste caso, essas atividades que pagaram salários médios mensais menores absorveram, juntas, cerca de 15,0 milhões de pessoas, ou seja, 33,0% do pessoal ocupado assalariado.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018.

Porte

A análise de porte das empresas e outras organizações do CEMPRE considera, neste tópico, quatro faixas de pessoal ocupado total²²: 0 a 9 pessoas, 10 a 49 pessoas, 50 a 249 pessoas e 250 pessoas ou mais. Em 2018, conforme as informações da Tabela 5, do total de empresas e outras organizações, 87,3% tinham até 9 pessoas ocupadas; 10,9%, 10 a 49 pessoas; 1,4%, 50 a 249 pessoas; e 0,4%, 250 pessoas ou mais. Apesar do predomínio daquelas de menor porte na estrutura empresarial brasileira, as empresas e outras organizações com 250 pessoas ou mais obtiveram as maiores participações nas variáveis econômicas analisadas: pessoal ocupado total (47,0%), pessoal ocupado assalariado (53,9%) e salários e outras remunerações (68,7%).

Em termos salariais, os valores apresentam relação direta com o porte. Os salários médios mensais mais elevados foram pagos pelas empresas e outras organizações com 250 pessoas ou mais (R\$ 3 787,22), enquanto os menores valores, por aquelas com até 9 pessoas ocupadas (R\$ 1 594,84), o que representa uma diferença de 137,5%. Considerando o valor médio (R\$ 2 952,87), apenas as empresas e outras organizações com 250 pessoas ou mais pagaram salários acima desse patamar.

Tabela 5 - Empresas e outras organizações, pessoal ocupado total e assalariado e salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo as faixas de pessoal ocupado total - Brasil - 2018

Faixas de pessoal ocupado total	Empresas e outras organizações		Pessoal ocupado em 31.12				Salários e outras remunerações (R\$ 1000)		Salário médio mensal (R\$)
			Total		Assalariado		Absoluto	Relativo (%)	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)			
Total	4 937 861	100,0	52 217 587	100,0	45 456 277	100,0	1 754 586 913	100,0	2 952,87
0 a 9 pessoas	4 311 108	87,3	11 166 700	21,4	5 650 683	12,4	125 873 791	7,2	1 594,84
10 a 49 pessoas	538 969	10,9	9 801 590	18,8	8 688 494	19,1	209 616 924	11,9	1 866,28
50 a 249 pessoas	68 103	1,4	6 725 477	12,9	6 617 405	14,6	213 867 226	12,2	2 524,47
250 pessoas ou mais	19 681	0,4	24 523 820	47,0	24 499 695	53,9	1 205 228 972	68,7	3 787,22

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018.

A Tabela 6 ilustra a variação relativa do número de empresas e outras organizações, do pessoal ocupado total e assalariado e dos salários e outras remunerações, segundo as faixas de pessoal ocupado total entre 2017 e 2018. Destacaram-se as empresas com 50 a 249 pessoas ou mais com os seguintes ganhos: 1,8% em número de empresas e outras organizações; 1,7% em pessoal ocupado total; e

²² As quatro faixas de pessoal ocupado total utilizadas nesta seção foram construídas a partir das agregações de faixas utilizadas nas tabelas de resultados, da seguinte forma: 0 a 9 pessoas (0 a 4 e 5 a 9); 10 a 49 pessoas (10 a 19, 20 a 29 e 30 a 49); 50 a 249 pessoas (50 a 99 e 100 a 249); e 250 pessoas ou mais (250 a 499 e 500 ou mais). As tabelas de resultados estão disponibilizadas no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=o-que-e>.

1,8% em pessoal ocupado assalariado. As *Atividades administrativas e serviços complementares*²³ contribuíram mais para essa evolução, 0,7 pontos percentuais para número de empresas e outras organizações e 0,6 pontos percentuais para pessoal ocupado total e assalariado. Essa faixa possui outra peculiaridade, as contribuições negativas para as seções *Indústria de transformação* e *Construção* para todas as variáveis.

As empresas e outras organizações com 250 pessoas ou mais apresentaram crescimento de 1,3%, em seu contingente de pessoal ocupado total e assalariado, assim como 1,1% no número de empresas e outras organizações. Para essas variáveis as maiores contribuições foram do *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas*, conforme comentado a seguir. A faixa com 250 pessoas ou mais registraram, ainda, aumento de 1,3% de salários e outras remunerações. Porém, nesta variável, de acordo com a Tabela 6, as maiores contribuições foram das *Atividades financeiras, seguros e serviços complementares* (0,8 pontos percentuais) e da *Administração pública, defesa e seguridade social* (0,4 pontos percentuais).

As empresas e outras organizações com 0 a 9 pessoas ocupadas foram mais afetadas em todas as variáveis analisadas, com reduções de 2,1% no número de empresas, 1,4% no pessoal ocupado total, 1,1% em seu contingente de pessoas assalariadas e, ainda, decréscimo de 1,6% nos salários e outras remunerações. Na faixa de 10 a 49, o número de empresas, pessoal ocupado total e assalariado permaneceram estáveis, porém apresentou redução de 1,0% da massa salarial.

As empresas de *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* predominam em ambas as faixas de porte. Essa evolução entre 2017 e 2018 refletiu a mudança na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, com aumento do nível de desocupação e de subutilização da força de trabalho, implicando em perda de força do consumo das famílias na economia brasileira. Nesse contexto, as empresas de menor porte, dependentes do rendimento do trabalho e com menos acesso à crédito, resistiram menos ao período de baixo crescimento. Isto resultou concentração no setor de comércio, com redução do número de empresas com até 49 pessoas ocupadas (contribuição de -2,1 pontos percentuais na faixa de 0 a 9 pessoas ocupadas e, de -0,5 pontos percentuais na faixa de 10 a 49). Além disso, exibiu aumento do porte das empresas que permaneceram ativas - acima de 50 pessoas. De tal forma que a seção G também foi a que mais contribuiu (0,4 pontos percentuais) para o aumento da participação das empresas e outras organizações pertencentes a faixa de 250 pessoas ou mais (Tabela 6).

Na faixa de 10 a 49 pessoas por empresa ou organização, as maiores contribuições para as variáveis pessoal ocupado total e assalariado foram as seções *Atividades administrativas e serviços complementares*, *Educação* e *Saúde humana e serviços sociais* (entre 0,1 e 0,2 pontos percentuais conforme Tabela 6). Contudo, a redução de 1,0% em salários e outras remunerações contou principalmente com as *Indústrias de transformação* (-0,4 pontos percentuais).

²³ A seção N compreende atividades relacionadas ao avanço da terceirização, a saber: *Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra; Atividades de vigilância, segurança e investigação; Serviços para edifícios e atividades paisagísticas; Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados principalmente às empresas*. A seção compreende também os serviços prestados por *Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas*.

Tabela 6 - Variação relativa e contribuição das empresas e outras organizações, do pessoal ocupado total e assalariado e dos salários e outras remunerações, segundo as faixas de pessoal ocupado total e as seções da CNAE 2.0 selecionadas - Brasil - 2018

Faixas de pessoal ocupado total e seções da CNAE 2.0 selecionadas	Variação relativa (%) e contribuição (p.p.)			
	Empresas e outras organizações	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações
		Total	Assalariado	
Total (1)	(-) 1,8	0,5	0,9	0,7
C Indústrias de transformação	(-) 0,3	(-) 0,1	(-) 0,0	(-) 0,2
F Construção	(-) 0,0	(-) 0,0	(-) 0,0	(-) 0,2
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	(-) 1,9	(-) 0,2	0,1	(-) 0,0
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,2	0,1	0,1	0,5
N Atividades administrativas e serviços complementares	0,2	0,2	0,3	0,1
O Administração pública, defesa e seguridade social	0,0	(-) 0,0	(-) 0,0	0,4
P Educação	(-) 0,1	0,1	0,1	0,0
Q Saúde humana e serviços sociais	0,5	0,3	0,2	0,1
Outros (2)	(-) 0,3	0,1	0,3	0,0
0 a 9 pessoas (1)	(-) 2,1	(-) 1,4	(-) 1,1	(-) 1,6
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	(-) 2,1	(-) 1,5	(-) 1,0	(-) 1,2
N Atividades administrativas e serviços complementares	0,2	(-) 0,0	(-) 0,0	(-) 0,2
P Educação	(-) 0,1	0,0	(-) 0,0	(-) 0,0
Q Saúde humana e serviços sociais	0,5	0,5	0,3	0,1
Outros (2)	(-) 0,6	(-) 0,3	(-) 0,4	(-) 0,3
10 a 49 pessoas (1)	(-) 0,1	0,1	0,2	(-) 1,0
C Indústrias de transformação	(-) 0,2	(-) 0,2	(-) 0,2	(-) 0,4
F Construção	(-) 0,1	(-) 0,1	(-) 0,1	(-) 0,3
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	(-) 0,5	(-) 0,3	(-) 0,3	(-) 0,6
N Atividades administrativas e serviços complementares	0,3	0,1	0,1	0,0
P Educação	0,3	0,2	0,2	0,1
Q Saúde humana e serviços sociais	0,2	0,2	0,1	0,1
Outros (2)	(-) 0,1	0,3	0,3	0,1
50 a 249 pessoas (1)	1,8	1,7	1,8	0,2
C Indústrias de transformação	(-) 0,1	(-) 0,1	(-) 0,1	(-) 0,4
F Construção	(-) 0,2	(-) 0,2	(-) 0,2	(-) 0,4
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	0,3	0,3	0,3	0,0
N Atividades administrativas e serviços complementares	0,7	0,6	0,6	0,4
D Administração pública, defesa e seguridade social	0,1	0,3	0,3	0,5
Outros (2)	1,1	0,9	0,9	0,1
250 pessoas ou mais (1)	1,1	1,3	1,3	1,3
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	0,4	0,4	0,4	0,2
E Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,2	0,1	0,1	0,8
N Atividades administrativas e serviços complementares	(-) 0,1	0,3	0,3	0,1
O Administração pública, defesa e seguridade social	(-) 0,3	(-) 0,1	(-) 0,1	0,4
Outros (2)	1,0	0,6	0,6	(-) 0,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2017-2018.

Nota: Variação relativa é igual a razão entre saldo entre dois anos e o total do ano inicial. A contribuição é igual à variação multiplicada pela participação da atividade no total do ano anterior.

(1) A soma das contribuições é igual à variação relativa. (2) Agrega atividades diferentes para o total ou por faixa.

Sexo e escolaridade do pessoal ocupado assalariado

A Tabela 7 apresenta informações sobre pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo o sexo e o nível de escolaridade. Em 2018, observa-se que 55,4% do pessoal ocupado assalariado era formado por homens e 44,6%, por mulheres, sendo que eles absorveram 59,7% dos salários e outras remunerações, enquanto elas, 40,3%. Assim, em termos salariais, os homens receberam um salário mensal médio superior ao das mulheres: eles auferiram R\$ 3 189,05, enquanto elas, R\$ 2 661,25, o que representa uma diferença de 16,6%. As mulheres receberam, em média, o equivalente a 83,4% dos salários e outras remunerações dos homens.

Na análise por escolaridade, verifica-se que 76,5% do pessoal ocupado assalariado não tinha nível superior, e 23,5% possuía. Entretanto, os salários e outras remunerações pagos ao pessoal sem nível superior representavam 52,3% do total, enquanto ao pessoal com nível superior, 47,7%. Assim, o pessoal ocupado assalariado sem nível superior recebeu, em média, R\$ 2 020,88, o que representa 33,9% do valor médio recebido pelo pessoal assalariado com nível superior (R\$ 5 969,32), ou seja: o salário médio mensal do pessoal assalariado com nível superior foi quase o triplo do pessoal sem nível superior.

Em termos de salários mínimos, o salário médio mensal foi da ordem de 3,1 salários mínimos, em 2018, sendo de 3,3 salários entre os homens, e de 2,8 entre as mulheres. O pessoal ocupado assalariado sem nível superior recebeu, em média, 2,1 salários mínimos, ao passo que o pessoal com nível superior, 6,3 salários mínimos.

Tabela 7 - Pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo o sexo e o nível de escolaridade - Brasil - 2018

Sexo e nível de escolaridade	Pessoal ocupado assalariado em 31.12		Salários e outras remunerações (1 000 R\$)		Salário médio mensal	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Em reais (R\$)	Em salários mínimos
Total	45 456 277	100,0	1 754 586 913	100,0	2 952,87	3,1
Sexo						
Homens	25 188 719	55,4	1 046 993 655	59,7	3 189,05	3,3
Mulheres	20 267 558	44,6	707 593 258	40,3	2 661,25	2,8
Nível de escolaridade						
Sem nível superior	34 785 873	76,5	917 358 274	52,3	2 020,88	2,1
Com nível superior	10 670 404	23,5	837 228 639	47,7	5 969,32	6,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018.

Em relação ao ano anterior, o pessoal ocupado assalariado aumentou 0,9% (Tabela 3). Considerando por sexo, houve acréscimo tanto no número de homens como no de mulheres: 0,9% e 0,8%, respectivamente (Tabela 8).

Na análise por sexo e seções da CNAE 2.0, observa-se que o aumento do pessoal ocupado assalariado ocorreu, em ambos os sexos, em 13 das 20 seções consideradas, com destaque para *Água, esgoto, atividades de gestão de resíduo e descontaminação* (7,5% para os homens e 4,6% para as mulheres), maior crescimento para homens; *Atividades profissionais, científicas e técnicas* (5,9% e 5,3%, respectivamente), maior crescimento para mulheres; e *Atividades financeiras, de seguros e serviços corre-*

lacionados (2,6% e 4,7%, respectivamente), maior crescimento das mulheres frente aos homens. Por sua vez, das cinco seções que apresentaram os maiores recuos de pessoal assalariado, em ambos os sexos, os destaques foram: *Outras atividades de serviços* (-5,6% para os homens e -8,7% para as mulheres); *Indústrias extrativas* (-2,1% e -0,4%); e *Construção* (-0,1% e -2,7%, respectivamente).

Na análise por escolaridade, entre 2017 e 2018, observa-se que o pessoal ocupado assalariado sem nível superior permaneceu estável (-0,2%), enquanto o pessoal ocupado assalariado com nível superior cresceu 4,6%, como mostra a Tabela 8. Conseqüentemente, a participação relativa do pessoal ocupado assalariado com nível superior aumentou 0,9 ponto percentual no período, passando de 22,6% para 23,5%, e o pessoal sem nível superior recuou de 77,4% para 76,5%.

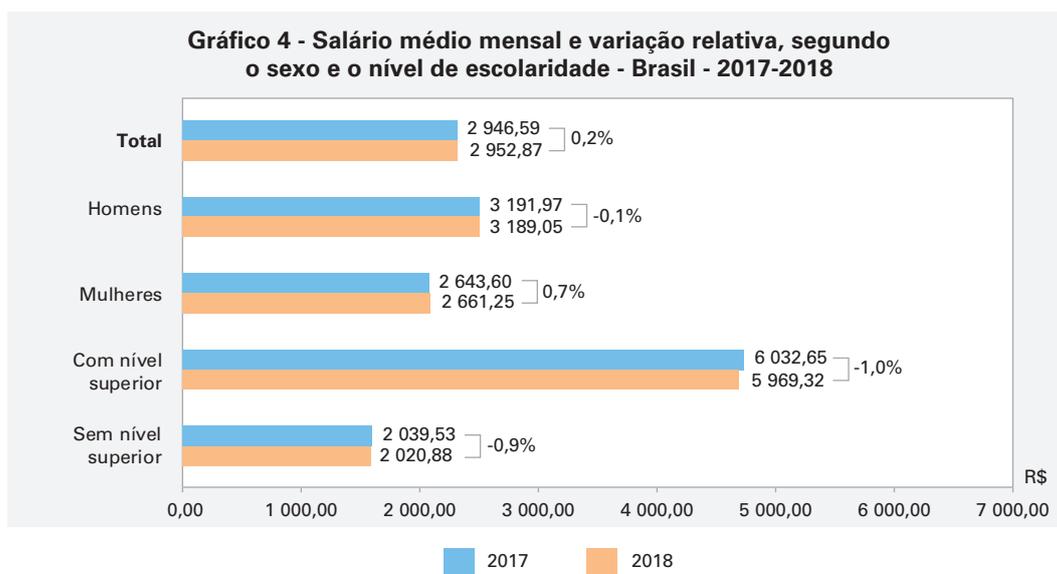
Observa-se ainda que ocorreram reduções dos assalariados sem nível superior e aumentos dos com nível superior em 9 seções da CNAE 2.0, como por exemplo em *Indústria de transformação* (-0,6% e 2,6%, nessa ordem). Em outras 9 seções, o número de pessoas ocupadas com nível superior apresentou crescimento maior do que sem nível superior (a exemplo da seção *Alojamento e alimentação*, 19,1% e 0,3%), indicando troca de mão de obra com menor por maior nível de escolaridade.

Tabela 8 - Variação relativa do pessoal ocupado assalariado, em relação ao ano anterior, por sexo e por nível de escolaridade, segundo seções da CNAE 2.0 - Brasil - 2017-2018

Seções da CNAE 2.0	Variação relativa do pessoal ocupado assalariado em 31 12			
	Sexo		Nível de escolaridade	
	Homens	Mulheres	Sem nível superior	Com nível superior
Total	0,9	0,8	(-) 0,2	4,6
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	(-) 0,3	(-) 1,6	(-) 0,7	2,3
B Indústrias extrativas	(-) 2,1	(-) 0,4	(-) 3,0	4,0
C Indústrias de Transformação	0,4	(-) 1,5	(-) 0,6	2,6
D Eletricidade e gás	1,8	(-) 0,6	(-) 0,7	5,0
E Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	7,5	4,6	7,0	6,4
F Construção	(-) 0,1	(-) 2,7	(-) 0,7	4,3
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	0,2	0,5	(-) 0,3	8,0
H Transporte, armazenagem e correio	1,0	0,5	0,2	7,5
I Alojamento e alimentação	1,6	0,5	0,3	19,1
J Informação e comunicação	4,0	2,4	0,5	6,6
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,6	4,7	0,1	5,9
L Atividades imobiliárias	3,7	4,3	1,6	15,4
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	5,9	5,3	2,0	12,6
N Atividades administrativas e serviços complementares	2,8	3,6	2,1	16,7
O Administração pública, defesa e seguridade social	(-) 0,1	(-) 0,2	(-) 1,6	1,7
P Educação	0,9	0,9	(-) 4,2	3,9
Q Saúde humana e serviços sociais	2,8	3,6	2,0	6,8
R Artes, cultura, esporte e recreação	4,8	3,3	2,6	7,9
S Outras atividades de serviços	(-) 5,6	(-) 8,7	(-) 8,1	(-) 4,1
U Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1,0	1,9	(-) 2,7	6,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2017-2018.

Em termos salariais, entre 2017 e 2018, os salários médios mensais apresentaram aumento real de 0,2%, passando de R\$ 2 946,59 para R\$ 2 952,87, como mostram as informações do Gráfico 4. Na análise por sexo, constatou-se que os salários das mulheres cresceram 0,7%, de R\$ 2 643,60 para R\$ 2 661,25, e os dos homens redução de 0,1%, de R\$ 3 191,97 para R\$ 3 189,05. Por escolaridade, ocorreu diminuição do salário médio do pessoal ocupado assalariado sem nível superior em (-)0,9% – passando de R\$ 2 039,53 para R\$ 2 020,88 – e o do pessoal assalariado com nível superior em (-)1,0%, partindo de R\$ 6 032,65 para R\$ 5 969,32.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2017-2018.
Nota: Utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, como deflator do salário médio mensal do ano de 2017, tendo como referência o ano de 2018.

Natureza jurídica²⁴

As empresas e outras organizações podem ser analisadas segundo a natureza jurídica²⁵, que representa a identificação jurídico-institucional das entidades públicas e privadas. Neste tópico, a natureza jurídica abarca três grandes grupos: administração pública, entidades empresariais, e entidades sem fins lucrativos.

A análise das empresas e outras organizações do CEMPRE, segundo a natureza jurídica, evidencia a importância das entidades empresariais, as quais representaram, em 2018, 90,3% desse conjunto; 74,3% do pessoal ocupado total; 71,1% do pessoal ocupado assalariado; e 61,2% dos salários e outras remunerações, como pode ser observado no Gráfico 5.

Os órgãos da administração pública²⁶, apesar de representarem somente 0,4% das empresas e outras organizações, demonstram sua importância ao absorverem

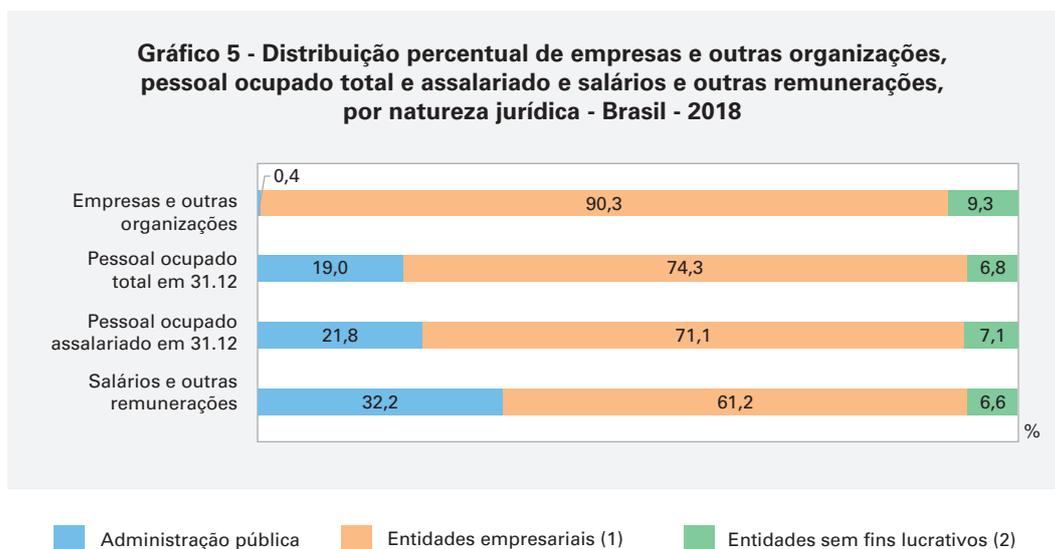
²⁴ Para informações mais detalhadas sobre a natureza jurídica das empresas e outras organizações, ver a seção **Notas técnicas**. Entidades empresariais agregam código de natureza jurídica iniciado por 2 (entidades empresariais) ou 4 (pessoas físicas), exceto MEI (microempreendedores individuais). Entidades sem fins lucrativos agregam código de natureza jurídica iniciado por 3 (entidades sem fins lucrativos) ou 5 (organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais).

²⁵ Os códigos da Tabela de Natureza Jurídica têm por objetivo a identificação da constituição jurídico-institucional das entidades públicas e privadas nos cadastros da administração pública do País; no entanto, a natureza jurídica não é em si um fator determinante para definição do código CNAE 2.0.

²⁶ Observa-se que a natureza jurídica de administração pública não é em si um fator determinante para a classificação de uma unidade pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0 na atividade *Administração pública, defesa e seguridade social*.

19,0% do pessoal ocupado total e 21,8% do pessoal ocupado assalariado e pagarem 32,2% dos salários e outras remunerações.

As entidades sem fins lucrativos, por sua vez, representaram 9,3% das empresas e outras organizações e registraram as menores participações nas variáveis econômicas analisadas, com 6,8% do pessoal ocupado total, 7,1% do pessoal ocupado assalariado, e 6,6% dos salários e outras remunerações pagos no ano.

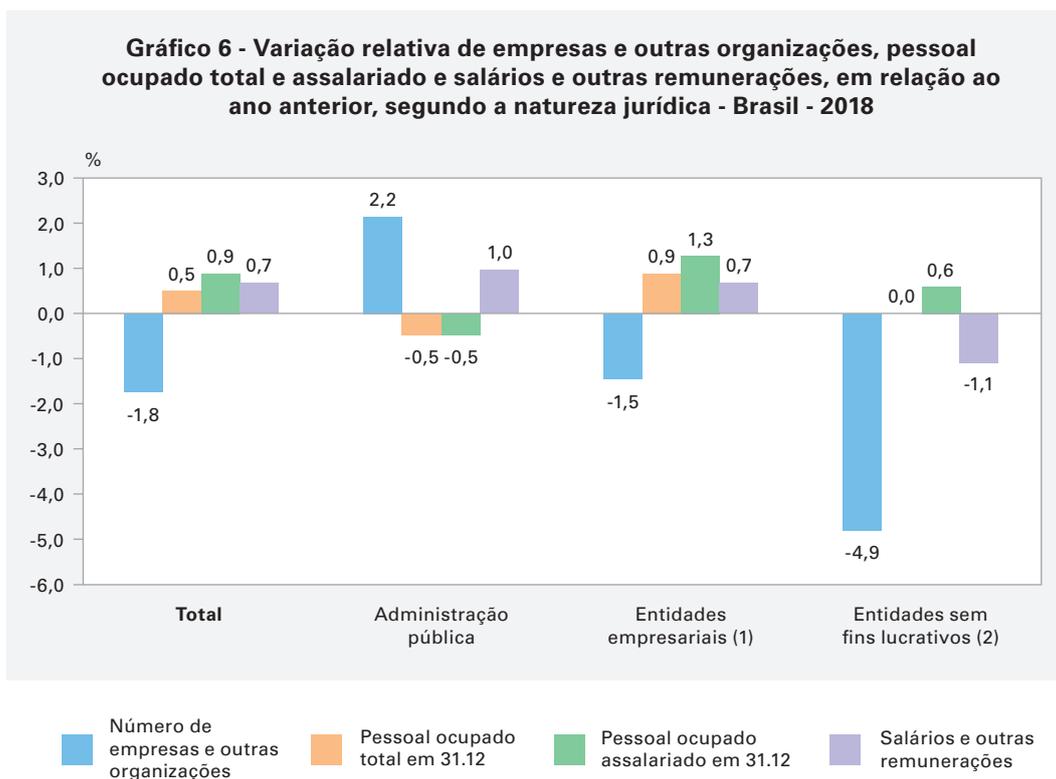


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018.

(1) Agregam os códigos de natureza jurídica 2 (entidades empresariais) e 4 (pessoas físicas), exceto MEI (microempreendedores individuais). (2) Agregam os códigos de natureza jurídica 3 (entidades sem fins lucrativos) e 5 (organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais).

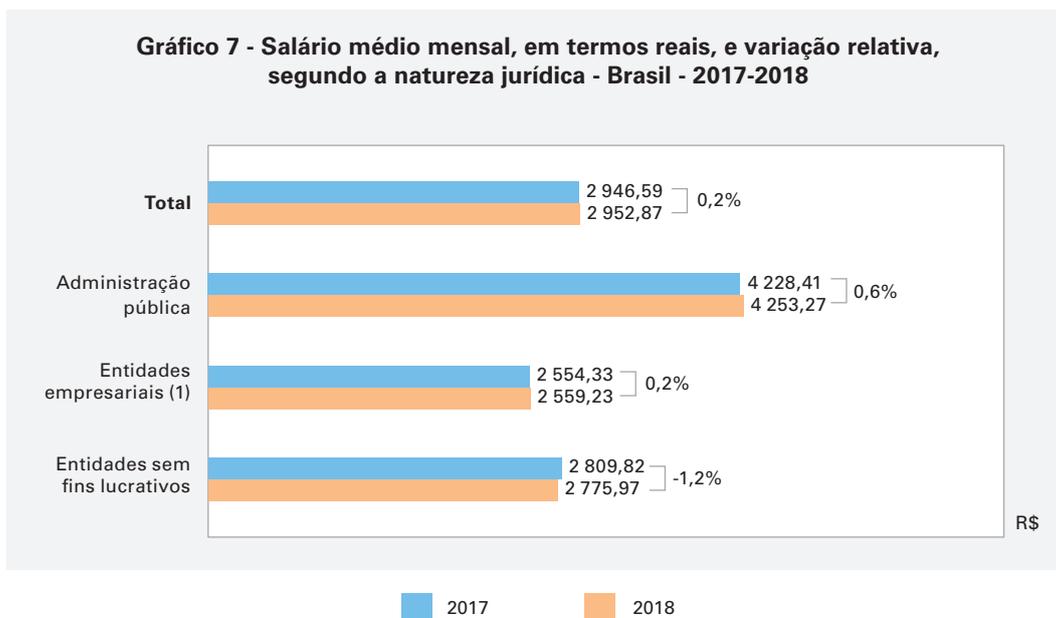
Na comparação com o ano anterior, apenas a administração pública apresentou elevação no número de empresas e outras organizações, tendo registrado aumento de 2,2%; já o pessoal ocupado total e assalariado tiveram queda de 0,5%, cada; e o total de salários e outras remunerações, aumentou 1,0%, em termos reais. Nas entidades empresariais, o número de empresas e outras organizações apresentou queda de 1,5%; enquanto o pessoal ocupado total e assalariado tiveram elevação de 0,9% e 1,3% respectivamente; e o total de salários e outras remunerações, aumentou 0,7%. As entidades sem fins lucrativos registraram queda de 4,9% no número de entidades, o pessoal ocupado total permaneceu estável, mas o pessoal ocupado assalariado teve elevação de 0,6%; enquanto os salários e outras remunerações tiveram queda de 1,1% (Gráfico 6).

Em termos salariais, apesar de serem predominantes, as entidades empresariais pagaram os salários médios mensais mais baixos (R\$ 2 559,23), como mostra o Gráfico 7. Os órgãos da administração pública, por sua vez, pagaram os salários médios mensais mais elevados (R\$ 4 253,27), seguidos das entidades sem fins lucrativos (R\$ 2 775,97). Entre 2017 e 2018, os salários médios mensais apresentaram aumento real de 0,2%, mas com diferenças por natureza jurídica: na administração pública houve aumento de 0,6%; entre as entidades empresariais foi observado aumento de 0,2% e nas entidades sem fins lucrativos ocorreu queda de 1,2%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2017-2018.

(1) Agregam os códigos de natureza jurídica 2 (entidades empresariais) e 4 (pessoas físicas), exceto MEI (microempreendedores individuais). (2) Agregam os códigos de natureza jurídica 3 (entidades sem fins lucrativos) e 5 (organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2017-2018.

Nota: Utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, como deflator do salário médio mensal do ano de 2017, tendo como referência o ano de 2018.

(1) Agregam os códigos de natureza jurídica 2 (entidades empresariais) e 4 (pessoas físicas), exceto MEI (microempreendedores individuais). (2) Agregam os códigos de natureza jurídica 3 (entidades sem fins lucrativos) e 5 (organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais).

A Tabela 9, a seguir, apresenta os salários médios mensais, segundo o sexo e o nível de escolaridade, de acordo com a natureza jurídica das organizações. Com relação ao sexo, é possível observar que, tanto para os homens quanto para as mulheres, o maior salário médio foi pago pela administração pública (R\$ 4 962,85 e R\$ 3 755,49, respectivamente), enquanto as entidades empresariais registraram os menores valores (R\$ 2 823,45 e R\$ 2 148,61, respectivamente). Com relação ao nível de escolaridade, o maior salário médio do pessoal assalariado sem nível superior foi pago pela administração pública (R\$ 2 634,98), ao passo que o menor, pelas entidades sem fins lucrativos (R\$ 1 862,80). Considerando o pessoal assalariado com nível superior, o maior salário médio foi pago pelas entidades empresariais (R\$ 6 227,59), seguido pelo pago pela administração pública (R\$ 5 952,18), e o menor valor (R\$ 4 812,19), pelas entidades sem fins lucrativos.

Tabela 9 - Salário médio mensal, por sexo e nível de escolaridade, segundo a natureza jurídica - Brasil - 2018

Natureza jurídica	Salário médio mensal (R\$)				
	Total	Sexo		Nível de escolaridade	
		Homens	Mulheres	Sem nível superior	Com nível superior
Total	2 952,87	3 189,05	2 661,25	2 020,88	5 969,32
Administração pública	4 253,27	4 962,85	3 755,49	2 634,98	5 952,18
Entidades empresariais (1)	2 559,23	2 823,45	2 148,61	1 916,80	6 227,59
Entidades sem fins lucrativos (2)	2 775,97	2 985,83	2 613,25	1 862,80	4 812,19

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018.

(1) Agregam os códigos de natureza jurídica 2 (entidades empresariais) e 4 (pessoas físicas), exceto MEI (microempreendedores individuais). (2) Agregam os códigos de natureza jurídica 3 (entidades sem fins lucrativos) e 5 (organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais).

Com o objetivo de melhor compreender as características das organizações por natureza jurídica, são apresentadas, a seguir, informações detalhadas, segundo atividades econômicas, porte, sexo, nível de escolaridade e Grandes Regiões.

Para a análise segundo a atividade econômica, as seções da CNAE 2.0 foram agregadas no intuito de buscar compreender os principais segmentos econômicos que caracterizam cada natureza jurídica, como mostram as informações da Tabela 10. Nesse sentido, as seções relacionadas principalmente às atividades industriais (B, C, D, E)²⁷ foram agrupadas, assim como parte daquelas relacionadas às atividades de serviços (H a N, R, S)²⁸. As demais seções foram mantidas, visando identificar as similaridades e diferenças entre as naturezas jurídicas.

²⁷ B - Indústrias extrativas; C - Indústrias de transformação; D - Eletricidade e gás; E - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

²⁸ H - Transporte, armazenagem e correio; I - Alojamento e alimentação; J - Informação e comunicação; K - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades profissionais, científicas e técnicas; N - Atividades administrativas e serviços complementares; R - Artes, cultura, esporte e recreação; S - Outras atividades de serviços.

Tabela 10 - Distribuição percentual de empresas e outras organizações, pessoal ocupado assalariado e salários e outras remunerações, por natureza jurídica, segundo os segmentos econômicos - Brasil - 2018

Segmentos econômicos	Seções agregadas da CNAE 2.0	Distribuição percentual, por natureza jurídica (%)					
		Administração pública			Entidades empresariais (1)		
		Empresas e outras organizações	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações	Empresas e outras organizações	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações
Agricultura; Pecuária	A	-	-	-	2,2	1,3	1,1
Indústria	B, C, D, E	2,8	0,5	0,5	9,1	24,3	30,6
Construção	F	0,1	0,1	0,1	5,3	5,6	4,9
Comércio	G	-	-	-	40,2	27,3	20,6
Serviços	H a N, R, S	3,5	0,5	0,9	35,9	34,8	37,2
Administração pública	O	85,7	77,4	75,9	-	0,1	0,2
Educação	P	2,8	14,7	17,1	2,4	3,3	2,7
Saúde	Q	5,2	6,8	5,6	4,9	3,1	2,8
Organismos internacionais	U	-	-	-	-	-	-

Segmentos econômicos	Seções agregadas da CNAE 2.0	Distribuição percentual, por natureza jurídica (%)		
		Entidades sem fins lucrativos (2)		
		Empresas e outras organizações	Pessoal ocupado assalariado em 31.12	Salários e outras remunerações
Agricultura; Pecuária	A	0,2	0,1	0,1
Indústria	B, C, D, E	0,2	0,1	0,2
Construção	F	-	0,1	-
Comércio	G	0,1	0,1	-
Serviços	H a N, R, S	81,7	40,3	34,9
Administração pública	O	-	-	-
Educação	P	14,6	23,5	28,4
Saúde	Q	3,1	35,8	36,2
Organismos internacionais	U	0,1	0,1	0,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018.

(1) Agregam os códigos de natureza jurídica 2 (entidades empresariais) e 4 (pessoas físicas), exceto MEI (microempreendedores individuais). (2) Agregam os códigos de natureza jurídica 3 (entidades sem fins lucrativos) e 5 (organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais).

No que diz respeito aos órgãos da administração pública, a seção *Administração pública, defesa e seguridade social* (O) apresentou as maiores participações em todas as variáveis analisadas, com 85,7% das organizações; 77,4% do pessoal ocupado assalariado; e 75,9% dos salários e outras remunerações. As seções *Educação* (P) e *Saúde* (Q) também se mostraram importantes. *Educação*, apesar de ter figurado na quarta colocação em número de empresas e outras organizações, junto com a Indústria (2,8%), foi a segunda colocada em pessoal ocupado assalariado (14,7%) e salários e outras remunerações (17,1%). A *Saúde* ficou na segunda posição em termos de número de empresas e outras organizações (5,2%), e em terceiro lugar em pessoal ocupado assalariado (6,8%) e salários e outras remunerações (5,6%).

No âmbito das entidades empresariais, observa-se uma diversidade maior. A seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* (G) concentrou 40,2% das empresas e outras organizações; 27,3% do pessoal assalariado; e 20,6% dos salários e outras remunerações. As seções relacionadas aos *Serviços* foram responsáveis por 35,9% das entidades; 34,8% do pessoal assalariado; e 37,2% dos salários e outras remunerações. Por fim, as seções relacionadas principalmente às atividades industriais responderam por 9,1% das entidades; 24,3% do pessoal assalariado; e 30,6% dos salários e outras remunerações.

Nas entidades sem fins lucrativos, destacaram-se as seções relacionadas aos *Serviços* (H a N, R e S), assim como *Educação* (P) e *Saúde* (Q). Os *Serviços* abarcaram 81,7% das empresas e outras organizações; 40,3% do pessoal assalariado; e 34,9% dos salários e outras remunerações. A seção *Educação* (P) concentrou 14,6% das empresas e outras organizações, que absorveram, por sua vez, 23,5% do pessoal ocupado assalariado e pagaram 28,4% dos salários e outras remunerações. A seção *Saúde* (Q), apesar de pouco numerosa por representar somente 3,1% das empresas e outras organizações, absorveu 35,8% do pessoal assalariado e 36,2% dos salários e outras remunerações, demonstrando a sua importância nesse conjunto de entidades.

A Tabela 11 apresenta a distribuição das empresas e outras organizações, do pessoal ocupado total e assalariado e dos salários e outras remunerações, segundo a natureza jurídica e as faixas de pessoal ocupado total.

Tabela 11 - Distribuição percentual de empresas e outras organizações, pessoal ocupado total e assalariado e salários e outras remunerações, segundo a natureza jurídica e as faixas de pessoal ocupado total - Brasil - 2018

Natureza jurídica e faixas de pessoal ocupado total	Distribuição percentual (%)			
	Empresas e outras organizações	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações
		Total	Assalariado	
Administração pública				
0 a 9 pessoas	40,7	0,2	0,2	0,2
10 a 49 pessoas	16,0	0,8	0,8	0,6
50 a 249 pessoas	17,2	5,3	5,3	3,6
250 pessoas ou mais	26,1	93,6	93,6	95,7
Entidades empresariais (1)				
0 a 9 pessoas	87,2	27,0	15,9	10,4
10 a 49 pessoas	11,2	23,5	25,1	18,0
50 a 249 pessoas	1,3	14,6	17,3	16,5
250 pessoas ou mais	0,3	34,8	41,7	55,1
Entidades sem fins lucrativos (2)				
0 a 9 pessoas	90,6	18,9	15,4	11,3
10 a 49 pessoas	7,9	17,4	15,0	11,4
50 a 249 pessoas	1,1	14,7	15,9	14,4
250 pessoas ou mais	0,4	49,1	53,6	62,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018.

(1) Agregam os códigos de natureza jurídica 2 (entidades empresariais) e 4 (pessoas físicas), exceto MEI (microempreendedores individuais). (2) Agregam os códigos de natureza jurídica 3 (entidades sem fins lucrativos) e 5 (organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais).

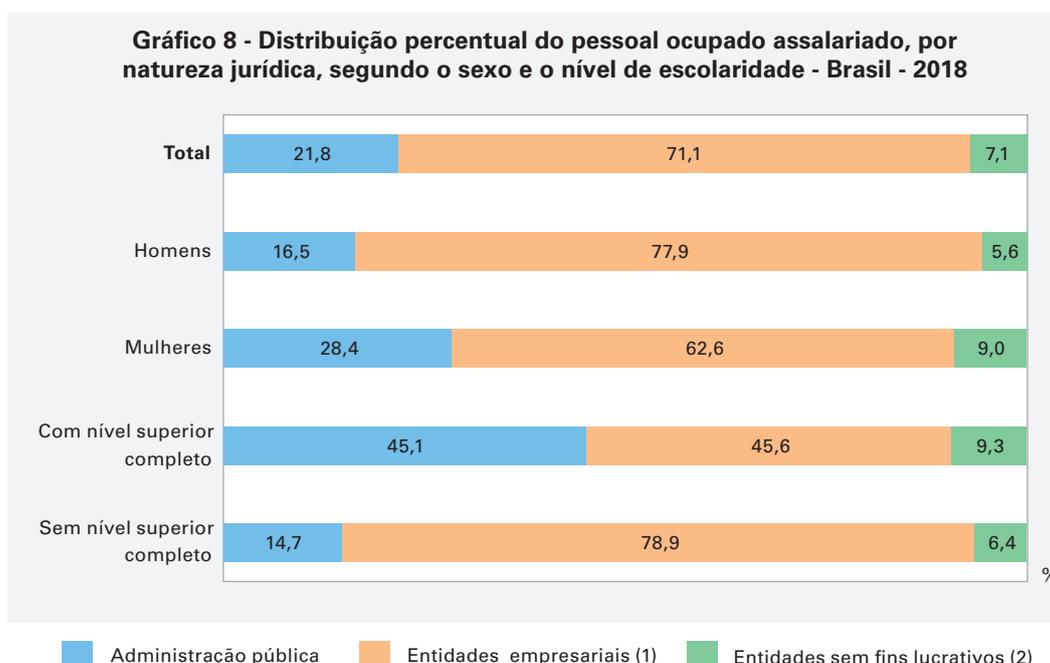
No que concerne à administração pública, as organizações com 250 pessoas ou mais representavam 26,1% do total, mas respondiam, majoritariamente, pelo pessoal ocupado total e assalariado (93,6%) e pelos salários e outras remunerações (95,7%). As demais faixas de porte demonstraram pouca representatividade nas variáveis econômicas analisadas.

No âmbito das entidades empresariais, 87,2% das empresas e outras organizações possuíam até 9 pessoas ocupadas, exercendo assim um importante papel na absorção do pessoal ocupado total (27,0%). Aquelas com 10 a 49 pessoas, 11,2% do total, absorveram 23,5% do pessoal ocupado total e 25,1% do pessoal ocupado assalariado, demonstrando, também, sua importância na ocupação, embora o total de salários e outras remunerações pagas tenha representado somente 18,0%. Por sua vez, as empresas com 250 pessoas ou mais, responsáveis por somente 0,3% do total, possuíam relevância, tanto na ocupação como nos salários pagos, respondendo por 34,8% do pessoal ocupado total; 41,7% do pessoal ocupado assalariado; e 55,1% dos salários e outras remunerações.

Nas entidades sem fins lucrativos, também se verificou uma forte concentração de empresas e outras organizações com até 9 pessoas ocupadas, 90,6%, que abarcaram 18,9% do pessoal ocupado total; 15,4% do pessoal ocupado assalariado; e 11,3% dos salários e outras remunerações. Aquelas com 250 pessoas ou mais foram responsáveis por 49,1% do pessoal ocupado total; 53,6% do pessoal ocupado assalariado; e 62,9% dos salários e outras remunerações.

É possível observar, portanto, que existia uma importante diferença na estrutura das variáveis analisadas, segundo a natureza jurídica e o porte das organizações.

O Gráfico 8 apresenta a distribuição do pessoal ocupado assalariado, segundo a natureza jurídica, por sexo e nível de escolaridade em 2018: 71,1% foi absorvido pelas entidades empresariais; 21,8%, pela administração pública; e 7,1%, pelas entidades sem fins lucrativos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018
 (1) Agregam os códigos de natureza jurídica 2 (entidades empresariais) e 4 (pessoas físicas), exceto MEI (microempreendedores individuais). (2) Agregam os códigos de natureza jurídica 3 (entidades sem fins lucrativos) e 5 (organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais).

Observa-se uma participação masculina mais intensa nas entidades empresariais, que absorveram 77,9% dos homens, seguidas pela administração pública, com 16,5%, e pelas entidades sem fins lucrativos, com 5,6%. A maior parcela do pessoal ocupado assalariado feminino também estava nas entidades empresariais, porém com uma participação menor do que no caso masculino (62,6%), enquanto eram mais elevadas as participações das mulheres na administração pública (28,4%) e nas entidades sem fins lucrativos (9,0%).

O pessoal assalariado com nível superior mostrou-se dividido, com participações próximas entre as entidades empresariais (45,6%) e a administração pública (45,1%). As entidades sem fins lucrativos responderam por 9,3% do total. O pessoal assalariado sem nível superior, entretanto, foi fortemente presente nas entidades empresariais (78,9%), tendo em vista que os órgãos da administração pública absorveram somente 14,7%, e as entidades sem fins lucrativos, 6,4%.

Do ponto de vista regional, a Tabela 12 apresenta a distribuição das unidades locais, que são os endereços de atuação das empresas e outras organizações, e das variáveis econômicas por natureza jurídica. O objetivo é mostrar a importância de cada uma das categorias de natureza jurídica na ocupação e nos salários em cada Grande Região do País.

Tabela 12 - Distribuição percentual de unidades locais, pessoal ocupado total e assalariado e salários e outras remunerações, por natureza jurídica, segundo as Grandes Regiões - 2018

Grandes Regiões	Administração pública (%)				Entidades empresariais (%) (1)			
	Unidades locais	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações	Unidades locais	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações
		Total	Assalariado			Total	Assalariado	
Brasil	0,5	19,0	21,8	32,2	90,1	74,3	71,1	61,2
Norte	1,2	37,5	40,7	55,4	90,1	58,3	55,2	41,1
Nordeste	1,0	28,6	31,9	46,0	88,5	65,4	62,3	48,7
Sudeste	0,3	14,3	16,5	23,5	90,5	78,0	75,2	68,8
Sul	0,4	13,4	16,1	28,2	89,8	80,2	77,1	65,1
Centro-Oeste	0,7	25,7	29,0	50,0	91,8	68,8	65,2	45,2

Grandes Regiões	Entidades sem fins lucrativos (%) (2)			
	Unidades locais	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações
		Total	Assalariado	
Brasil	9,3	6,8	7,1	6,6
Norte	8,7	4,2	4,2	3,5
Nordeste	10,5	6,0	5,8	5,3
Sudeste	9,2	7,7	8,2	7,7
Sul	9,8	6,4	6,9	6,6
Centro-Oeste	7,5	5,5	5,8	4,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018.

(1) Agregam os códigos de natureza jurídica 2 (entidades empresariais) e 4 (pessoas físicas), exceto MEI (microempreendedores individuais).(2) Agregam os códigos de natureza jurídica 3 (entidades sem fins lucrativos) e 5 (organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais).

As entidades empresariais abarcaram 90,1% das unidades locais; 74,3% do pessoal ocupado total; 71,1% do pessoal ocupado assalariado; e 61,2% dos salários e outras remunerações no Brasil, em 2018. As participações das unidades locais dessas entidades não apresentaram muitas diferenças regionais, oscilando entre 88,5% no Nordeste e 91,8% no Centro-Oeste, contudo foram observadas diferenças importantes nas variáveis econômicas. As entidades empresariais da Região Sul apresentaram as maiores participações relativas em pessoal ocupado total (80,2%) e pessoal ocupado assalariado (77,1%), vindo a seguir a Região Sudeste (78,0% e 75,2%, respectivamente). No que concerne aos salários e outras remunerações, constatou-se uma inversão, com as unidades locais das entidades empresariais respondendo por 68,8% dos pagamentos na Região Sudeste e por 65,1% na Região Sul. Na Região Norte, porém, foram registradas as menores participações em pessoal ocupado total e assalariado (58,3% e 55,2%, respectivamente), e em salários e outras remunerações (41,1%).

Os órgãos da administração pública representaram 0,5% das unidades locais; 19,0% do pessoal ocupado total; 21,8% do pessoal ocupado assalariado; e 32,2% dos salários e outras remunerações pagos no País. Na Região Norte, as participações relativas desses órgãos foram mais elevadas em comparação com as das demais regiões, respondendo por 37,5% do pessoal ocupado total; 40,7% do pessoal ocupado assalariado; e 55,4% dos salários e outras remunerações. Em seguida, destacaram-se as participações relativas da Região Nordeste em pessoal ocupado total (28,6%) e em pessoal ocupado assalariado (31,9%), figurando, na terceira colocação, em salários e outras remunerações (46,0%). Na Região Centro-Oeste, as participações também foram significativas, com 29,0% do pessoal ocupado assalariado e 50,0% dos salários e outras remunerações.

As entidades sem fins lucrativos, por sua vez, corresponderam a 9,3% das unidades locais; 6,8% do pessoal ocupado total; 7,1% do pessoal ocupado assalariado; e 6,6% dos salários e outras remunerações pagos no Brasil. A Região Nordeste se destacou com a participação de 10,5% de unidades locais dessas entidades, contudo a Região Sudeste apresentou as maiores participações relativas em pessoal ocupado total (7,7%); pessoal ocupado assalariado (8,2%); e salários e outras remunerações (7,7%). As menores participações relativas nas variáveis econômicas foram observadas na Região Norte.

Assim, em que pese a importância das entidades empresariais na estrutura produtiva brasileira, a sua relevância em termos de ocupação e salários apresentou diferenças nas diversas regiões brasileiras. Nas Regiões Sudeste e a Sul, as participações relativas dessas entidades foram mais elevadas do que as registradas nas demais regiões, nas quais se observou maior relevância dos órgãos da administração pública. As entidades sem fins lucrativos apresentaram participações baixas em todas as Grandes Regiões do País.

Análise regional

A análise regional realizada a seguir apresenta informações sobre as unidades locais e suas variáveis econômicas com o objetivo de mostrar a distribuição geográfica das empresas e outras organizações no território brasileiro. A Tabela 13 traz as distribuições e os respectivos valores e participações das unidades locais, do pessoal ocupado total e assalariado, bem como dos salários e outras remunerações, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.

As Unidades da Federação com os maiores salários médios foram: Distrito Federal (5,5 salários mínimos), Amapá (3,9 salários mínimos), além de Rio de Janeiro e São Paulo (3,6 e 3,5 salários mínimos, respectivamente), todas com valores acima da

média nacional (3,1 salários mínimos). Por outro lado, os menores salários médios foram observados no Ceará, Paraíba e Alagoas (2,3 salários mínimos, cada).

No ano de 2018, as 4,9 milhões de empresas e outras organizações ativas no País possuíam 5,4 milhões de unidades locais, que ocupavam, em 31 de dezembro, 52,2 milhões de pessoas, das quais 45,5 milhões como assalariadas, que receberam R\$ 1,8 trilhão em salários e outras remunerações, de acordo com as informações constantes na Tabela 13.

Tabela 13 - Unidades locais, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2018

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Unidades locais		Pessoal ocupado em 31.12				Salários e outras remunerações (1 000 R\$)		Salário médio mensal (salários mínimos)
			Total		Assalariado				
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	
Brasil	5 447 946	100,0	52 217 587	100,0	45 456 277	100,0	1 754 586 913	100,0	3,1
Norte	198 404	3,6	2 865 174	5,5	2 644 228	5,8	95 166 030	5,4	2,9
Rondônia	34 570	0,6	369 323	0,7	327 707	0,7	10 916 175	0,6	2,7
Acre	8 886	0,2	135 972	0,3	127 134	0,3	4 863 078	0,3	3,0
Amazonas	34 891	0,6	628 110	1,2	589 856	1,3	21 405 629	1,2	2,9
Roraima	6 922	0,1	108 230	0,2	101 119	0,2	4 290 751	0,2	3,4
Pará	76 125	1,4	1 177 333	2,3	1 090 589	2,4	37 231 552	2,1	2,8
Amapá	8 321	0,2	145 118	0,3	136 721	0,3	6 549 991	0,4	3,9
Tocantins	28 689	0,5	301 088	0,6	271 102	0,6	9 908 855	0,6	2,9
Nordeste	836 877	15,4	9 499 224	18,2	8 509 996	18,7	262 732 858	15,0	2,5
Maranhão	68 378	1,3	815 288	1,6	740 073	1,6	23 196 702	1,3	2,5
Piauí	50 924	0,9	509 120	1,0	450 896	1,0	13 756 716	0,8	2,4
Ceará	141 691	2,6	1 632 292	3,1	1 464 011	3,2	42 539 639	2,4	2,3
Rio Grande do Norte	58 972	1,1	653 455	1,3	582 532	1,3	18 614 425	1,1	2,5
Paraíba	61 897	1,1	697 173	1,3	624 314	1,4	17 511 736	1,0	2,3
Pernambuco	137 226	2,5	1 728 745	3,3	1 567 214	3,4	49 197 871	2,8	2,5
Alagoas	40 676	0,7	529 501	1,0	483 173	1,1	13 565 243	0,8	2,3
Sergipe	32 774	0,6	427 043	0,8	387 253	0,9	13 026 949	0,7	2,8
Bahia	244 339	4,5	2 506 607	4,8	2 210 530	4,9	71 323 577	4,1	2,6
Sudeste	2 758 699	50,6	25 843 312	49,5	22 350 745	49,2	918 921 455	52,4	3,3
Minas Gerais	584 240	10,7	5 387 013	10,3	4 633 168	10,2	152 274 109	8,7	2,6
Espírito Santo	109 453	2,0	1 001 051	1,9	855 052	1,9	28 657 580	1,6	2,7
Rio de Janeiro	404 764	7,4	4 505 148	8,6	3 940 569	8,7	175 285 250	10,0	3,6
São Paulo	1 660 242	30,5	14 950 100	28,6	12 921 956	28,4	562 704 517	32,1	3,5
Sul	1 215 778	22,3	9 512 363	18,2	7 963 738	17,5	293 627 489	16,7	3,0
Paraná	448 428	8,2	3 555 223	6,8	2 963 657	6,5	108 306 142	6,2	2,9
Santa Catarina	314 853	5,8	2 595 344	5,0	2 210 001	4,9	78 768 094	4,5	2,8
Rio Grande do Sul	452 497	8,3	3 361 796	6,4	2 790 080	6,1	106 553 253	6,1	3,0
Centro-Oeste	438 188	8,0	4 497 514	8,6	3 987 570	8,8	184 139 081	10,5	3,7
Mato Grosso do Sul	70 679	1,3	665 213	1,3	584 085	1,3	22 502 874	1,3	3,0
Mato Grosso	96 335	1,8	866 032	1,7	749 901	1,6	28 796 688	1,6	3,0
Goiás	178 876	3,3	1 614 126	3,1	1 412 683	3,1	47 977 089	2,7	2,7
Distrito Federal	92 298	1,7	1 352 143	2,6	1 240 901	2,7	84 862 429	4,8	5,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018.

A Região Sudeste destacou-se, concentrando 2,8 milhões das unidades locais do País (50,6%); 25,8 milhões das pessoas ocupadas (49,5%); 22,4 milhões das pessoas assalariadas (49,2%); e R\$ 918,9 bilhões dos salários e outras remunerações (52,4%). A Região Sul foi a segunda colocada em participação no número de unidades locais (22,3%), pessoal ocupado total, juntamente com a Região Nordeste (18,2%), e salários e outras remunerações (16,7%), contudo, em relação ao pessoal ocupado assalariado, ficou na terceira posição (17,5%). A segunda colocação em pessoal ocupado assalariado correspondeu à Região Nordeste (18,7%), que, entretanto, ficou na terceira colocação em número de unidades locais (15,4%), e salários e outras remunerações (15,0%). A Região Centro-Oeste, por sua vez, figurou na quarta colocação em todas as variáveis analisadas, e a Região Norte, na quinta colocação, com as menores participações.

Na análise por Unidades da Federação, São Paulo apresentou as maiores participações relativas em todas as variáveis, com 30,5% do número de unidades locais; 28,6% do pessoal ocupado total; 28,4% do pessoal ocupado assalariado; e 32,1% dos salários e outras remunerações. Minas Gerais figurou na segunda colocação no número de unidades locais (10,7%), pessoal ocupado total (10,3%), e pessoal ocupado assalariado (10,2%), mas ficou com a terceira colocação em salários e outras remunerações (8,7%). Rio de Janeiro situou-se na terceira posição em pessoal ocupado total e pessoal ocupado assalariado (8,6% e 8,7%, respectivamente), mas foi o segundo em salários e outras remunerações (10,0%) e o quinto com relação ao número de unidades locais (7,4%). Roraima, Acre e Amapá registraram as menores participações nessas variáveis, com valores oscilando entre 0,1% e 0,4%.

Em termos salariais, o salário médio mensal foi 3,1 salários mínimos no Brasil, em 2018. Os valores mais elevados foram pagos nas Regiões Centro-Oeste, com 3,7 salários mínimos, e Sudeste, com 3,3 salários. Na Região Sul foram pagos 3,0 salários mínimos mensais; na Região Norte, 2,9 salários; e na Região Nordeste, o menor valor observado, 2,5 salários.

Na comparação com o ano anterior, houve, em todas as Grandes Regiões do País, redução do número de unidades locais e elevação do pessoal ocupado total e assalariado e do total de salários e outras remunerações. O número de unidades locais recuou 1,4% (-77,6 mil unidades); o pessoal ocupado total aumentou 0,5% (278,3 mil pessoas); o pessoal ocupado assalariado, 0,9% (386,0 mil pessoas); e o total de salários e outras remunerações, 0,7% (11,8 bilhões), em termos reais, conforme informações apresentadas na Tabela 14.

A redução do número de unidades locais, em termos relativos, foi mais significativa nas Regiões Nordeste (2,5%) e Centro-Oeste (1,6%), enquanto a Região Sul apresentou a menor variação relativa em número de unidades locais (1,0%). Quanto ao pessoal ocupado assalariado, registrou-se os maiores aumentos nas Regiões Nordeste (1,2%), Norte e Sul (1,1%). Na Região Sudeste, o ganho foi de 0,6% e na Região Centro-Oeste, 0,5%. De maneira geral, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram os maiores ganhos relativos de pessoal ocupado total e assalariado e salários e outras remunerações, em decorrência principalmente, do comportamento positivo do pessoal total e assalariado nos Estados do Maranhão (3,4% e 3,7%), da Bahia (1,4% e 2,1%), do Ceará (1,2% e 1,9%), do Amazonas (1,9% no pessoal total e assalariado) do Pará (1,5% e 1,9%). Os maiores crescimentos nos salários e outras remunerações ocorreram nos Estados do Maranhão (7,1%), do Amazonas (5,3%) e do Acre (5,0%), estados com forte participação da atividade

de *Administração pública, defesa e seguridade social*. Vale destacar ainda, as variações relevantes nas variáveis econômicas, nos Estados de Santa Catarina e do Mato Grosso, apesar de estarem situados em regiões que não tiveram as maiores variações relativas.

Tabela 14 - Variações absoluta e relativa de unidades locais, pessoal ocupado total e assalariado e salários e outras remunerações, em relação ao ano anterior, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2018

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Variações absoluta e relativa (%)							
	Unidades locais		Pessoal ocupado em 31.12				Salários e outras remunerações (R\$ 1000)	
			Total		Assalariado			
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Brasil	(-) 77 601	(-) 1,4	278 336	0,5	385 965	0,9	11 813 954	0,7
Norte	(-) 3 107	(-) 1,5	27 939	1,0	29 852	1,1	3 135 122	3,4
Rondônia	208	0,6	(-) 2 272	(-) 0,6	(-) 2 324	(-) 0,7	76 759	0,7
Acre	(-) 378	(-) 4,1	(-) 1 894	(-) 1,4	(-) 1 755	(-) 1,4	233 207	5,0
Amazonas	(-) 6	-	11 547	1,9	11 236	1,9	1 077 411	5,3
Roraima	91	1,3	(-) 1 658	(-) 1,5	(-) 1 575	(-) 1,5	113 160	2,7
Pará	(-) 3 018	(-) 3,8	17 697	1,5	20 232	1,9	1 206 364	3,3
Amapá	44	0,5	2 842	2,0	2 388	1,8	171 215	2,7
Tocantins	(-) 48	(-) 0,2	1 677	0,6	1 650	0,6	257 005	2,7
Nordeste	(-) 21 484	(-) 2,5	83 132	0,9	103 989	1,2	4 881 106	1,9
Maranhão	(-) 1 093	(-) 1,6	26 849	3,4	26 140	3,7	1 534 623	7,1
Piauí	73	0,1	639	0,1	126	-	114 150	0,8
Ceará	(-) 4 751	(-) 3,2	19 822	1,2	27 370	1,9	859 365	2,1
Rio Grande do Norte	(-) 718	(-) 1,2	(-) 4 646	(-) 0,7	(-) 3 774	(-) 0,6	313 739	1,7
Paraíba	(-) 1 400	(-) 2,2	(-) 1 697	(-) 0,2	(-) 1 447	(-) 0,2	18 895	0,1
Pernambuco	(-) 2 419	(-) 1,7	(-) 544	-	1 721	0,1	715 614	1,5
Alagoas	(-) 883	(-) 2,1	3 150	0,6	4 357	0,9	301 250	2,3
Sergipe	(-) 271	(-) 0,8	3 812	0,9	4 520	1,2	261 965	2,1
Bahia	(-) 10 022	(-) 3,9	35 747	1,4	44 976	2,1	761 505	1,1
Sudeste	(-) 33 462	(-) 1,2	80 276	0,3	144 220	0,6	(-) 139 282	-
Minas Gerais	(-) 9 368	(-) 1,6	27 475	0,5	43 390	0,9	560 909	0,4
Espírito Santo	(-) 1 151	(-) 1,0	11 083	1,1	12 116	1,4	156 577	0,5
Rio de Janeiro	(-) 5 079	(-) 1,2	(-) 50 986	(-) 1,1	(-) 40 855	(-) 1,0	(-) 813 845	(-) 0,5
São Paulo	(-) 17 864	(-) 1,1	92 704	0,6	129 569	1,0	(-) 42 924	-
Sul	(-) 12 485	(-) 1,0	74 855	0,8	86 209	1,1	1 131 627	0,4
Paraná	(-) 3 373	(-) 0,7	34 661	1,0	36 700	1,3	(-) 347 052	(-) 0,3
Santa Catarina	1 423	0,5	58 340	2,3	51 296	2,4	1 258 347	1,6
Rio Grande do Sul	(-) 10 535	(-) 2,3	(-) 18 146	(-) 0,5	(-) 1 787	(-) 0,1	220 332	0,2
Centro-Oeste	(-) 7 063	(-) 1,6	12 134	0,3	21 695	0,5	2 805 381	1,5
Mato Grosso do Sul	(-) 1 359	(-) 1,9	4 436	0,7	5 346	0,9	160 185	0,7
Mato Grosso	(-) 1 045	(-) 1,1	34 652	4,2	35 728	5,0	1 238 989	4,5
Goiás	(-) 2 370	(-) 1,3	(-) 21 260	(-) 1,3	(-) 15 135	(-) 1,1	983 604	2,1
Distrito Federal	(-) 2 289	(-) 2,4	(-) 5 694	(-) 0,4	(-) 4 244	(-) 0,3	422 603	0,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2017-2018.

Em termos absolutos, as maiores quedas no número de unidades locais foram observadas nas Regiões Sudeste (-33,5 mil) e Nordeste (-21,5 mil), conforme Tabela 14. Os maiores ganhos de pessoal assalariado aconteceram também nas Regiões Sudeste (144,2 mil) e Nordeste (104,0 mil), assim como os ganhos de pessoal ocupado total, com variação de 83,1 mil pessoas no Nordeste e 80,3 mil pessoas no Sudeste. Os estados que mais contribuíram para os ganhos de assalariados nessas regiões foram São Paulo (130,0 mil), Bahia (45,0 mil), tendo como destaque *Atividades administrativas e serviços complementares*²⁹; Minas Gerais (43,4 mil), Ceará (27,4 mil), com destaque em *Construção* e Maranhão (26,1 mil), com destaque na atividade de *Administração pública*. Já os maiores saldos em salários e outras remunerações ocorreram nas Regiões Nordeste e Norte, com 4,9 bilhões e 3,1 bilhões, respectivamente, tendo como destaque Maranhão (1,5 bilhão), Pará (1,2 bilhão) e Amazonas (1,1 bilhão), estados com forte participação da atividade de *Administração pública, defesa e seguridade social*. Novamente, ressaltam-se as variações relevantes nas variáveis econômicas, em Santa Catarina e Mato Grosso, apesar de estarem situados em regiões que não tiveram as maiores variações absolutas. O Estado do Rio de Janeiro registrou a maior redução absoluta e relativa nos salários e as maiores perdas absolutas em pessoal ocupado total e assalariado.

Evolução das informações no período de 2007 a 2018

O objetivo deste tópico é analisar as informações de 2018, confrontando-as com as do período de 2007 a 2018. O ano de 2007 foi escolhido como inicial por representar o primeiro ano de divulgação da série atual das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, possibilitando, assim, uma análise ao longo dos últimos 11 anos.

Entre 2007 e 2018, o número de empresas e outras organizações formais brasileiras cresceu, em termos acumulados, 11,7%, passando de 4,4 milhões para 4,9 milhões, o que representa um saldo líquido positivo de 517,5 mil organizações (Tabela 15).

Tabela 15 - Variação acumulada de empresas e outras organizações, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal - Brasil - 2007/2018

Variáveis	2007	2018	Variação acumulada	
			Absoluta	Relativa (%)
Empresas e outras organizações	4 420 345	4 937 861	517 516	11,7
Pessoal ocupado total	42 641 175	52 217 587	9 576 412	22,5
Pessoal ocupado assalariado	36 658 326	45 456 277	8 797 951	24,0
Sócios e proprietários	5 982 849	6 761 310	778 461	13,0
Salários e outras remunerações (1 000 R\$) (1)	1 125 369 474	1 754 586 913	629 217 439	55,9
Salário médio mensal (R\$) (1)	2 393,53	2 952,87	559,34	23,4
Salário médio mensal (salários mínimos)	3,4	3,1	(-) 0,3	(-) 8,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2007/2018.

(1) Utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, como deflator do salário médio mensal do ano de 2007, tendo como referência o ano de 2018.

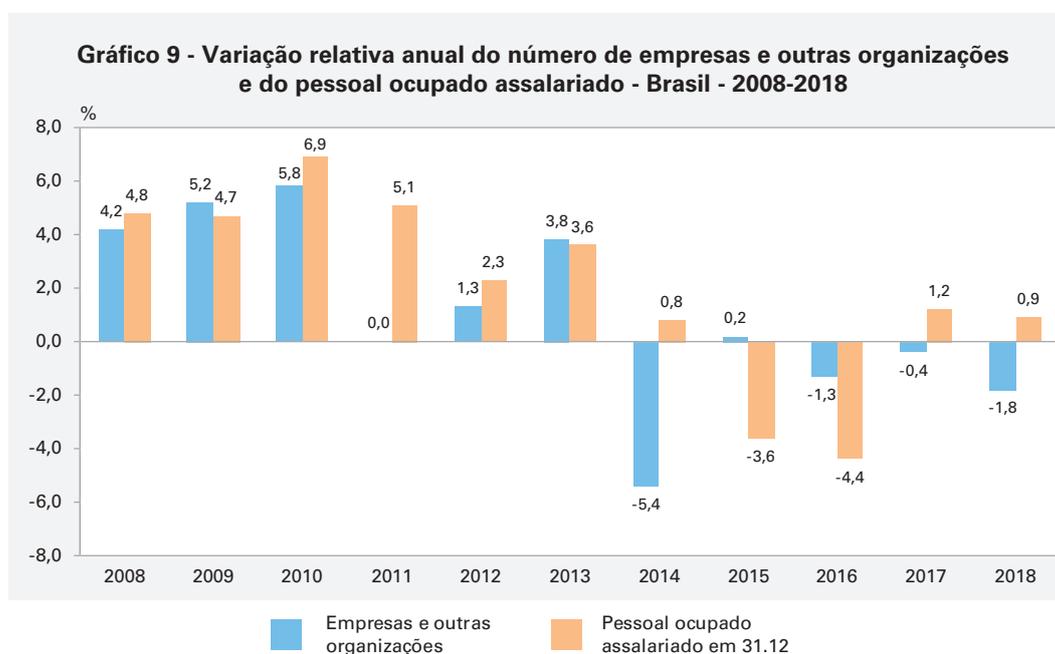
²⁹ As informações referentes as Unidades da Federação e o detalhamento por seções de atividade podem ser consultadas na tabela 6703 no Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA no endereço: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6703>.

O pessoal ocupado total e o assalariado aumentaram em um ritmo maior do que das organizações, 22,5% e 24,0%, respectivamente, passando de 42,6 milhões para 52,2 milhões e de 36,7 milhões para 45,5 milhões. O pessoal ocupado total cresceu 9,6 milhões de pessoas, das quais 8,8 milhões de pessoas (91,9%) como assalariadas.

Em termos salariais, o valor total de salários e outras remunerações pago pelas empresas e outras organizações aumentou 55,9%, em termos reais³⁰, passando de R\$ 1,1 trilhão para R\$ 1,8 trilhão. Ao mesmo tempo, o salário médio mensal registrou elevação de 23,4%, em termos reais, alterando-se de R\$ 2 393,53 para R\$ 2 952,87. Em termos de salários mínimos, contudo, o salário médio mensal recuou de 3,4 para 3,1 salários.

Ao analisar mais detalhadamente esse período, observa-se que a variação relativa anual do número de empresas e outras organizações foi positiva entre 2008 e 2010, nula em 2011, voltando a crescer em 2012 e 2013 (Gráfico 9). Entre 2014 e 2018, em decorrência do fraco desempenho do PIB, essa taxa foi negativa, com exceção de 2015, quando aumentou 0,2%.

As variações relativas do pessoal ocupado assalariado apresentaram um comportamento distinto do observado nas variações relativas ao número de empresas e outras organizações. Entre 2008 e 2014, as variações do pessoal assalariado foram positivas, atingindo o maior valor em 2010 (6,9%), e o menor em 2014 (0,8%). Nos anos de 2015 e 2016, contudo, as variações foram negativas (-3,6% e -4,4%, respectivamente), voltando a aumentar em 2017 (1,2%) e em 2018 (0,9%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2007-2018.

³⁰ Utilizou-se o INPC, calculado pelo IBGE, como deflator do total de salários e outras remunerações e do salário médio mensal do ano de 2007, tendo como referência o ano de 2018.

Em termos absolutos, o número de empresas e outras organizações passou de 4,4 milhões em 2007 para 4,9 milhões em 2018, o que significa um saldo líquido de 517,5 mil organizações, enquanto o pessoal assalariado cresceu 8,8 milhões, ao aumentar de 36,7 milhões para 45,5 milhões de pessoas (Tabela 16).

Entre 2007 e 2013, houve um crescimento contínuo no número de empresas e outras organizações, passando de 4,4 milhões para 5,4 milhões, com um saldo líquido de 971,9 mil organizações. Em 2014, esse número recuou em 288,9 mil organizações, chegando a 5,1 milhões. Em 2015, apresentou um pequeno aumento, da ordem de 11,6 mil, entretanto, em 2016, em 2017 e em 2018, o número de empresas e outras organizações novamente recuou: 64,4 mil em 2016, 21,5 mil em 2017 e 91,2 mil em 2018. Assim, a despeito do acréscimo observado entre 2007 e 2013, a redução verificada nos anos de 2014 e de 2016 a 2018 diminuiu o número total de empresas e outras organizações formais ativas no País. Desse modo, o valor observado em 2018 é o menor desde 2010.

O pessoal ocupado assalariado, por sua vez, evidenciou um crescimento contínuo entre 2007 e 2014, um ano a mais do que o observado no número de empresas e outras organizações. Nesse período, foram gerados 11,6 milhões novos postos de trabalho assalariados formais, que passaram de 36,7 milhões para 48,3 milhões, o mais elevado da série analisada. Nos anos de 2015 e 2016, esse movimento se inverteu com a redução de 3,7 milhões de postos assalariados, sendo 1,7 milhão em 2015 e 2,0 milhões em 2016. Em 2017, esse número voltou a crescer, com saldo líquido de 550,7 mil novos postos assalariados formais, assim como em 2018 com 386,0 mil novos postos, atingindo 45,5 milhões de pessoas ocupadas assalariadas. Dessa forma, o crescimento observado nesses dois últimos anos ainda não foi suficiente para compensar as perdas de postos assalariados em 2015 e em 2016.

Tabela 16 - Empresas e outras organizações e pessoal ocupado assalariado, com indicação do saldo em relação ao ano anterior - Brasil - 2007-2018

Ano	Empresas e outras organizações		Pessoal ocupado assalariado	
	Total	Saldo em relação ao ano anterior	Total	Saldo em relação ao ano anterior
2007	4 420 345	-	36 658 326	-
2008	4 607 261	186 916	38 407 783	1 749 457
2009	4 846 639	239 378	40 212 057	1 804 274
2010	5 128 568	281 929	43 000 578	2 788 521
2011	5 129 205	637	45 184 019	2 183 441
2012	5 195 250	66 045	46 242 713	1 058 694
2013	5 392 234	196 984	47 890 419	1 647 706
2014	5 103 357	(-) 288 877	48 271 711	381 292
2015	5 114 983	11 626	46 557 150	(-) 1 714 561
2016	5 050 615	(-) 64 368	44 519 619	(-) 2 037 531
2017	5 029 109	(-) 21 506	45 070 312	550 693
2018	4 937 861	(-) 91 248	45 456 277	385 965

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2007-2018.

As Tabelas 17 e 18 apresentam informações sobre o número de empresas e outras organizações entre 2007 e 2018, ressaltando o seu saldo, a participação relativa no saldo, a variação relativa e a participação relativa no período, segundo as seções da CNAE 2.0.

Entre 2007 e 2018, como já mostrado, o número de empresas e outras organizações registrou um saldo líquido de 517,5 mil novas organizações. O maior acréscimo ocorreu na seção *Atividades administrativas e serviços complementares*, com um saldo de 146,0 mil organizações, o que corresponde a 28,2% do total, seguida por *Atividades profissionais, científicas e técnicas* e *Saúde humana e serviços sociais*, com saldos de 141,2 mil e 122,3 mil organizações, representando participação relativa de 27,3% e 23,6% no saldo total, respectivamente. *Construção* e *Atividades imobiliárias* também se destacaram com saldos de 119,6 mil e 66,9 mil novas organizações, respectivamente. Por outro lado, a seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas*, que é a maior em número de empresas e outras organizações, teve seu total de organizações reduzido em 243,0 mil, passando de 2,0 milhões para 1,8 milhão, e a seção *Outras atividades de serviços* diminuiu em 96,8 mil empresas e outras organizações, de 347,8 mil para 251,0 mil, entre 2007 e 2018, respectivamente.

Uma outra perspectiva é analisar a variação relativa do número de empresas e outras organizações ao longo desse período. O total de organizações cresceu 11,7%, contudo, por seções de atividade econômica, o comportamento foi heterogêneo. As seções *Atividades imobiliárias*, *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*, *Eletricidade e gás*, *Saúde humana e serviços sociais* e *Construção* apresentaram aumentos superiores a 100,0%. As seções *Indústrias extrativas* e *Indústrias de transformação* tiveram redução de 2,1% e 3,7%, respectivamente, e as seções *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Outras atividades de serviços* registraram quedas muito superiores, 11,9% e 27,8%, respectivamente. Nas demais seções, houve acréscimo do número de empresas e outras organizações.

As diferentes variações relativas do número de empresas e outras organizações entre 2007 e 2018 ocasionaram uma alteração na composição das empresas e outras organizações, segundo as seções da CNAE 2.0, como mostra a Tabela 18. A principal modificação foi a redução de 9,7 pontos percentuais na participação relativa da seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas*, passando de 46,0%, em 2007, para 36,3%, em 2018. Pode-se destacar, ainda, a diminuição de 2,8 pontos percentuais em *Outras atividades de serviços*, que decresceu de 7,9% para 5,1%, e de 1,2 ponto percentual nas *Indústrias de transformação*, que passou de 9,0% para 7,8%. A redução na participação em *Alojamento e alimentação* (-0,2 ponto percentual) ocorreu entre 2017 e 2018, pois mantinha-se estável em torno de 6,1% desde 2007. A seção *Informação e comunicação* apresentou uma trajetória de redução na participação entre 2007 e 2015/2016, de 3,0% para 2,7%, mas tem conseguido paulatinamente aumentar sua participação em 2017 e em 2018, atingindo 2,9% das empresas e outras organizações brasileiras. Em contraposição, houve aumento em diferentes seções, mas em uma magnitude menor. A seção *Atividades profissionais, científicas e técnicas*, que aumentou sua participação relativa de forma contínua entre 2007 e 2018, com um avanço de 2,4 pontos percentuais, passando de 4,1% para 6,5%. A seção *Saúde e serviços sociais* apresentou um movimento semelhante, crescendo em 2,3 pontos percentuais, de 2,5% para 4,8%, ou seja, quase dobrando a sua participação no período em análise. A participação da seção *Atividades administrativas e serviços complementares* cresceu continuamente no período em análise, passando de 7,6% para 9,8%, ou seja, mais 2,2 pontos percentuais. A seção *Construção* também cresceu, 2,1 pontos percentuais, contudo esse aumento foi observado no período entre 2007 e 2013, mantendo sua participação constante em 4,8% entre 2014 e 2018.

Tabela 17 - Empresas e outras organizações, com indicação de saldo e variação relativa, em ordem decrescente do saldo, segundo as seções da CNAE 2.0 - Brasil - 2007/2018

Seções da CNAE 2.0	Empresas e outras organizações				
	2007	2018	Saldo 2018/2007		Variação relativa (%)
			Absoluto	Participação relativa (%)	
Total	4 420 345	4 937 861	517 516	100,0	11,7
N Atividades administrativas e serviços complementares	336 804	482 670	145 866	28,2	43,3
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	181 328	322 536	141 208	27,3	77,9
Q Saúde humana e serviços sociais	112 445	234 740	122 295	23,6	108,8
F Construção	117 416	236 979	119 563	23,1	101,8
L Atividades imobiliárias	31 191	98 096	66 905	12,9	214,5
P Educação	111 364	174 553	63 189	12,2	56,7
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	36 911	98 701	61 790	11,9	167,4
H Transporte, armazenagem e correio	161 171	217 842	56 671	11,0	35,2
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	60 506	99 119	38 613	7,5	63,8
I Alojamento e alimentação	271 044	292 320	21 276	4,1	7,8
R Artes, cultura, esporte e recreação	55 071	69 617	14 546	2,8	26,4
J Informação e comunicação	131 561	140 855	9 294	1,8	7,1
E Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	6 979	11 949	4 970	1,0	71,2
O Administração pública, defesa e seguridade social	14 432	18 753	4 321	0,8	29,9
D Eletricidade e gás	1 100	2 791	1 691	0,3	153,7
U Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	174	264	90	0,0	51,7
B Indústrias extrativas	9 937	9 730	(-) 207	(-) 0,0	(-) 2,1
C Indústrias de transformação	398 181	383 380	(-) 14 801	(-) 2,9	(-) 3,7
S Outras atividades de serviços	347 810	251 042	(-) 96 768	(-) 18,7	(-) 27,8
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2 034 920	1 791 924	(-) 242 996	(-) 47,0	(-) 11,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2007/2018.

A partir das informações da Tabela 18, portanto, é possível observar que a mudança na distribuição das empresas e outras organizações brasileiras por seção da CNAE 2.0 foi gradativa ao longo dos anos analisados, e que as empresas comerciais, que representavam quase metade das empresas ativas no País em 2007, mostraram forte queda em sua participação, enquanto as empresas ligadas, principalmente, ao segmento de serviços aumentaram a sua participação.

Tabela 18 - Distribuição percentual de empresas e outras organizações, em ordem decrescente da diferença em pontos percentuais, segundo as seções da CNAE 2.0 - Brasil - 2007-2018

Seções da CNAE 2.0	Distribuição percentual de empresas e outras organizações (%)												Diferença em pontos percentuais 2018/2007
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	4,1	4,3	4,5	4,6	4,7	4,9	5,0	5,2	5,4	5,7	6,0	6,5	2,4
Q Saúde humana e serviços sociais	2,5	2,6	2,6	2,7	2,7	2,9	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,8	2,3
N Atividades administrativas e serviços complementares	7,6	7,7	7,7	7,8	8,0	8,3	8,5	8,8	9,0	9,2	9,5	9,8	2,2
F Construção	2,7	2,9	3,1	3,5	3,9	4,2	4,6	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	2,1
L Atividades imobiliárias	0,7	0,8	0,8	0,9	1,0	1,1	1,3	1,4	1,6	1,7	1,8	2,0	1,3
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0,8	1,1	1,8	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	1,2
P Educação	2,5	2,5	2,6	2,5	2,3	2,4	2,4	2,5	3,3	3,4	3,5	3,5	1,0
H Transporte, armazenagem e correio	3,7	3,7	3,8	3,9	4,1	4,3	4,4	4,6	4,6	4,5	4,5	4,4	0,7
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1,4	1,4	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5	1,5	1,6	1,7	1,8	2,0	0,6
O Administração pública, defesa e seguridade social	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,1
D Eletricidade e gás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
R Artes, cultura, esporte e recreação	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	0,1
E Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
U Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
B Indústrias extrativas	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
J Informação e comunicação	3,0	2,9	2,9	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,7	2,7	2,8	2,9	(-) 0,1
I Alojamento e alimentação	6,1	6,2	6,2	6,2	6,2	6,1	6,1	6,2	6,2	6,2	6,1	5,9	(-) 0,2
C Indústrias de Transformação	9,0	8,9	8,6	8,6	8,5	8,4	8,3	8,4	8,3	8,1	7,9	7,8	(-) 1,2
S Outras atividades de serviços	7,9	7,7	7,7	7,5	7,6	7,3	7,3	6,4	5,8	5,7	5,5	5,1	(-) 2,8
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	46,0	45,4	44,5	43,7	42,8	41,8	40,8	40,1	39,2	38,4	37,5	36,3	(-) 9,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2007-2018.

As Tabelas 19 e 20 apresentam as informações sobre pessoal ocupado assalariado entre 2007 e 2018, ressaltando o saldo de pessoal assalariado, a participação relativa no saldo, a variação relativa e a participação relativa, segundo as seções da CNAE 2.0.

O pessoal ocupado assalariado cresceu 8,8 milhões de pessoas nesse período, passando de 36,7 milhões para 45,5 milhões. Por atividade econômica, verifica-se que a seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* se destacou com mais 2,2 milhões de pessoas assalariadas (apesar de ter sido a seção de atividade que teve a maior redução em número de empresas e outras organizações), seguida de *Educação*, com mais 1,7 milhão, e *Saúde humana e serviços sociais*, com mais 1,6 milhão, representando 25,6%, 19,0% e 17,7% do saldo, respectivamente, ou seja: essas três seções responderam pelo saldo de 5,5 milhões de pessoas assalariadas (62,3%). Nas seções *Outras atividades de serviços*, *Administração pública, defesa e seguridade social* e *Indústrias de transformação*, contudo, houve reduções do pessoal ocupado assalariado entre 2007 e 2018: 331,1 mil, 162,7 mil e 31,2 mil pessoas, respectivamente.

Em termos de variação relativa, o pessoal ocupado assalariado cresceu 24,0% entre 2007 e 2018. A maior variação positiva, dentre as principais seções, foi observada na seção *Saúde humana e serviços sociais* (122,4%), em *Educação* (103,3%) e em *Atividades profissionais, científicas e técnicas* (88,8%). *Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* cresceu 123,9%, mas sua participação relativa no pessoal assalariado é muito pequena. Por sua vez, *Outras atividades de serviços* decresceu 29,3%; *Administração pública, defesa e seguridade social*, 2,1%; e *Indústrias de transformação*, 0,4%.

Assim como ocorreu com a distribuição do número de empresas e outras organizações, a composição do pessoal ocupado assalariado sofreu alterações ao longo do período em análise. Destacam-se as seções *Educação* e *Saúde humana e serviços sociais*, que registraram os maiores saldos, com aumentos da participação relativa em 2,8 pontos percentuais e 2,7 pontos percentuais, respectivamente, com crescimento contínuo no período em análise. A seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* cresceu em 1,4 ponto percentual no pessoal ocupado assalariado entre 2007 e 2018. Contudo, observa-se dois subperíodos distintos. Entre 2007 e 2016, a sua participação cresceu 1,8 ponto percentual, passando de 18,0% para 19,8%, e em 2017 e em 2018 houve recuo passando para 19,5% e 19,4%, respectivamente. Ou seja, diferentemente das seções *Educação* e *Saúde humana e serviços sociais*, que têm apresentado crescimento contínuo na participação de pessoal assalariado, desde 2017 a seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* tem reduzido a sua participação no pessoal ocupado assalariado.

As seções *Indústrias de transformação* e *Outras atividades de serviços*, por outro lado, apresentaram reduções contínuas do pessoal ocupado assalariado. no período 2007-2018, tendo suas participações relativas reduzidas em 3,9 pontos percentuais e 1,3 pontos percentuais, respectivamente. *Administração pública, defesa e seguridade social* apresentou redução da ordem de 4,5 pontos percentuais entre 2007 e 2018, porém a sua participação oscilou no período em análise, mas mantendo-se desde 2010 entre 16 e 17%.

Assim como na distribuição das empresas e outras organizações, entre 2007 e 2018, também houve alteração na participação relativa do pessoal ocupado assalariado por seção da CNAE 2.0. Desde 2010, a seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* mantém-se na primeira colocação em pessoal ocupado assalariado, adotando posição anteriormente assumida pelas seções *Administração pública, defesa e seguridade social* ou *Indústrias de transformação*, que passaram a se revezar na segunda e na terceira colocações. Desde 2015, porém, as *Indústrias de transformação* permanecem na terceira colocação em pessoal ocupado assalariado devido à queda redução do número de pessoas assalariadas e na sua participação relativa.

Tabela 19 - Pessoal ocupado assalariado, com indicação de saldo e variação relativa, em ordem decrescente do valor absoluto do saldo, segundo as seções da CNAE 2.0 - Brasil - 2007/2018

Seções da CNAE 2.0	Pessoal ocupado assalariado em 31.12				
	2007	2018	Saldo 2018/2007		Variação relativa (%)
			Absoluto	Participação relativa (%)	
Total	36 658 326	45 456 277	8 797 951	100,0	24,0
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	6 589 179	8 838 245	2 249 066	25,6	34,1
P Educação	1 613 916	3 281 377	1 667 461	19,0	103,3
Q Saúde humana e serviços sociais	1 275 591	2 836 549	1 560 958	17,7	122,4
N Atividades administrativas e serviços complementares	3 135 763	4 300 486	1 164 723	13,2	37,1
I Alojamento e alimentação	1 237 755	1 866 575	628 820	7,1	50,8
H Transporte, armazenagem e correio	1 742 051	2 312 513	570 462	6,5	32,7
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	525 850	992 784	466 934	5,3	88,8
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	719 035	996 653	277 618	3,2	38,6
J Informação e comunicação	639 576	902 014	262 438	3,0	41,0
F Construção	1 680 664	1 827 956	147 292	1,7	8,8
R Artes, cultura, esporte e recreação	176 203	281 566	105 363	1,2	59,8
E Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	312 874	396 884	84 010	1,0	26,9
L Atividades imobiliárias	83 613	154 492	70 879	0,8	84,8
B Indústrias extrativas	151 183	185 966	34 783	0,4	23,0
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	418 493	439 778	21 285	0,2	5,1
D Eletricidade e gás	117 011	126 382	9 371	0,1	8,0
U Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1 180	2 642	1 462	-	123,9
C Indústrias de Transformação	7 240 431	7 209 270	(-) 31 161	(-) 0,4	(-) 0,4
O Administração pública, defesa e seguridade social	7 868 301	7 705 595	(-) 162 706	(-) 1,8	(-) 2,1
S Outras atividades de serviços	1 129 657	798 550	(-) 331 107	(-) 3,8	(-) 29,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2007/2018.

Tabela 20 - Distribuição percentual do pessoal ocupado assalariado, em ordem decrescente da diferença em pontos percentuais, segundo as seções da CNAE 2.0 - Brasil - 2007-2018

Seções da CNAE 2.0	Distribuição percentual do pessoal ocupado assalariado em 31.12 (%)												Diferença em pontos percentuais 2018/2007
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
P Educação	4,4	6,0	5,7	5,9	5,7	5,8	5,8	6,3	6,4	6,8	7,2	7,2	2,8
Q Saúde humana e serviços sociais	3,5	3,7	3,7	4,3	4,3	4,5	4,6	4,8	5,1	5,3	6,1	6,2	2,7
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	18,0	18,4	18,5	18,7	18,9	19,2	19,1	19,3	19,5	19,8	19,5	19,4	1,4
N Atividades administrativas e serviços complementares	8,6	8,5	8,7	8,9	9,0	9,3	9,3	9,3	9,3	9,3	9,3	9,5	0,9
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	1,4	1,6	1,8	1,9	2,0	2,1	2,0	2,0	2,1	2,1	2,1	2,2	0,8
I Alojamento e alimentação	3,4	3,5	3,5	3,6	3,7	3,8	3,8	4,0	4,1	4,2	4,1	4,1	0,7
H Transporte, armazenagem e correio	4,8	4,8	4,9	4,9	5,1	5,2	5,2	5,2	5,2	5,2	5,1	5,1	0,3
J Informação e comunicação	1,7	1,8	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,8	2,0	2,0	1,9	2,0	0,3
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,1	2,2	2,1	2,2	0,2
L Atividades imobiliárias	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,1
R Artes, cultura, esporte e recreação	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,1
B Indústrias extrativas	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	-
D Eletricidade e gás	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	-
E Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	-
U Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	-
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1,1	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	(-) 0,1
F Construção	4,6	5,2	5,6	6,1	6,4	6,6	6,6	6,2	5,4	4,5	4,1	4,0	(-) 0,6
S Outras atividades de serviços	3,1	3,0	2,9	2,8	2,7	2,6	2,5	2,4	2,4	2,1	1,9	1,8	(-) 1,3
C Indústrias de Transformação	19,8	19,4	18,6	18,6	18,2	17,9	17,7	17,2	16,4	16,3	16,0	15,9	(-) 3,9
O Administração pública, defesa e seguridade social	21,5	18,9	19,2	17,3	17,0	16,0	16,3	16,2	16,7	16,9	17,1	17,0	(-) 4,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2007-2018.

A seguir, são analisadas as Tabelas 21 e 22, que apresentam informações sobre pessoal ocupado assalariado, segundo o sexo e o nível de escolaridade entre os anos de 2009 e 2018. A escolha do ano de 2009 ocorre por ser o primeiro ano para o qual o

CEMPRE dispõe desses dados. Optou-se por efetuar tal abordagem, apesar de a série se iniciar após 2007, com o intuito de enriquecer a análise.

Em 2009, os homens representavam 58,1% do pessoal ocupado assalariado. A sua participação foi se reduzindo a cada ano, atingindo 55,4% em 2017 e permanecendo nesse patamar em 2018. Isso representa uma queda de 2,7 pontos percentuais no período 2009-2018. Isso ocorreu porque, em termos relativos, o pessoal assalariado masculino cresceu somente 7,8%, enquanto o feminino cresceu quase o triplo, 20,4%. Ressalta-se, ainda, que, do saldo de 5,2 milhões de novos postos de trabalho assalariados no período de 2009 a 2018, 3,4 milhões (65,4%) foram ocupados por mulheres, e 1,8 milhão (34,6%), por homens.

Considerando-se a escolaridade, existe uma forte prevalência de pessoas sem nível superior no total do pessoal ocupado assalariado das organizações brasileiras, contudo tem ocorrido uma redução contínua da sua participação, que passou de 83,5%, em 2009, para 76,5%, em 2018, ou seja, uma diminuição de 7,0 pontos percentuais. Isso se deve às diferentes taxas de variação desses grupos: o pessoal ocupado assalariado sem nível superior cresceu 3,6%, enquanto o pessoal com nível superior subiu 60,9%. Além disso, do saldo de 5,2 milhões de novos postos assalariados, 4,0 milhões (77,0%) foram ocupados por pessoas com nível superior, e 1,2 milhão (23,0%), por pessoas sem nível superior. Sendo assim, o total de pessoas ocupadas com nível superior completo nas organizações brasileiras passou de 6,6 milhões, em 2009, para 10,7 milhões, em 2018. Com esse crescimento, a sua participação passou de 16,5% para 23,5%, enquanto das pessoas ocupadas sem nível superior passou de 83,5% para 76,5%.

Tabela 21 - Pessoal ocupado assalariado, com indicação de saldo e variação relativa, por sexo e nível de escolaridade - Brasil - 2009-2018

Ano	Pessoal ocupado assalariado em 31.12				
	Total	Sexo		Nível de escolaridade	
		Homens	Mulheres	Sem nível superior	Com nível superior
2009	40 212 057	23 376 125	16 835 932	33 580 487	6 631 570
2010	43 000 578	24 904 592	18 095 986	35 865 158	7 135 420
2011	45 184 019	26 062 816	19 121 203	37 445 402	7 738 617
2012	46 242 713	26 501 756	19 740 957	38 037 534	8 205 179
2013	47 890 419	27 316 260	20 574 159	39 028 759	8 861 660
2014	48 271 711	27 281 087	20 990 624	38 799 274	9 472 437
2015	46 557 150	26 060 183	20 496 967	37 043 810	9 513 340
2016	44 519 619	24 751 530	19 768 089	34 855 015	9 664 604
2017	45 070 312	24 964 915	20 105 397	34 866 391	10 203 921
2018	45 456 277	25 188 719	20 267 558	34 785 873	10 670 404
Saldo 2018/2009	5 244 220	1 812 594	3 431 626	1 205 386	4 038 834
Variação relativa 2018/2009 (%)	13,0	7,8	20,4	3,6	60,9

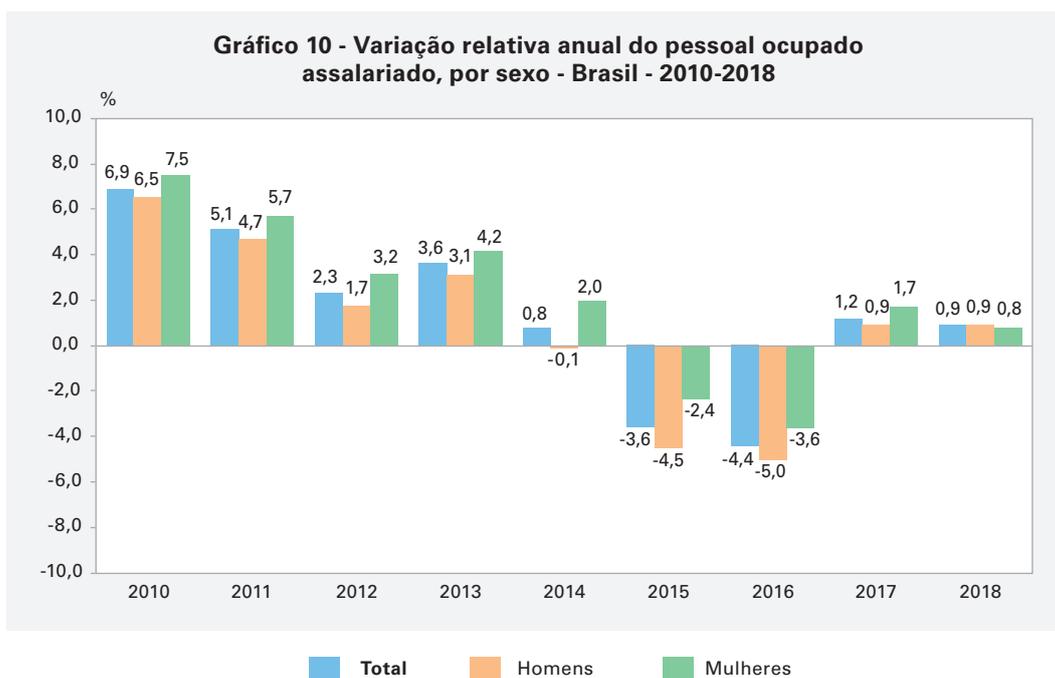
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2009-2018.

Tabela 22 - Distribuição percentual do pessoal ocupado assalariado, por sexo e nível de escolaridade - Brasil - 2009-2018

Ano	Distribuição percentual do pessoal ocupado assalariado em 31.12 (%)			
	Sexo		Nível de escolaridade	
	Homens	Mulheres	Sem nível superior	Com nível superior
2009	58,1	41,9	83,5	16,5
2010	57,9	42,1	83,4	16,6
2011	57,7	42,3	82,9	17,1
2012	57,3	42,7	82,3	17,7
2013	57,0	43,0	81,5	18,5
2014	56,5	43,5	80,4	19,6
2015	56,0	44,0	79,6	20,4
2016	55,6	44,4	78,3	21,7
2017	55,4	44,6	77,4	22,6
2018	55,4	44,6	76,5	23,5

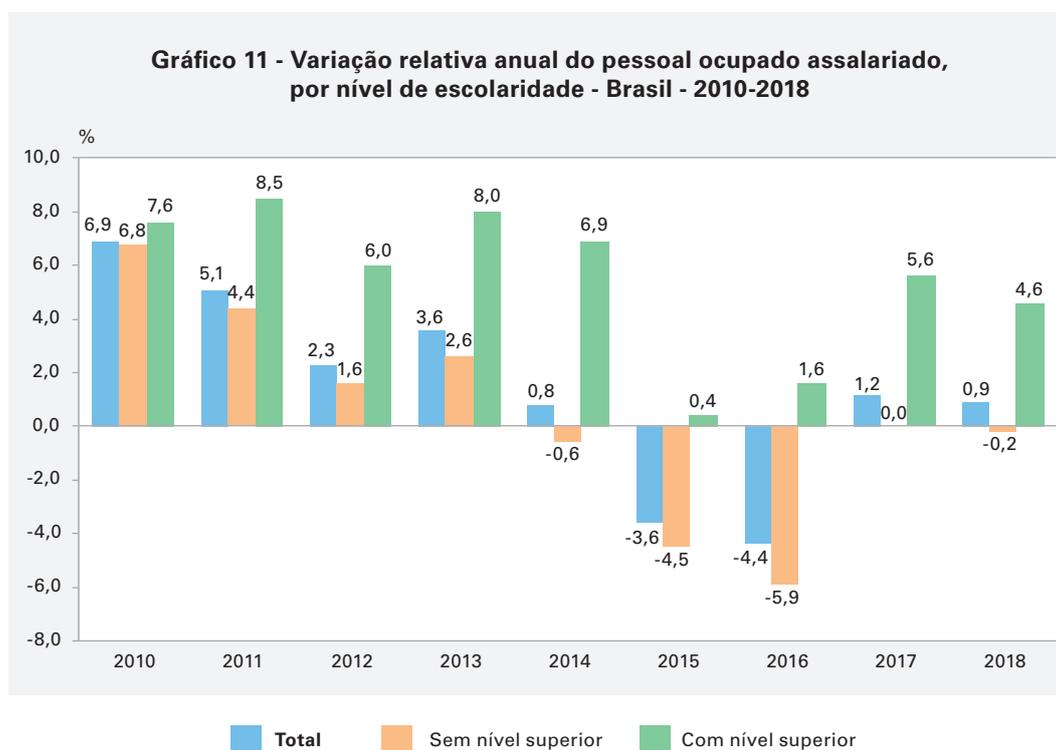
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2009-2018.

O Gráfico 10 mostra a variação relativa anual do pessoal ocupado assalariado, segundo o sexo, entre 2010 e 2018. Ressalta-se que as variações das taxas femininas foram superiores às masculinas de 2010 a 2014 e em 2017. Nos anos em que ocorreu redução da taxa, 2015 e 2016, o número de pessoas assalariadas, em ambos os sexos, se reduziu, porém a queda da taxa feminina foi menor do que a masculina, ou seja: na crise econômica observada nesse período, o decréscimo do pessoal assalariado masculino foi maior do que o feminino. Em 2018, as taxas ficaram próximas, mas a masculina ficou acima com 0,9%, enquanto a feminina foi 0,8%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2009-2018.

O Gráfico 11 mostra as variações relativas anuais do pessoal ocupado assalariado, segundo o nível de escolaridade, entre 2010 e 2018. As variações relativas do pessoal ocupado sem nível superior acompanharam o crescimento ou decréscimo econômico. Em anos de forte crescimento do PIB, como em 2010, a variação atingiu 6,8%. Nos anos seguintes, no entanto, esse ritmo foi diminuindo, sendo negativo no período da crise econômica ocorrida entre 2014 e 2016. Por sua vez, o crescimento do pessoal ocupado assalariado com nível superior foi positivo em todos os anos analisados, mesmo naqueles de crise econômica e forte redução do pessoal assalariado total, ou seja: pode-se dizer que a melhor formação acadêmica auxilia na permanência do trabalhador no mercado de trabalho.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2009-2018.

Em termos salariais, entre 2009 e 2018, os valores médios mensais cresceram 13,8%, em termos reais, passando de R\$ 2 594,31 para R\$ 2 952,87 (Tabela 23). As mulheres obtiveram aumentos reais superiores aos dos homens nesse período (17,4% e 12,6%, respectivamente), o que possibilitou a redução da diferença salarial entre homens e mulheres, de 25,0% para 19,8%.

Na análise por escolaridade, constata-se que a evolução salarial dos assalariados sem nível superior foi maior do que a registrada entre aqueles com nível superior (7,4% e -2,0%, respectivamente). Assim, neste caso, também ocorreu diminuição da diferença salarial entre esses dois grupos: de 223,5% para 195,4%. Ressalta-se que, mesmo com essa queda, os salários médios mensais pagos ao pessoal ocupado assalariado com nível superior em 2018, R\$ 5 969,32, foram quase o triplo dos valores pagos àqueles que não possuíam nível superior completo, R\$ 2 020,88.

Tabela 23 - Salários médios mensais, em termos reais, por sexo e nível de escolaridade, com indicação das diferenças salariais - Brasil - 2009-2018

Ano	Salários médios mensais, em termos reais						
	Total	Sexo			Nível de escolaridade		
		Homem	Mulher	Diferença salarial Homem/Mulher (%)	Sem nível superior	Com nível superior	Diferença salarial com nível superior/sem nível superior (%)
2009	2 594,31	2 832,54	2 266,88	25,0	1 882,35	6 089,19	223,5
2010	2 610,29	2 857,38	2 271,70	25,8	1 891,35	6 127,19	224,0
2011	2 672,87	2 926,88	2 327,71	25,7	1 930,46	6 165,56	219,4
2012	2 728,25	2 985,91	2 383,07	25,3	1 963,88	6 185,53	215,0
2013	2 829,97	3 104,93	2 467,72	25,8	2 028,80	6 286,07	209,8
2014	2 882,02	3 156,54	2 524,94	25,0	2 052,18	6 254,16	204,8
2015	2 790,86	3 047,25	2 465,95	23,6	1 964,14	6 019,62	206,5
2016	2 809,47	3 056,90	2 500,98	22,2	1 970,92	5 814,72	195,0
2017	2 946,59	3 191,97	2 643,60	20,7	2 039,53	6 032,65	195,8
2018	2 952,87	3 189,05	2 661,25	19,8	2 020,88	5 969,32	195,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2009-2018.

Nota: Utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, como deflator do salário médio mensal dos anos de 2007 a 2017, tendo como referência o ano de 2018.

Para a análise regional, utilizam-se as informações provenientes das unidades locais das empresas e outras organizações (que são os endereços de atuação). O Gráfico 12 apresenta a variação relativa do número de unidades locais e do pessoal ocupado assalariado entre 2007 e 2018. Observa-se que o número de unidades locais avançou, em média, 14,2% nesse período – acima, portanto, dos 11,7% de aumento ocorrido no número de empresas e outras organizações – por sua vez o pessoal ocupado assalariado cresceu, em média, 24,0%. O avanço mais expressivo em ambas as variáveis ocorreu nas Regiões Centro-Oeste (28,1% e 38,8%, respectivamente) e Norte (23,0% e 37,9%, respectivamente). Na Região Nordeste, o pessoal ocupado assalariado registrou uma elevação significativa, de 31,8%, embora o crescimento do número de unidades locais tenha sido o menor aumento entre as regiões, 11,7%. A Região Sudeste apresentou o segundo menor crescimento em número de unidades locais (12,9%) e o menor em pessoal ocupado assalariado (17,1%).

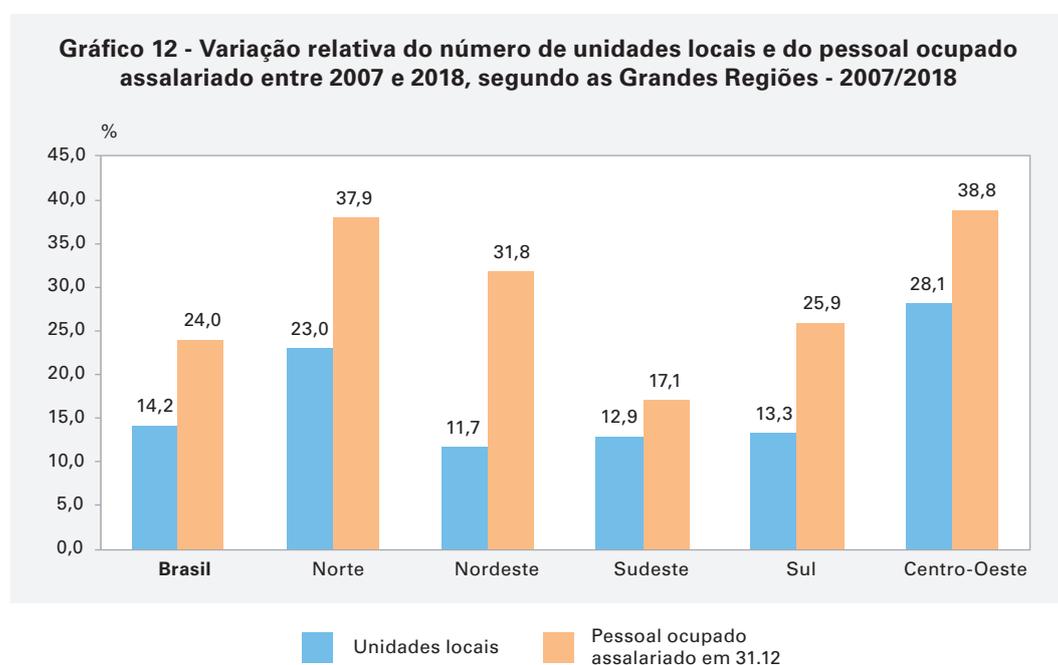
O crescimento diferenciado de unidades locais e de pessoal assalariado por Grandes Regiões não alterou significativamente a distribuição regional dessas variáveis no período em análise. A Região Sudeste manteve-se com as maiores participações relativas, embora tenha havido redução em ambas as variáveis: de 0,6 ponto percentual no número de unidades locais (de 51,2% para 50,6%), e de 2,9 pontos percentuais no pessoal ocupado assalariado (de 52,1% para 49,2%), conforme mostra a Tabela 24.

Nas Regiões Sul e Nordeste, as participações relativas das unidades locais diminuíram, enquanto as do pessoal ocupado assalariado aumentaram. A Região Sul permaneceu na segunda colocação na participação em número de unidades locais, mesmo com uma redução de 0,2 ponto percentual (de 22,5% para 22,3%),

e na terceira colocação em pessoal ocupado assalariado, que apresentou um incremento de 0,2 ponto percentual (de 17,3% para 17,5%).

A Região Nordeste manteve-se na terceira colocação em número de unidades locais, apesar da redução de 0,3 ponto percentual, passando de 15,7% para 15,4%, e em segundo lugar em pessoal ocupado assalariado, com um avanço de 1,1 ponto percentual, elevando-se de 17,6% para 18,7%.

As Regiões Centro-Oeste e Norte aumentaram suas participações em ambas as variáveis. Na Região Centro-Oeste, registrou-se avanço de 0,8 ponto percentual na participação no número de unidades locais e de 1,0 ponto percentual no pessoal ocupado assalariado; na Região Norte, incremento de 0,2% no número de unidades locais e de 0,6% no pessoal ocupado assalariado. Apesar de tais aumentos, essas regiões permaneceram com as menores participações relativas em ambas variáveis.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2007/2018.

Tabela 24 - Distribuição percentual de unidades locais e pessoal ocupado assalariado, com indicação das respectivas diferenças, segundo as Grandes Regiões - 2007/2018

Grandes Regiões	Unidades locais (%)			Pessoal ocupado assalariado em 31.12 (%)		
	2007	2018	Diferença	2007	2018	Diferença
Norte	3,4	3,6	0,2	5,2	5,8	0,6
Nordeste	15,7	15,4	(-) 0,3	17,6	18,7	1,1
Sudeste	51,2	50,6	(-) 0,6	52,1	49,2	(-) 2,9
Sul	22,5	22,3	(-) 0,2	17,3	17,5	0,2
Centro-Oeste	7,2	8,0	0,8	7,8	8,8	1,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2007/2018.

Conclusões

Os resultados apresentados demonstraram que havia 4,9 milhões de empresas e outras organizações formais ativas no País, que ocuparam 52,2 milhões de pessoas, em 31 de dezembro de 2018, sendo 45,5 milhões assalariadas que receberam R\$ 1,8 trilhão em salários e outras remunerações. Em média, o salário mensal foi R\$ 2 952,87, equivalente a 3,1 salários mínimos.

Na comparação com o ano anterior, houve redução de 1,8% do total de empresas e outras organizações ativas, representando 91,2 mil dessas unidades. O pessoal ocupado total aumentou 0,5%, ou seja, cerca de 278,3 mil pessoas, sendo que o pessoal ocupado assalariado cresceu 0,9% (386,0 mil pessoas), porém os sócios e proprietários diminuíram 1,6% (107,6 mil pessoas). A massa de salários e outras remunerações subiu 0,7%, e o salário médio mensal, 0,2%, em termos reais.

Na análise por atividade econômica, a seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* manteve as maiores parcelas em número de empresas e outras organizações (36,6%), pessoal ocupado total (21,6%) e pessoal ocupado assalariado (19,4%). A maior parcela de salários e outras remunerações foi observada na seção *Administração pública, defesa e seguridade social* (24,5%).

Com relação ao pessoal ocupado assalariado, na comparação com o ano de 2017, a seção *Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* obteve aumento de 6,9%. As maiores perdas de pessoal assalariado aconteceram nas seções *Outras atividades de serviços* (-7,3%)³¹ e *Indústrias de transformação* (-1,2%).

Do aumento total de 386,0 mil pessoas ocupadas assalariadas observado entre 2017 e 2018, as *Atividades administrativas e serviços complementares* foram responsáveis por 33,8%, enquanto *Saúde humana e serviços sociais* tiveram participação de 44,9%, e *Atividades profissionais, científicas e técnicas* (13,6%). *Outras atividades de serviços*³², por sua vez, registraram diminuição de 63,1 mil pessoas ocupadas assalariadas (-16,4%), ao passo que as *Indústrias de transformação* reduziram em 12,2 mil pessoas (-3,2%).

Na análise por porte, há um forte predomínio das empresas e outras organizações com até 9 pessoas ocupadas na estrutura empresarial brasileira (87,3%), contudo as organizações com 250 pessoas ou mais apresentaram as maiores participações em pessoal ocupado total (47,0%), pessoal ocupado assalariado (53,9%) e salários e outras remunerações (68,7%), apesar de compreenderem apenas 0,4% do total das empresas e outras organizações. Na comparação com o ano anterior, as empresas com 50 a 249 pessoas ou mais registraram os maiores aumentos, tanto do número organizações, quanto do pessoal ocupado total e assalariado. Em termos de salários e outras remunerações, as entidades com 250 pessoas ou mais obtiveram o maior crescimento entre as faixas, 1,3%. Enquanto, a faixa 0 a 9 pessoas ocupadas por empresa ou outra organização exibiu redução em todas

³¹ As quatro faixas de pessoal ocupado total utilizadas nesta seção foram construídas a partir das agregações de faixas utilizadas nas tabelas de resultados, da seguinte forma: 0 a 9 pessoas (0 a 4 e 5 a 9); 10 a 49 pessoas (10 a 19, 20 a 29 e 30 a 49); 50 a 249 pessoas (50 a 99 e 100 a 249); e 250 pessoas ou mais (250 a 499 e 500 ou mais). As tabelas de resultados estão disponibilizadas no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=o-que-e>.

³² Utilizou-se o INPC, calculado pelo IBGE, como deflator do total de salários e outras remunerações e do salário médio mensal dos anos de 2007 a 2017, tendo como referência o ano de 2018.

as variáveis em análise. O número de entidades encolheu 2,1%, pessoal ocupado total, -1,4%; pessoal ocupado assalariado, 1,1%, e salários e outras remunerações, 1,0%. Nesse processo de concentração, houve significativa participação do *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* e das *Atividades administrativas e serviços complementares*, exceto para a variável salários e outras remunerações na faixa 250 ou mais, na qual as maiores contribuições foram das *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* e *Administração pública, defesa e seguridade social*.

No recorte por sexo, em 2018, o pessoal ocupado assalariado era composto por 55,4% de homens e por 44,6% de mulheres. Entre 2017 e 2018, houve acréscimo de 0,9% de pessoal ocupado assalariado, sendo de 0,8% no número de mulheres e de 0,9% no número de homens. Houve incremento de assalariados, em ambos os sexos, em 13 das 20 seções da CNAE 2.0.

Na análise por escolaridade, verifica-se que 76,5% do pessoal ocupado assalariado não tinham nível superior, e 23,5% o possuíam. Em comparação com o ano anterior, o pessoal assalariado com nível superior aumentou 4,6%, enquanto o pessoal ocupado sem nível superior permaneceu praticamente estável.

O pessoal ocupado assalariado com nível superior se ampliou em 9 das 20 seções da CNAE 2.0, destacando-se os aumentos observados em *Alojamento e alimentação* (19,1%); *Atividades administrativas e serviços complementares* (16,7%); *Atividades profissionais, científicas e técnicas* (12,6%); e *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* (8,0%).

O salário médio mensal cresceu 0,2%, em termos reais, entre 2017 e 2018. Houve incrementos para as mulheres (0,7%) e redução para os homens (-0,1%). Na abertura por escolaridade, nota-se diminuição do salário médio mensal para as duas categorias. O pessoal com nível superior recebeu, em média, -1,0% e sem nível superior, -0,9%.

A análise das empresas e outras organizações do CEMPRE, segundo a natureza jurídica, evidencia a importância das entidades empresariais, as quais representaram, em 2018, 90,3% desse conjunto; já a participação dos órgãos da administração pública era de apenas 0,4% das empresas e outras organizações; enquanto as entidades sem fins lucrativos, por sua vez, representaram 9,3%.

Por natureza jurídica e atividade econômica, observa-se que as entidades empresariais apresentaram maior diversidade de atividades econômicas, enquanto os órgãos da administração pública e as entidades sem fins lucrativos concentraram-se nas atividades relacionadas aos serviços.

As entidades empresariais absorveram 77,9% do pessoal ocupado assalariado do sexo masculino e 62,6% do sexo feminino; absorveram, também, 78,9% do pessoal ocupado assalariado sem nível superior e 45,6% do pessoal com nível superior.

Em termos regionais, na comparação com o ano anterior, houve, em todas as Grandes Regiões do país, redução do número de unidades locais e elevação do pessoal ocupado total e assalariado e do total de salários e outras remunerações. O número de unidades locais recuou 1,4% (-77,6 mil unidades); o pessoal ocupado total aumentou 0,5% (278,3 mil pessoas); o pessoal ocupado assalariado, 0,9% (386,0 mil pessoas); e o total de salários e outras remunerações, 0,7% (11,8 bilhões), em termos reais, conforme informações apresentadas na Tabela 14.

A análise dos dados entre 2007 e 2018 possibilitou observar transformações importantes na estrutura das organizações produtivas formais brasileiras, no pessoal ocupado assalariado, nos salários e outras remunerações, inclusive em nível regional.

Entre 2007 e 2018, o número de empresas e outras organizações formais brasileiras cresceu 11,7%, passando de 4,4 milhões para 4,9 milhões, o que representa um saldo líquido positivo de 517,5 mil organizações. Entre 2007 e 2013, houve um crescimento contínuo no número de empresas e outras organizações, com um saldo líquido de 971,9 mil organizações. Em 2014, esse número recuou em 288,9 mil organizações. Em 2015, apresentou um pequeno aumento, porém entre 2016 e 2018, o número de organizações novamente recuou em 177,1 mil (64,4 mil em 2016; 21,5 mil em 2017 e 91,2 mil em 2018). O número de organizações formais ativas em 2018 é o menor desde 2010.

O pessoal ocupado aumentou em 8,8 milhões de pessoas assalariadas entre 2007 e 2018, houve um crescimento contínuo entre 2007 e 2014, um ano a mais do que o observado no número de empresas e outras organizações. Nesse período, foram gerados 11,6 milhões novos postos de trabalho assalariados formais. Nos anos de 2015 e 2016, esse movimento se inverteu com a redução total de 3,7 milhões de postos assalariados (1,7 milhão em 2015 e 2,0 milhões em 2016). Em 2017 e em 2018, esse número voltou a crescer, com saldo líquido de 936,7 mil novos postos assalariados formais (550,7 mil em 2017 e 386,0 mil em 2018). O aumento observado nesses dois últimos anos ainda não foi suficiente para compensar as perdas de postos assalariados formais em 2015 e em 2016.

Por atividade econômica, o maior acréscimo em número de empresas e outras organizações ocorreu na seção *Atividades administrativas e serviços complementares*, com um saldo de 146,0 mil organizações, o que corresponde a 28,2% do total, seguida por *Atividades profissionais, científicas e técnicas* e *Saúde humana e serviços sociais*, com saldos de 141,2 mil e 122,3 mil organizações, representando participação relativa de 27,3% e 23,6% no saldo total, respectivamente

Por outro lado, a seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas*, que é a maior em número de empresas e outras organizações, teve seu total de organizações reduzido em 243,0 mil, passando de 2,0 milhões, em 2007, para 1,8 milhão, em 2018.

Essa redução, aliada ao aumento em outras seções da CNAE 2.0, ocasionou um decréscimo de 9,7 pontos percentuais na participação relativa da seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* em número de empresas e outras organizações, passando de 46,0%, em 2007, para 36,3%, em 2018. Destaca-se também a diminuição de 2,8 pontos percentuais em *Outras atividades de serviços*, que decresceu de 7,9% para 5,1%, e de 1,2 ponto percentual nas *Indústrias de transformação*, que passou de 9,0% para 7,8%.

As seções da CNAE 2.0 que se destacaram no aumento de sua participação em número de empresas e outras organizações foram: *Atividades profissionais, científicas e técnicas*, avanço de 2,4 pontos percentuais, passando de 4,1% para 6,5%; *Saúde e serviços sociais* cresceu em 2,3 pontos percentuais, de 2,5% para 4,8%, quase dobrando a sua participação no período; e *Atividades administrativas e serviços complementares* passou de 7,6 % para 9,8%, ou seja, mais 2,2 pontos percentuais.

Assim, as empresas comerciais que representavam quase metade das empresas ativas no País em 2007 mostraram forte queda em sua participação, enquanto as empresas ligadas, principalmente, ao segmento de serviços elevaram a sua participação.

O pessoal ocupado assalariado cresceu 8,8 milhões de pessoas nesse período, passando de 36,7 milhões para 45,5 milhões. Por atividade econômica, em que pese ter

sido a seção de atividade que teve a maior redução em número de empresas e outras organizações, seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* se destacou com mais 2,2 milhões de pessoas assalariadas, seguida de *Educação*, com mais 1,7 milhão, e *Saúde humana e serviços sociais*, com mais 1,6 milhão. Essas três seções responderam pelo saldo de 5,5 milhões de pessoas assalariadas (62,3%).

Na análise por sexo, em 2018, os homens representavam 55,4% do pessoal assalariado e as mulheres 44,6%. Entre 2009 e 2018, a participação masculina recuou e a feminina cresceu em 2,7 pontos percentuais, pois enquanto o pessoal assalariado masculino cresceu 7,8%, o feminino aumentou 20,4%, ou seja, quase o triplo. Do saldo de 5,2 milhões de novos postos de trabalho assalariados no período, 3,4 milhões (65,4%) foram ocupados por mulheres, e 1,8 milhão (34,6%), por homens.

Na análise por nível de escolaridade, verifica-se que o pessoal ocupado assalariado sem nível superior predomina na estrutura produtiva formal brasileira, representando 76,5% do total de assalariados. Contudo, o seu crescimento entre 2009 e 2018 foi da ordem de 3,8%, enquanto o pessoal com nível superior completo subiu 60,9%. Consequentemente, a participação relativa do pessoal assalariado sem nível superior completo recuou, enquanto o pessoal assalariado com nível superior completo cresceu 7,0 pontos percentuais, passando de 16,5% para 23,5%. Do saldo de 4,9 milhões de novos postos assalariados, 3,6 milhões (73,6%) foram ocupados por pessoas com nível superior, e 1,3 milhão (26,4%), por pessoas sem nível superior.

Em termos salariais, entre 2009 e 2018, os valores médios mensais cresceram 13,8%, em termos reais, passando de R\$ 2 594,31 para R\$ 2 952,87 (Tabela 23). As mulheres obtiveram aumentos reais superiores aos dos homens nesse período (17,4% e 12,6%, respectivamente), o que possibilitou a redução da diferença salarial entre homens e mulheres, de 25,0% para 19,8%.

Considerando a escolaridade, constata-se que a evolução salarial dos assalariados sem nível superior foi maior do que a registrada entre aqueles com nível superior (7,4% e -2,0%, respectivamente). Neste caso, também ocorreu redução da diferença salarial entre esses dois grupos: de 223,5% para 195,4%. Mesmo com essa queda, os salários médios mensais pagos ao pessoal ocupado assalariado com nível superior em 2018 foram quase o triplo dos valores pagos àqueles que não possuíam nível superior completo.

O crescimento diferenciado de unidades locais e de pessoal assalariado por Grandes Regiões não alterou significativamente a distribuição regional dessas variáveis no período em análise. A Região Sudeste manteve-se com as maiores participações relativas, embora tenha havido redução em ambas as variáveis: de 0,6 ponto percentual no número de unidades locais (de 51,2% para 50,6%), e de 2,9 pontos percentuais no pessoal ocupado assalariado (de 52,1% para 49,2%).

Referências

AFONSO, J. R.; FAJARDO, B. G. Evolução da taxa de investimentos e a indução pelo setor público. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE, 2015. Acima do título: Nota técnica. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/data/files/EC/54/BF/A5/8DDBC4102526EDA45C28C7A8/NT%20-%20Decomposicao.pdf>. Acesso em: maio 2020.

BATISTA, J. Governo edita MP que prorroga regra de reajuste do salário mínimo até 2019. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, DF, 24 mar. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/453703-governo-edita-mp-que-prorroga-regra-de-reajuste-do-salario-minimo-ate-2019/>. Acesso em: maio 2020.

BRASIL. Lei n. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei n. 12.255, de 15 de junho de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 148, n. 41, 28 fev. 2011a. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12382.htm. Acesso em: maio 2020.

BRASIL. Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis n° 11.774, de 17 de setembro de 2008, n° 11.033, de 21 de dezembro de 2004, n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, n° 10.865, de 30 de abril de 2004, n° 11.508, de 20 de julho de

2007, nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, nº 11.491, de 20 de junho de 2007, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga o art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 148, n. 240, 15 dez. 2011b. Seção 1, p. 3. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12546.htm. Acesso em: maio 2020.

BRASIL. Lei n. 13.152, de 29 de julho de 2015. Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 152, n. 144, 30 jul. 2015. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13152.htm. Acesso em: maio 2020.

CARTA DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 1º trimestre, n. 38, 2018. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32302&Itemid=3. Acesso em: maio 2020.

CARTA IEDI. Indústria: produtividade, custos e investimento 2007-2010. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI, n. 548, 30 nov. 2012. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_548.html. Acesso em: maio 2020.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 2.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 425 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>. Acesso em: maio 2020.

CONTAS nacionais trimestrais: valores a preços correntes. *In*: IBGE. *Sidra*: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2020]. tab. 1846 Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1846>. Acesso em: maio 2020.

DENES, G.; KOMATSU, B. K.; MENEZES-FILHO, N. Uma avaliação dos impactos macroeconômicos e sociais de programas de transferência de renda nos municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, v. 72, n. 3, jul./set. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402018000300292. Acesso em maio 2020.

ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 103 p. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: maio 2020.

IMF primary commodity prices: monthly data. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Research/commodity-prices>. Acesso em: maio 2020.

INDICADORES estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, com indicação do coeficiente de

variação, segundo grupos de idade, sexo e cor ou raça. *In*: SÍNTESE de indicadores sociais 2019: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 40). Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2019/xls/1_Trabalho_xls.zip. Acesso em: maio 2020.

INDICADORES IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes out./dez. 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2018_4tri.pdf. Acesso em: maio 2020.

INDICADORES IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes out./dez. 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2017_4tri.pdf. Acesso em: maio 2020.

INDICADORES IBGE. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Evolucao_Mercado_Trabalho/retrospectiva2003_2015.pdf. Acesso em: maio 2020.

OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, v. 31, n. 89, p. 75-88, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0075.pdf>. Acesso em: mar. 2020.

OREIRO, J. L.; FEIJO, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo: Centro de Economia Política, v.30, n. 2, p. 219-232, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003&lng=en&nrm=is. Acesso em: maio 2020.

PESQUISA ANUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO 2011. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 2013. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=754>. Acesso em: maio 2020.

PESQUISA mensal de emprego. Evolução do emprego com carteira de trabalho assinada 2003-2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Estudos/Evolucao_emprego_carteira_trabalho_assinada.pdf. Acesso em: maio 2020.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua. Nota técnica 02/2016: medidas de subutilização da força de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 8 p. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de

Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: maio 2020.

PORSSE, A. A.; CARVALHO, T. S. Análise do impacto das políticas de (des)oneração da folha de pagamento na economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, v. 73, n. 1, mar. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471402019000100077&lng=en&nrm=iso. Acesso em: maio 2020.

PRONI, M. W.; SILVA, L. O. Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014: projeções superestimadas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Instituto de Economia, 2012. 26 p. (Texto para discussão, n. 211). Disponível em: https://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/122700_TD211_Proni.pdf. Acesso em: maio 2020.

REAL GDP growth: annual percent change. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, 2020. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/WEO_WORLD/CHN/USA/EUQ/BRA/IND. Acesso em: maio 2020.

REFORMA trabalhista completa um ano sob questionamentos e sem desfecho. *Senado notícias*, Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/09/reforma-trabalhista-completa-um-ano-sob-questionamentos-e-sem-desfecho>. Acesso em: maio 2020.

ROCHA, G. A. *economia dos Jogos Rio 2016*: bastidores e primeiros impactos. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2017. (Nota Técnica, n. 37). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8049/1/NT_A%20Economia_2017.pdf. Acesso em: maio 2020.

SALÁRIO mínimo. In: PORTAL Brasil. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>. Acesso: maio 2020.

SÍNTESE de indicadores sociais 2019: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 130 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 40). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: maio 2020 .

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2010-2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Tabelas completas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: maio 2020.

SISTEMA nacional de índices de preços ao consumidor. Série histórica do INPC 2007-2018. In: IBGE. *Sidra*: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro: IBGE, [2020]. tab. 1736. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1736>. Acesso em: maio 2020.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) n. 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013 relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia. *Jornal Oficial da União Européia*, Luxembourg, L 174/1, 26 jun. 2013.

Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:174:0001:0727:PT:PDF>. Acesso em: maio 2020.

VALOR de R\$ 954,00 não recompõe poder de compra do salário mínimo. *Nota técnica*, São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, n. 188, 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec188SalarioMinimo.pdf>. Acesso em: maio 2020.

Anexos

1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

2 - Tabela de Natureza Jurídica 2016

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continua)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
A				AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA
	01			AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS
		01.1		Produção de lavouras temporárias
			01.11-3	Cultivo de cereais
			01.12-1	Cultivo de algodão herbáceo e de outras fibras de lavoura temporária
			01.13-0	Cultivo de cana-de-açúcar
			01.14-8	Cultivo de fumo
			01.15-6	Cultivo de soja
			01.16-4	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja
			01.19-9	Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente
		01.2		Horticultura e floricultura
			01.21-1	Horticultura
			01.22-9	Cultivo de flores e plantas ornamentais
		01.3		Produção de lavouras permanentes
			01.31-8	Cultivo de laranja
			01.32-6	Cultivo de uva
			01.33-4	Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva
			01.34-2	Cultivo de café
			01.35-1	Cultivo de cacau
			01.39-3	Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente
		01.4		Produção de sementes e mudas certificadas
			01.41-5	Produção de sementes certificadas
			01.42-3	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas
		01.5		Pecuária
			01.51-2	Criação de bovinos
			01.52-1	Criação de outros animais de grande porte
			01.53-9	Criação de caprinos e ovinos
			01.54-7	Criação de suínos
			01.55-5	Criação de aves
			01.59-8	Criação de animais não especificados anteriormente
		01.6		Atividades de apoio à agricultura e à pecuária; atividades de pós-colheita
			01.61-0	Atividades de apoio à agricultura
			01.62-8	Atividades de apoio à pecuária
			01.63-6	Atividades de pós-colheita
		01.7		Caça e serviços relacionados
			01.70-9	Caça e serviços relacionados
	02			PRODUÇÃO FLORESTAL
		02.1		Produção florestal - florestas plantadas
			02.10-1	Produção florestal - florestas plantadas
		02.2		Produção florestal - florestas nativas
			02.20-9	Produção florestal - florestas nativas
		02.3		Atividades de apoio à produção florestal
			02.30-6	Atividades de apoio à produção florestal

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
	03			PESCA E AQUICULTURA
		03.1		Pesca
			03.11-6	Pesca em água salgada
			03.12-4	Pesca em água doce
		03.2		Aquicultura
			03.21-3	Aquicultura em água salgada e salobra
			03.22-1	Aquicultura em água doce
B				INDÚSTRIAS EXTRATIVAS
	05			EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL
		05.0		Extração de carvão mineral
			05.00-3	Extração de carvão mineral
	06			EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
		06.0		Extração de petróleo e gás natural
			06.00-0	Extração de petróleo e gás natural
	07			EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS
		07.1		Extração de minério de ferro
			07.10-3	Extração de minério de ferro
		07.2		Extração de minerais metálicos não ferrosos
			07.21-9	Extração de minério de alumínio
			07.22-7	Extração de minério de estanho
			07.23-5	Extração de minério de manganês
			07.24-3	Extração de minério de metais preciosos
			07.25-1	Extração de minerais radioativos
			07.29-4	Extração de minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente
	08			EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS
		08.1		Extração de pedra, areia e argila
			08.10-0	Extração de pedra, areia e argila
		08.9		Extração de outros minerais não metálicos
			08.91-6	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos
			08.92-4	Extração e refino de sal marinho e sal-gema
			08.93-2	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)
			08.99-1	Extração de minerais não metálicos não especificados anteriormente
	09			ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS
		09.1		Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural
			09.10-6	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural
		09.9		Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural
			09.90-4	Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural
C				INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
	10			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
		10.1		Abate e fabricação de produtos de carne
			10.11-2	Abate de reses, exceto suínos
			10.12-1	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais
			10.13-9	Fabricação de produtos de carne

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		10.2		Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado
			10.20-1	Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado
		10.3		Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais
			10.31-7	Fabricação de conservas de frutas
			10.32-5	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais
			10.33-3	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes
		10.4		Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais
			10.41-4	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho
			10.42-2	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho
			10.43-1	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não comestíveis de animais
		10.5		Laticínios
			10.51-1	Preparação do leite
			10.52-0	Fabricação de laticínios
			10.53-8	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis
		10.6		Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais
			10.61-9	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz
			10.62-7	Moagem de trigo e fabricação de derivados
			10.63-5	Fabricação de farinha de mandioca e derivados
			10.64-3	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho
			10.65-1	Fabricação de amidos e féculas de vegetais e de óleos de milho
			10.66-0	Fabricação de alimentos para animais
			10.69-4	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente
		10.7		Fabricação e refino de açúcar
			10.71-6	Fabricação de açúcar em bruto
			10.72-4	Fabricação de açúcar refinado
		10.8		Torrefação e moagem de café
			10.81-3	Torrefação e moagem de café
			10.82-1	Fabricação de produtos à base de café
		10.9		Fabricação de outros produtos alimentícios
			10.91-1	Fabricação de produtos de panificação
			10.92-9	Fabricação de biscoitos e bolachas
			10.93-7	Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos
			10.94-5	Fabricação de massas alimentícias
			10.95-3	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos
			10.96-1	Fabricação de alimentos e pratos prontos
			10.99-6	Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente
	11			FABRICAÇÃO DE BEBIDAS
		11.1		Fabricação de bebidas alcoólicas
			11.11-9	Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas
			11.12-7	Fabricação de vinho
			11.13-5	Fabricação de malte, cervejas e chopes
		11.2		Fabricação de bebidas não alcoólicas
			11.21-6	Fabricação de águas envasadas
			11.22-4	Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
	12			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO
		12.1		Processamento industrial do fumo
			12.10-7	Processamento industrial do fumo
		12.2		Fabricação de produtos do fumo
			12.20-4	Fabricação de produtos do fumo
	13			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS
		13.1		Preparação e fiação de fibras têxteis
			13.11-1	Preparação e fiação de fibras de algodão
			13.12-0	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão
			13.13-8	Fiação de fibras artificiais e sintéticas
			13.14-6	Fabricação de linhas para costurar e bordar
		13.2		Tecelagem, exceto malha
			13.21-9	Tecelagem de fios de algodão
			13.22-7	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão
			13.23-5	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas
		13.3		Fabricação de tecidos de malha
			13.30-8	Fabricação de tecidos de malha
		13.4		Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis
			13.40-5	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis
		13.5		Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário
			13.51-1	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico
			13.52-9	Fabricação de artefatos de tapeçaria
			13.53-7	Fabricação de artefatos de cordoaria
			13.54-5	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos
			13.59-6	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente
	14			CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
		14.1		Confecção de artigos do vestuário e acessórios
			14.11-8	Confecção de roupas íntimas
			14.12-6	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
			14.13-4	Confecção de roupas profissionais
			14.14-2	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção
		14.2		Fabricação de artigos de malharia e tricotagem
			14.21-5	Fabricação de meias
			14.22-3	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias
	15			PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS
		15.1		Curtimento e outras preparações de couro
			15.10-6	Curtimento e outras preparações de couro
		15.2		Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro
			15.21-1	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material
			15.29-7	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente
		15.3		Fabricação de calçados
			15.31-9	Fabricação de calçados de couro

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
			15.32-7	Fabricação de tênis de qualquer material
			15.33-5	Fabricação de calçados de material sintético
			15.39-4	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente
		15.4		Fabricação de partes para calçados, de qualquer material
			15.40-8	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material
16				FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA
		16.1		Desdobramento de madeira
			16.10-2	Desdobramento de madeira
		16.2		Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis
			16.21-8	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada
			16.22-6	Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção
			16.23-4	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira
			16.29-3	Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis
17				FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL
		17.1		Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel
			17.10-9	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel
		17.2		Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão
			17.21-4	Fabricação de papel
			17.22-2	Fabricação de cartolina e papel-cartão
		17.3		Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado
			17.31-1	Fabricação de embalagens de papel
			17.32-0	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão
			17.33-8	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado
		17.4		Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado
			17.41-9	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório
			17.42-7	Fabricação de produtos de papel para usos doméstico e higiênico-sanitário
			17.49-4	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente
18				IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES
		18.1		Atividade de impressão
			18.11-3	Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas
			18.12-1	Impressão de material de segurança
			18.13-0	Impressão de materiais para outros usos
		18.2		Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos
			18.21-1	Serviços de pré-impressão
			18.22-9	Serviços de acabamentos gráficos
		18.3		Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte
			18.30-0	Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte
19				FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS
		19.1		Coquerias
			19.10-1	Coquerias

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		19.2		Fabricação de produtos derivados do petróleo
			19.21-7	Fabricação de produtos do refino de petróleo
			19.22-5	Fabricação de produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino
		19.3		Fabricação de biocombustíveis
			19.31-4	Fabricação de álcool
			19.32-2	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool
20				FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS
		20.1		Fabricação de produtos químicos inorgânicos
			20.11-8	Fabricação de cloro e álcalis
			20.12-6	Fabricação de intermediários para fertilizantes
			20.13-4	Fabricação de adubos e fertilizantes
			20.14-2	Fabricação de gases industriais
			20.19-3	Fabricação de produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente
		20.2		Fabricação de produtos químicos orgânicos
			20.21-5	Fabricação de produtos petroquímicos básicos
			20.22-3	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras
			20.29-1	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente
		20.3		Fabricação de resinas e elastômeros
			20.31-2	Fabricação de resinas termoplásticas
			20.32-1	Fabricação de resinas termofixas
			20.33-9	Fabricação de elastômeros
		20.4		Fabricação de fibras artificiais e sintéticas
			20.40-1	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas
		20.5		Fabricação de defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários
			20.51-7	Fabricação de defensivos agrícolas
			20.52-5	Fabricação de desinfestantes domissanitários
		20.6		Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
			20.61-4	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos
			20.62-2	Fabricação de produtos de limpeza e polimento
			20.63-1	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
		20.7		Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins
			20.71-1	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas
			20.72-0	Fabricação de tintas de impressão
			20.73-8	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins
		20.9		Fabricação de produtos e preparados químicos diversos
			20.91-6	Fabricação de adesivos e selantes
			20.92-4	Fabricação de explosivos
			20.93-2	Fabricação de aditivos de uso industrial
			20.94-1	Fabricação de catalisadores
			20.99-1	Fabricação de produtos químicos não especificados anteriormente
21				FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS
		21.1		Fabricação de produtos farmoquímicos
			21.10-6	Fabricação de produtos farmoquímicos

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		21.2		Fabricação de produtos farmacêuticos
			21.21-1	Fabricação de medicamentos para uso humano
			21.22-0	Fabricação de medicamentos para uso veterinário
			21.23-8	Fabricação de preparações farmacêuticas
	22			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO
		22.1		Fabricação de produtos de borracha
			22.11-1	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar
			22.12-9	Reforma de pneumáticos usados
			22.19-6	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente
		22.2		Fabricação de produtos de material plástico
			22.21-8	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico
			22.22-6	Fabricação de embalagens de material plástico
			22.23-4	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção
			22.29-3	Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente
	23			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS
		23.1		Fabricação de vidro e de produtos do vidro
			23.11-7	Fabricação de vidro plano e de segurança
			23.12-5	Fabricação de embalagens de vidro
			23.19-2	Fabricação de artigos de vidro
		23.2		Fabricação de cimento
			23.20-6	Fabricação de cimento
		23.3		Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes
			23.30-3	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes
		23.4		Fabricação de produtos cerâmicos
			23.41-9	Fabricação de produtos cerâmicos refratários
			23.42-7	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários para uso estrutural na construção
			23.49-4	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados anteriormente
		23.9		Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não metálicos
			23.91-5	Aparelhamento e outros trabalhos em pedras
			23.92-3	Fabricação de cal e gesso
			23.99-1	Fabricação de produtos de minerais não metálicos não especificados anteriormente
	24			METALURGIA
		24.1		Produção de ferro-gusa e de ferroligas
			24.11-3	Produção de ferro-gusa
			24.12-1	Produção de ferroligas
		24.2		Siderurgia
			24.21-1	Produção de semiacabados de aço
			24.22-9	Produção de laminados planos de aço
			24.23-7	Produção de laminados longos de aço
			24.24-5	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço
		24.3		Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura
			24.31-8	Produção de tubos de aço com costura
			24.39-3	Produção de outros tubos de ferro e aço

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		24.4		Metalurgia dos metais não ferrosos
			24.41-5	Metalurgia do alumínio e suas ligas
			24.42-3	Metalurgia dos metais preciosos
			24.43-1	Metalurgia do cobre
			24.49-1	Metalurgia dos metais não ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente
		24.5		Fundição
			24.51-2	Fundição de ferro e aço
			24.52-1	Fundição de metais não ferrosos e suas ligas
25				FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
		25.1		Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada
			25.11-0	Fabricação de estruturas metálicas
			25.12-8	Fabricação de esquadrias de metal
			25.13-6	Fabricação de obras de caldeiraria pesada
		25.2		Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras
			25.21-7	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central
			25.22-5	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos
		25.3		Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais
			25.31-4	Produção de forjados de aço e de metais não ferrosos e suas ligas
			25.32-2	Produção de artefatos estampados de metal; metalurgia do pó
			25.39-0	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais
		25.4		Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas
			25.41-1	Fabricação de artigos de cutelaria
			25.42-0	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
			25.43-8	Fabricação de ferramentas
		25.5		Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições
			25.50-1	Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições
		25.9		Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente
			25.91-8	Fabricação de embalagens metálicas
			25.92-6	Fabricação de produtos de trefilados de metal
			25.93-4	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal
			25.99-3	Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente
26				FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS
		26.1		Fabricação de componentes eletrônicos
			26.10-8	Fabricação de componentes eletrônicos
		26.2		Fabricação de equipamentos de informática e periféricos
			26.21-3	Fabricação de equipamentos de informática
			26.22-1	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática
		26.3		Fabricação de equipamentos de comunicação
			26.31-1	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação
			26.32-9	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação
		26.4		Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo
			26.40-0	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		26.5		Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; cronômetros e relógios
			26.51-5	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle
			26.52-3	Fabricação de cronômetros e relógios
		26.6		Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
			26.60-4	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
		26.7		Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos
			26.70-1	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos
		26.8		Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas
			26.80-9	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas
27				FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS
		27.1		Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos
			27.10-4	Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos
		27.2		Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos
			27.21-0	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores
			27.22-8	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores
		27.3		Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica
			27.31-7	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica
			27.32-5	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo
			27.33-3	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados
		27.4		Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação
			27.40-6	Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação
		27.5		Fabricação de eletrodomésticos
			27.51-1	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico
			27.59-7	Fabricação de aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente
		27.9		Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente
			27.90-2	Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente
28				FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
		28.1		Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão
			28.11-9	Fabricação de motores e turbinas, exceto para aviões e veículos rodoviários
			28.12-7	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
			28.13-5	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes
			28.14-3	Fabricação de compressores
			28.15-1	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais
		28.2		Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral
			28.21-6	Fabricação de aparelhos e equipamentos para instalações térmicas
			28.22-4	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas
			28.23-2	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
			28.24-1	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado
			28.25-9	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental
			28.29-1	Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		28.3		Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária
			28.31-3	Fabricação de tratores agrícolas
			28.32-1	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola
			28.33-0	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação
		28.4		Fabricação de máquinas-ferramenta
			28.40-2	Fabricação de máquinas-ferramenta
		28.5		Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção
			28.51-8	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo
			28.52-6	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo
			28.53-4	Fabricação de tratores, exceto agrícolas
			28.54-2	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores
		28.6		Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico
			28.61-5	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta
			28.62-3	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo
			28.63-1	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil
			28.64-0	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados
			28.65-8	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos
			28.66-6	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico
			28.69-1	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente
	29			FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS
		29.1		Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários
			29.10-7	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários
		29.2		Fabricação de caminhões e ônibus
			29.20-4	Fabricação de caminhões e ônibus
		29.3		Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores
			29.30-1	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores
		29.4		Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores
			29.41-7	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores
			29.42-5	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores
			29.43-3	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores
			29.44-1	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores
			29.45-0	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias
			29.49-2	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente
		29.5		Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores
			29.50-6	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores
	30			FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES
		30.1		Construção de embarcações
			30.11-3	Construção de embarcações e estruturas flutuantes
			30.12-1	Construção de embarcações para esporte e lazer
		30.3		Fabricação de veículos ferroviários
			30.31-8	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes
			30.32-6	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		30.4		Fabricação de aeronaves
			30.41-5	Fabricação de aeronaves
			30.42-3	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves
		30.5		Fabricação de veículos militares de combate
			30.50-4	Fabricação de veículos militares de combate
		30.9		Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente
			30.91-1	Fabricação de motocicletas
			30.92-0	Fabricação de bicicletas e triciclos não motorizados
			30.99-7	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente
31				FABRICAÇÃO DE MÓVEIS
		31.0		Fabricação de móveis
			31.01-2	Fabricação de móveis com predominância de madeira
			31.02-1	Fabricação de móveis com predominância de metal
			31.03-9	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal
			31.04-7	Fabricação de colchões
32				FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS
		32.1		Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes
			32.11-6	Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria
			32.12-4	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes
		32.2		Fabricação de instrumentos musicais
			32.20-5	Fabricação de instrumentos musicais
		32.3		Fabricação de artefatos para pesca e esporte
			32.30-2	Fabricação de artefatos para pesca e esporte
		32.4		Fabricação de brinquedos e jogos recreativos
			32.40-0	Fabricação de brinquedos e jogos recreativos
		32.5		Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos
			32.50-7	Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos
		32.9		Fabricação de produtos diversos
			32.91-4	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras
			32.92-2	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional
			32.99-0	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente
33				MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
		33.1		Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos
			33.11-2	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos
			33.12-1	Manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos e ópticos
			33.13-9	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos elétricos
			33.14-7	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica
			33.15-5	Manutenção e reparação de veículos ferroviários
			33.16-3	Manutenção e reparação de aeronaves
			33.17-1	Manutenção e reparação de embarcações
			33.19-8	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		33.2		Instalação de máquinas e equipamentos
			33.21-0	Instalação de máquinas e equipamentos industriais
			33.29-5	Instalação de equipamentos não especificados anteriormente
D				ELETRICIDADE E GÁS
	35			ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES
		35.1		Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
			35.11-5	Geração de energia elétrica
			35.12-3	Transmissão de energia elétrica
			35.13-1	Comércio atacadista de energia elétrica
			35.14-0	Distribuição de energia elétrica
		35.2		Produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas
			35.20-4	Produção de gás; processamento de gás natural; distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas
		35.3		Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado
			35.30-1	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado
E				ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO
	36			CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
		36.0		Captação, tratamento e distribuição de água
			36.00-6	Captação, tratamento e distribuição de água
	37			ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS
		37.0		Esgoto e atividades relacionadas
			37.01-1	Gestão de redes de esgoto
			37.02-9	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
	38			COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS
		38.1		Coleta de resíduos
			38.11-4	Coleta de resíduos não perigosos
			38.12-2	Coleta de resíduos perigosos
		38.2		Tratamento e disposição de resíduos
			38.21-1	Tratamento e disposição de resíduos não perigosos
			38.22-0	Tratamento e disposição de resíduos perigosos
		38.3		Recuperação de materiais
			38.31-9	Recuperação de materiais metálicos
			38.32-7	Recuperação de materiais plásticos
			38.39-4	Recuperação de materiais não especificados anteriormente
	39			DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS
		39.0		Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos
			39.00-5	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos
F				CONSTRUÇÃO
	41			CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
		41.1		Incorporação de empreendimentos imobiliários
			41.10-7	Incorporação de empreendimentos imobiliários

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		41.2		Construção de edifícios
			41.20-4	Construção de edifícios
	42			OBRAS DE INFRAESTRUTURA
		42.1		Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de arte especiais
			42.11-1	Construção de rodovias e ferrovias
			42.12-0	Construção de obras de arte especiais
			42.13-8	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
		42.2		Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos
			42.21-9	Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações
			42.22-7	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas
			42.23-5	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto
		42.9		Construção de outras obras de infraestrutura
			42.91-0	Obras portuárias, marítimas e fluviais
			42.92-8	Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas
			42.99-5	Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
	43			SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO
		43.1		Demolição e preparação do terreno
			43.11-8	Demolição e preparação de canteiros de obras
			43.12-6	Perfurações e sondagens
			43.13-4	Obras de terraplenagem
			43.19-3	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
		43.2		Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções
			43.21-5	Instalações elétricas
			43.22-3	Instalações hidráulicas, de sistemas de ventilação e refrigeração
			43.29-1	Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
		43.3		Obras de acabamento
			43.30-4	Obras de acabamento
		43.9		Outros serviços especializados para construção
			43.91-6	Obras de fundações
			43.99-1	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
G				COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
	45			COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
		45.1		Comércio de veículos automotores
			45.11-1	Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores
			45.12-9	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores
		45.2		Manutenção e reparação de veículos automotores
			45.20-0	Manutenção e reparação de veículos automotores
		45.3		Comércio de peças e acessórios para veículos automotores
			45.30-7	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		45.4		Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios
			45.41-2	Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios
			45.42-1	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas, peças e acessórios
			45.43-9	Manutenção e reparação de motocicletas
	46			COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
		46.1		Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas
			46.11-7	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos
			46.12-5	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos
			46.13-3	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens
			46.14-1	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
			46.15-0	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico
			46.16-8	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem
			46.17-6	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
			46.18-4	Representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente
			46.19-2	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado
		46.2		Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos
			46.21-4	Comércio atacadista de café em grão
			46.22-2	Comércio atacadista de soja
			46.23-1	Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja
		46.3		Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo
			46.31-1	Comércio atacadista de leite e laticínios
			46.32-0	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas
			46.33-8	Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros
			46.34-6	Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado
			46.35-4	Comércio atacadista de bebidas
			46.36-2	Comércio atacadista de produtos do fumo
			46.37-1	Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
			46.39-7	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
		46.4		Comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar
			46.41-9	Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho
			46.42-7	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios
			46.43-5	Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem
			46.44-3	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário
			46.45-1	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico
			46.46-0	Comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
			46.47-8	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações
			46.49-4	Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		46.5		Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação
			46.51-6	Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática
			46.52-4	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
		46.6		Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação
			46.61-3	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças
			46.62-1	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças
			46.63-0	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças
			46.64-8	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
			46.65-6	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças
			46.69-9	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
		46.7		Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção
			46.71-1	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
			46.72-9	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
			46.73-7	Comércio atacadista de material elétrico
			46.74-5	Comércio atacadista de cimento
			46.79-6	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral
		46.8		Comércio atacadista especializado em outros produtos
			46.81-8	Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP
			46.82-6	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
			46.83-4	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
			46.84-2	Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos
			46.85-1	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção
			46.86-9	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto e de embalagens
			46.87-7	Comércio atacadista de resíduos e sucatas
			46.89-3	Comércio atacadista especializado de outros produtos intermediários não especificados anteriormente
		46.9		Comércio atacadista não especializado
			46.91-5	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios
			46.92-3	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários
			46.93-1	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários
47				COMÉRCIO VAREJISTA
		47.1		Comércio varejista não especializado
			47.11-3	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados
			47.12-1	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
			47.13-0	Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		47.2		Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo
			47.21-1	Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes
			47.22-9	Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias
			47.23-7	Comércio varejista de bebidas
			47.24-5	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
			47.29-6	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; produtos do fumo
		47.3		Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
			47.31-8	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
			47.32-6	Comércio varejista de lubrificantes
		47.4		Comércio varejista de material de construção
			47.41-5	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
			47.42-3	Comércio varejista de material elétrico
			47.43-1	Comércio varejista de vidros
			47.44-0	Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção
		47.5		Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico
			47.51-2	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
			47.52-1	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
			47.53-9	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
			47.54-7	Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação
			47.55-5	Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho
			47.56-3	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
			47.57-1	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
			47.59-8	Comércio varejista de artigos de uso doméstico não especificados anteriormente
		47.6		Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos
			47.61-0	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria
			47.62-8	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
			47.63-6	Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos
		47.7		Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos
			47.71-7	Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário
			47.72-5	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
			47.73-3	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
			47.74-1	Comércio varejista de artigos de óptica
		47.8		Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados
			47.81-4	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
			47.82-2	Comércio varejista de calçados e artigos de viagem
			47.83-1	Comércio varejista de jóias e relógios
			47.84-9	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
			47.85-7	Comércio varejista de artigos usados
			47.89-0	Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		47.9		Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista
			47.90-3	Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista
H				TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO
	49			TRANSPORTE TERRESTRE
		49.1		Transporte ferroviário e metroferroviário
			49.11-6	Transporte ferroviário de carga
			49.12-4	Transporte metroferroviário de passageiros
		49.2		Transporte rodoviário de passageiros
			49.21-3	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana
			49.22-1	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional
			49.23-0	Transporte rodoviário de táxi
			49.24-8	Transporte escolar
			49.29-9	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente
		49.3		Transporte rodoviário de carga
			49.30-2	Transporte rodoviário de carga
		49.4		Transporte dutoviário
			49.40-0	Transporte dutoviário
		49.5		Trens turísticos, teleféricos e similares
			49.50-7	Trens turísticos, teleféricos e similares
	50			TRANSPORTE AQUAVIÁRIO
		50.1		Transporte marítimo de cabotagem e longo curso
			50.11-4	Transporte marítimo de cabotagem
			50.12-2	Transporte marítimo de longo curso
		50.2		Transporte por navegação interior
			50.21-1	Transporte por navegação interior de carga
			50.22-0	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares
		50.3		Navegação de apoio
			50.30-1	Navegação de apoio
		50.9		Outros transportes aquaviários
			50.91-2	Transporte por navegação de travessia
			50.99-8	Transportes aquaviários não especificados anteriormente
	51			TRANSPORTE AÉREO
		51.1		Transporte aéreo de passageiros
			51.11-1	Transporte aéreo de passageiros regular
			51.12-9	Transporte aéreo de passageiros não regular
		51.2		Transporte aéreo de carga
			51.20-0	Transporte aéreo de carga
		51.3		Transporte espacial
			51.30-7	Transporte espacial

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
	52			ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES
		52.1		Armazenamento, carga e descarga
			52.11-7	Armazenamento
			52.12-5	Carga e descarga
		52.2		Atividades auxiliares dos transportes terrestres
			52.21-4	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados
			52.22-2	Terminais rodoviários e ferroviários
			52.23-1	Estacionamento de veículos
			52.29-0	Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente
		52.3		Atividades auxiliares dos transportes aquaviários
			52.31-1	Gestão de portos e terminais
			52.32-0	Atividades de agenciamento marítimo
			52.39-7	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente
		52.4		Atividades auxiliares dos transportes aéreos
			52.40-1	Atividades auxiliares dos transportes aéreos
		52.5		Atividades relacionadas à organização do transporte de carga
			52.50-8	Atividades relacionadas à organização do transporte de carga
	53			CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA
		53.1		Atividades de Correio
			53.10-5	Atividades de Correio
		53.2		Atividades de malote e de entrega
			53.20-2	Atividades de malote e de entrega
I				ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO
	55			ALOJAMENTO
		55.1		Hotéis e similares
			55.10-8	Hotéis e similares
		55.9		Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente
			55.90-6	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente
	56			ALIMENTAÇÃO
		56.1		Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas
			56.11-2	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas
			56.12-1	Serviços ambulantes de alimentação
		56.2		Serviços de <i>catering</i>, bufê e outros serviços de comida preparada
			56.20-1	Serviços de <i>catering</i> , bufê e outros serviços de comida preparada
J				INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
	58			EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO
		58.1		Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição
			58.11-5	Edição de livros
			58.12-3	Edição de jornais
			58.13-1	Edição de revistas
			58.19-1	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		58.2		Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações
			58.21-2	Edição integrada à impressão de livros
			58.22-1	Edição integrada à impressão de jornais
			58.23-9	Edição integrada à impressão de revistas
			58.29-8	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos
59				ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA
		59.1		Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão
			59.11-1	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão
			59.12-0	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão
			59.13-8	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão
			59.14-6	Atividades de exibição cinematográfica
		59.2		Atividades de gravação de som e de edição de música
			59.20-1	Atividades de gravação de som e de edição de música
60				ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO
		60.1		Atividades de rádio
			60.10-1	Atividades de rádio
		60.2		Atividades de televisão
			60.21-7	Atividades de televisão aberta
			60.22-5	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura
61				TELECOMUNICAÇÕES
		61.1		Telecomunicações por fio
			61.10-8	Telecomunicações por fio
		61.2		Telecomunicações sem fio
			61.20-5	Telecomunicações sem fio
		61.3		Telecomunicações por satélite
			61.30-2	Telecomunicações por satélite
		61.4		Operadoras de televisão por assinatura
			61.41-8	Operadoras de televisão por assinatura por cabo
			61.42-6	Operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas
			61.43-4	Operadoras de televisão por assinatura por satélite
		61.9		Outras atividades de telecomunicações
			61.90-6	Outras atividades de telecomunicações
62				ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
		62.0		Atividades dos serviços de tecnologia da informação
			62.01-5	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
			62.02-3	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
			62.03-1	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis
			62.04-0	Consultoria em tecnologia da informação
			62.09-1	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
63				ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO
		63.1		Tratamento de dados, hospedagem na Internet e outras atividades relacionadas
			63.11-9	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na Internet
			63.19-4	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		63.9		Outras atividades de prestação de serviços de informação
			63.91-7	Agências de notícias
			63.99-2	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
K				ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS
	64			ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS
		64.1		Banco Central
			64.10-7	Banco Central
		64.2		Intermediação monetária - depósitos à vista
			64.21-2	Bancos comerciais
			64.22-1	Bancos múltiplos, com carteira comercial
			64.23-9	Caixas econômicas
			64.24-7	Crédito cooperativo
		64.3		Intermediação não monetária - outros instrumentos de captação
			64.31-0	Bancos múltiplos, sem carteira comercial
			64.32-8	Bancos de investimento
			64.33-6	Bancos de desenvolvimento
			64.34-4	Agências de fomento
			64.35-2	Crédito imobiliário
			64.36-1	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras
			64.37-9	Sociedades de crédito ao microempreendedor
			64.38-7	Bancos de câmbio e outras instituições de intermediação não monetária
		64.4		Arrendamento mercantil
			64.40-9	Arrendamento mercantil
		64.5		Sociedades de capitalização
			64.50-6	Sociedades de capitalização
		64.6		Atividades de sociedades de participação
			64.61-1	Holdings de instituições financeiras
			64.62-0	Holdings de instituições não financeiras
			64.63-8	Outras sociedades de participação, exceto <i>holdings</i>
		64.7		Fundos de investimento
			64.70-1	Fundos de investimento
		64.9		Atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente
			64.91-3	Sociedades de fomento mercantil - <i>factoring</i>
			64.92-1	Securitização de créditos
			64.93-0	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos
			64.99-9	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente
	65			SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE
		65.1		Seguros de vida e não vida
			65.11-1	Seguros de vida
			65.12-0	Seguros não vida

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		65.2		Seguros-saúde
			65.20-1	Seguros-saúde
		65.3		Resseguros
			65.30-8	Resseguros
		65.4		Previdência complementar
			65.41-3	Previdência complementar fechada
			65.42-1	Previdência complementar aberta
		65.5		Planos de saúde
			65.50-2	Planos de saúde
	66			ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE
		66.1		Atividades auxiliares dos serviços financeiros
			66.11-8	Administração de bolsas e mercados de balcão organizados
			66.12-6	Atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias
			66.13-4	Administração de cartões de crédito
			66.19-3	Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente
		66.2		Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde
			66.21-5	Avaliação de riscos e perdas
			66.22-3	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde
			66.29-1	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente
		66.3		Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão
			66.30-4	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão
L				ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
	68			ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
		68.1		Atividades imobiliárias de imóveis próprios
			68.10-2	Atividades imobiliárias de imóveis próprios
		68.2		Atividades imobiliárias por contrato ou comissão
			68.21-8	Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis
			68.22-6	Gestão e administração da propriedade imobiliária
M				ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
	69			ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA
		69.1		Atividades jurídicas
			69.11-7	Atividades jurídicas, exceto cartórios
			69.12-5	Cartórios
		69.2		Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária
			69.20-6	Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária
	70			ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL
		70.1		Sedes de empresas e unidades administrativas locais
			70.10-7	Sedes de empresas e unidades administrativas locais

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		70.2		Atividades de consultoria em gestão empresarial
			70.20-4	Atividades de consultoria em gestão empresarial
71				SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS
		71.1		Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas
			71.11-1	Serviços de arquitetura
			71.12-0	Serviços de engenharia
			71.19-7	Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia
		71.2		Testes e análises técnicas
			71.20-1	Testes e análises técnicas
72				PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
		72.1		Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais
			72.10-0	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais
		72.2		Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas
			72.20-7	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas
73				PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO
		73.1		Publicidade
			73.11-4	Agências de publicidade
			73.12-2	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação
			73.19-0	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente
		73.2		Pesquisas de mercado e de opinião pública
			73.20-3	Pesquisas de mercado e de opinião pública
74				OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
		74.1		Design e decoração de interiores
			74.10-2	Design e decoração de interiores
		74.2		Atividades fotográficas e similares
			74.20-0	Atividades fotográficas e similares
		74.9		Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
			74.90-1	Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
75				ATIVIDADES VETERINÁRIAS
		75.0		Atividades veterinárias
			75.00-1	Atividades veterinárias
N				ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES
	77			ALUGUÉIS NÃO IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO FINANCEIROS
		77.1		Locação de meios de transporte sem condutor
			77.11-0	Locação de automóveis sem condutor
			77.19-5	Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor
		77.2		Aluguel de objetos pessoais e domésticos
			77.21-7	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
			77.22-5	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares
			77.23-3	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios
			77.29-2	Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		77.3		Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador
			77.31-4	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
			77.32-2	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador
			77.33-1	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório
			77.39-0	Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente
		77.4		Gestão de ativos intangíveis não financeiros
			77.40-3	Gestão de ativos intangíveis não financeiros
78				SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA
		78.1		Seleção e agenciamento de mão de obra
			78.10-8	Seleção e agenciamento de mão de obra
		78.2		Locação de mão de obra temporária
			78.20-5	Locação de mão de obra temporária
		78.3		Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
			78.30-2	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
79				AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS
		79.1		Agências de viagens e operadores turísticos
			79.11-2	Agências de viagens
			79.12-1	Operadores turísticos
		79.9		Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
			79.90-2	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
80				ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO
		80.1		Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores
			80.11-1	Atividades de vigilância e segurança privada
			80.12-9	Atividades de transporte de valores
		80.2		Atividades de monitoramento de sistemas de segurança
			80.20-0	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança
		80.3		Atividades de investigação particular
			80.30-7	Atividades de investigação particular
81				SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
		81.1		Serviços combinados para apoio a edifícios
			81.11-7	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
			81.12-5	Condomínios prediais
		81.2		Atividades de limpeza
			81.21-4	Limpeza em prédios e em domicílios
			81.22-2	Imunização e controle de pragas urbanas
			81.29-0	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
		81.3		Atividades paisagísticas
			81.30-3	Atividades paisagísticas
82				SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS
		82.1		Serviços de escritório e apoio administrativo
			82.11-3	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
			82.19-9	Fotocópias, preparação de documentos e outros serviços especializados de apoio administrativo
		82.2		Atividades de teleatendimento
			82.20-2	Atividades de teleatendimento
		82.3		Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos
			82.30-0	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		82.9		Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas
			82.91-1	Atividades de cobrança e informações cadastrais
			82.92-0	Envasamento e empacotamento sob contrato
			82.99-7	Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
O				ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL
	84			ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL
		84.1		Administração do estado e da política econômica e social
			84.11-6	Administração pública em geral
			84.12-4	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais
			84.13-2	Regulação das atividades econômicas
		84.2		Serviços coletivos prestados pela administração pública
			84.21-3	Relações exteriores
			84.22-1	Defesa
			84.23-0	Justiça
			84.24-8	Segurança e ordem pública
			84.25-6	Defesa Civil
		84.3		Seguridade social obrigatória
			84.30-2	Seguridade social obrigatória
P				EDUCAÇÃO
	85			EDUCAÇÃO
		85.1		Educação infantil e ensino fundamental
			85.11-2	Educação infantil - creche
			85.12-1	Educação infantil - pré-escola
			85.13-9	Ensino fundamental
		85.2		Ensino médio
			85.20-1	Ensino médio
		85.3		Educação superior
			85.31-7	Educação superior - graduação
			85.32-5	Educação superior - graduação e pós-graduação
			85.33-3	Educação superior - pós-graduação e extensão
		85.4		Educação profissional de nível técnico e tecnológico
			85.41-4	Educação profissional de nível técnico
			85.42-2	Educação profissional de nível tecnológico
		85.5		Atividades de apoio à educação
			85.50-3	Atividades de apoio à educação
		85.9		Outras atividades de ensino
			85.91-1	Ensino de esportes
			85.92-9	Ensino de arte e cultura
			85.93-7	Ensino de idiomas
			85.99-6	Atividades de ensino não especificadas anteriormente
Q				SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS
	86			ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA
		86.1		Atividades de atendimento hospitalar
			86.10-1	Atividades de atendimento hospitalar

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(continuação)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
		86.2		Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes
			86.21-6	Serviços móveis de atendimento a urgências
			86.22-4	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências
		86.3		Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos
			86.30-5	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos
		86.4		Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica
			86.40-2	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica
		86.5		Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos
			86.50-0	Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos
		86.6		Atividades de apoio à gestão de saúde
			86.60-7	Atividades de apoio à gestão de saúde
		86.9		Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente
			86.90-9	Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente
87				ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES
		87.1		Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infraestrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares
			87.11-5	Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares
			87.12-3	Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio
		87.2		Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química
			87.20-4	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química
		87.3		Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares
			87.30-1	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares
88				SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO
		88.0		Serviços de assistência social sem alojamento
			88.00-6	Serviços de assistência social sem alojamento
R				ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO
		90		ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS
		90.0		Atividades artísticas, criativas e de espetáculos
			90.01-9	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares
			90.02-7	Criação artística
			90.03-5	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas
		91		ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL
		91.0		Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental
			91.01-5	Atividades de bibliotecas e arquivos
			91.02-3	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares
			91.03-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental
		92		ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS
		92.0		Atividades de exploração de jogos de azar e apostas
			92.00-3	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas
		93		ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER
		93.1		Atividades esportivas
			93.11-5	Gestão de instalações de esportes
			93.12-3	Clubes sociais, esportivos e similares

Anexo 1 - Estrutura detalhada da CNAE 2.0: códigos e denominações

(conclusão)

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
			93.13-1	Atividades de condicionamento físico
			93.19-1	Atividades esportivas não especificadas anteriormente
		93.2		Atividades de recreação e lazer
			93.21-2	Parques de diversão e parques temáticos
			93.29-8	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
S				OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
	94			ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS
		94.1		Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais
			94.11-1	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais
			94.12-0	Atividades de organizações associativas profissionais
		94.2		Atividades de organizações sindicais
			94.20-1	Atividades de organizações sindicais
		94.3		Atividades de associações de defesa de direitos sociais
			94.30-8	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
		94.9		Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente
			94.91-0	Atividades de organizações religiosas
			94.92-8	Atividades de organizações políticas
			94.93-6	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
			94.99-5	Atividades associativas não especificadas anteriormente
	95			REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS
		95.1		Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação
			95.11-8	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
			95.12-6	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação
		95.2		Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos
			95.21-5	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
			95.29-1	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente
	96			OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS
		96.0		Outras atividades de serviços pessoais
			96.01-7	Lavanderias, tinturarias e toalheiros
			96.02-5	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza
			96.03-3	Atividades funerárias e serviços relacionados
			96.09-2	Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente
T				SERVIÇOS DOMÉSTICOS
	97			SERVIÇOS DOMÉSTICOS
		97.0		Serviços domésticos
			97.00-5	Serviços domésticos
U				ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS
	99			ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS
		99.0		Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
			99.00-8	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

**Anexo 2 - Tabela de Natureza Jurídica 2016
Atualizada pela Resolução CONCLA n. 01, de 28 .04.2016**

(continua)

Código	Descrição
1. Administração Pública	
101-5	Órgão Público do Poder Executivo Federal
102-3	Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal
103-1	Órgão Público do Poder Executivo Municipal
104-0	Órgão Público do Poder Legislativo Federal
105-8	Órgão Público do Poder Legislativo Estadual ou do Distrito Federal
106-6	Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
107-4	Órgão Público do Poder Judiciário Federal
108-2	Órgão Público do Poder Judiciário Estadual
110-4	Autarquia Federal
111-2	Autarquia Estadual ou do Distrito Federal
112-0	Autarquia Municipal
113-9	Fundação Pública de Direito Público Federal
114-7	Fundação Pública de Direito Público Estadual ou do Distrito Federal
115-5	Fundação Pública de Direito Público Municipal
116-3	Órgão Público Autônomo Federal
117-1	Órgão Público Autônomo Estadual ou do Distrito Federal
118-0	Órgão Público Autônomo Municipal
119-8	Comissão Polinacional
120-1	Fundo Público
121-0	Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública)
122-8	Consórcio Público de Direito Privado
123-6	Estado ou Distrito Federal
124-4	Município
125-2	Fundação Pública de Direito Privado Federal
126-0	Fundação Pública de Direito Privado Estadual ou do Distrito Federal
127-9	Fundação Pública de Direito Privado Municipal
2. Entidades Empresariais	
201-1	Empresa Pública
203-8	Sociedade de Economia Mista
204-6	Sociedade Anônima Aberta
205-4	Sociedade Anônima Fechada
206-2	Sociedade Empresária Limitada
207-0	Sociedade Empresária em Nome Coletivo
208-9	Sociedade Empresária em Comandita Simples
209-7	Sociedade Empresária em Comandita por Ações
212-7	Sociedade em Conta de Participação
213-5	Empresário (Individual)
214-3	Cooperativa
215-1	Consórcio de Sociedades
216-0	Grupo de Sociedades
217-8	Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira
219-4	Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira
221-6	Empresa Domiciliada no Exterior
222-4	Clube/Fundo de Investimento
223-2	Sociedade Simples Pura
224-0	Sociedade Simples Limitada

**Anexo 2 - Tabela de Natureza Jurídica 2016
Atualizada pela Resolução CONCLA n. 01, de 28 .04.2016**

(conclusão)

Código	Descrição
2. Entidades Empresariais	
225-9	Sociedade Simples em Nome Coletivo
226-7	Sociedade Simples em Comandita Simples
227-5	Empresa Binacional
228-3	Consórcio de Empregadores
229-1	Consórcio Simples
230-5	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)
231-3	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)
232-1	Sociedade Unipessoal de Advogados
233-0	Cooperativas de Consumo
3. Entidades sem Fins Lucrativos	
303-4	Serviço Notarial e Registral (Cartório)
306-9	Fundação Privada
307-7	Serviço Social Autônomo
308-5	Condomínio Edifício
310-7	Comissão de Conciliação Prévia
311-5	Entidade de Mediação e Arbitragem
313-1	Entidade Sindical
320-4	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras
321-2	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior
322-0	Organização Religiosa
323-9	Comunidade Indígena
324-7	Fundo Privado
325-5	Órgão de Direção Nacional de Partido Político
326-3	Órgão de Direção Regional de Partido Político
327-1	Órgão de Direção Local de Partido Político
328-0	Comitê Financeiro de Partido Político
329-8	Frente Plebiscitária ou Referendária
330-1	Organização Social (OS)
331-0	Demais Condomínios
399-9	Associação Privada
4. Pessoas Físicas	
401-4	Empresa Individual Imobiliária
402-2	Segurado Especial
408-1	Contribuinte individual
409-0	Candidato a Cargo Político Eletivo
411-1	Leiloeiro
412-0	Produtor Rural (Pessoa Física)
5. Organizações Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	
501-0	Organização Internacional
502-9	Representação Diplomática Estrangeira
503-7	Outras Instituições Extraterritoriais

Glossário

ano de fundação Ano de fundação das empresas e outras organizações consoante a sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

empresa Entidade empresarial com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal, estabelecida no País.

empresas e outras organizações atuantes Empresas e outras organizações que atuam no município com pelo menos uma unidade local.

empresa diversificada Empresa que opera em mais de uma unidade local, em diferentes Unidades da Federação (diversificação espacial) ou em mais de um grupo (três dígitos) de atividades da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0 (diversificação de atividades). Considera-se diversificação mista quando ocorre simultaneamente a diversificação espacial e de atividades. Na avaliação, são consideradas apenas as empresas classificadas nas divisões 05 a 33 (Indústria); 35 a 39 (Produção e distribuição de eletricidade, gás e água); 41 a 43 (Construção); 45 a 47 (Comércio); e 49 a 82 e 90 a 96 (Serviços) da CNAE 2.0.

empresa não diversificada Empresa que, apesar de atuar em mais de uma unidade local, concentra suas atividades em uma única Unidade da Federação e em um único grupo (três dígitos) de atividades da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

indicadores de concentração do pessoal ocupado Razão entre o total de pessoas ocupadas das quatro (CR4), oito (CR8) e 12 (CR12) maiores empresas e o total de pessoas ocupadas em cada nível de agregação considerado, expressa em valor percentual. Na avaliação, são consideradas apenas as empresas classificadas nas divisões 05

a 33 (Indústria); 35 a 39 (Produção e distribuição de eletricidade, gás e água); 41 a 43 (Construção); 45 a 47 (Comércio); e 49 a 82 e 90 a 96 (Serviços) da CNAE 2.0.

indicadores de diversificação espacial e de atividades *Ver em* empresa diversificada, empresa não diversificada.

natureza jurídica Identificação jurídico-institucional das entidades públicas e privadas.

organização Pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal, compreendendo entidades empresariais, órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos.

peçoal ocupado assalariado Pessoas efetivamente ocupadas em 31.12 do ano de referência do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, incluindo pessoas com vínculo empregatício formal, assim como aquelas sem vínculo formal, como membros da família e cooperativados com atividade na unidade. Para a conceituação de peçoal ocupado assalariado médio, consultar o tópico "Critérios para atribuição de valores de peçoal assalariado médio e de salário médio mensal", na seção **Notas técnicas**.

peçoal ocupado total Pessoas efetivamente ocupadas em 31.12 do ano de referência do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, incluindo pessoas assalariadas com e sem vínculo empregatício, bem como proprietários e sócios com atividade na unidade.

salário médio mensal Razão entre o total de salários e outras remunerações do ano de referência e o número médio de pessoas assalariadas em atividade no ano, dividida por 13 meses.

salário médio mensal em salários mínimos Salário médio mensal expresso em termos do valor médio mensal do salário mínimo médio mensal do ano de referência.

salário mínimo mensal médio Valor médio do salário mínimo no ano, calculado a partir da soma dos valores do salário mínimo no ano, dividida por 13. Em 2018, o valor do salário mínimo mensal médio foi R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

salários e outras remunerações Importâncias pagas no ano, a título de salários fixos, honorários, comissões, ajudas de custo, 13º salário, abono financeiro de $\frac{1}{3}$ das férias, participações nos lucros, entre outras, às pessoas assalariadas com vínculo empregatício, sem dedução das parcelas correspondentes às cotas de previdência e assistência social (IAPAS/INSS) ou de consignação de interesse dos empregados (aluguel de casa, conta de cooperativa etc.).

unidade local Endereço de atuação da empresa ou outra organização que ocupa, geralmente, uma área contínua na qual são desenvolvidas uma ou mais atividades econômicas, identificado pelo número de ordem (sufixo) da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal. São consideradas as unidades locais estabelecidas no País.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Cadastro e Classificações

Francisco de Souza Marta

Gerência de Classificação

Breno Augusto Campolina Barbosa

Gerência de Análise, Crítica e Disseminação

Adriane Gonzalez Rodrigues D'Almeida

Gerência de Cadastros de Empresas

Vinicius Mendonça Fonseca

Gerência de Infraestrutura

Fabiano da Silva Giovanini

Gerência de Novas Tecnologias

Augusto Cesar Fadel

Supervisão da pesquisa SIMCAD

Breno Augusto Campolina Barbosa

Daniel de Almeida

Eliseu Marques Ferreira de Oliveira

Elon Martins de Sá

Francisco de Souza Marta

Gabriela Tavares da Silva

Pedro Paes Martins de Albuquerque

Planejamento da montagem da base de dados 2018

Adriane Gonzalez Rodrigues D'Almeida

Bruno Pereira Palma

Carlos Alberto Mendonça dos Santos

Elon Martins de Sá

Fabiano da Silva Giovanini
Gustavo Alexandre Nogueira da Costa
Vinícius Mendonça Fonseca

Crítica dos microdados

Adriane Gonzalez Rodrigues D Almeida
Augusto Cesar Fadel
Breno Augusto Campolina Barbosa
Bruno Pereira Palma
Carlos Alberto Mendonça dos Santos
Clician do Couto Oliveira
Gustavo Alexandre Nogueira da Costa
Matheus Nascimento da Silva Alonso
Thiego Gonçalves Ferreira
Vinícius Mendonça Fonseca

Crítica de dados agregados

Adriane Gonzalez Rodrigues D Almeida
Carlos Alberto Mendonça dos Santos
Clician do Couto Oliveira
Francisco de Souza Marta
Matheus Nascimento da Silva Alonso
Thiego Gonçalves Ferreira

Elaboração do texto introdutório e das notas metodológicas

Adriane Gonzalez Rodrigues D'Almeida
Clician do Couto Oliveira
Denise Guichard Freire
Francisco de Souza Marta
Katia Cilene Medeiros de Carvalho

Plano tabular

Elon Martins de Sá
Marcelo Sterental Altschuller
Matheus Nascimento da Silva Alonso
Telma Tompson
Thiego Gonçalves Ferreira

Análise dos resultados

Clician do Couto Oliveira
Denise Guichard Freire
Katia Cilene Medeiros de Carvalho

Revisão dos originais

Adriane Gonzalez Rodrigues D'Almeida
Carlos Alberto Mendonça dos Santos
Clician do Couto Oliveira
Denise Guichard Freire
Katia Cilene Medeiros de Carvalho
Thiego Gonçalves Ferreira

Suporte administrativo

Maria Inês Teixeira de Oliveira
Roberto Correia de Araújo

Diretoria de Informática

Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas

Claudio Mariano Fernandes

Gerência de Sistemas Econômicos

Beatriz Alves de Maria Leite

Fabricio Avila De Queiroz

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marisa Sigolo

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Leonardo Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Lucas Monçores

Márcia do Rosário Brauns

Diagramação textual

Alberto Guedes da Fontoura Neto

Programação visual

Fernanda Jardim

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Marisa Sigolo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental

Aline Loureiro de Souza

Ana Raquel Gomes da Silva

Isabella Carolina do Nascimento Pinto

Juliana da Silva Gomes

Lioara Mandoju

Nádia Bernuci dos Santos

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Newton Malta de Souza Marques

Impressão e acabamento

Helvio Rodrigues Soares Filho

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

ESTATÍSTICAS DO CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS

2 0 1 8

O Cadastro Central de Empresas - CEMPRES constitui um importante acervo de dados sobre o universo das empresas e outras organizações formais e suas respectivas unidades locais existentes no Brasil, reunindo informações cadastrais e econômicas oriundas de pesquisas anuais do IBGE nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, bem como registros administrativos do Ministério do Trabalho, como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

Esta publicação traz comentários analíticos sobre as estatísticas desse universo relativas a 2018, segundo atividade econômica, natureza jurídica, porte e distribuição geográfica, destacando-se a participação do pessoal ocupado assalariado por sexo e nível de escolaridade. A análise dos resultados apresenta o cenário macroeconômico no ano de referência, bem como um panorama geral das empresas e outras organizações ativas e suas variáveis econômicas, como pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e salários médios mensais. A análise regional fornece informações sobre as unidades locais e suas variáveis econômicas, com o objetivo de mostrar a distribuição geográfica das organizações no território brasileiro. Os resultados foram confrontados com aqueles observados em 2017, contemplando-se, ainda, sua evolução entre 2007 e 2018 para ilustrar as modificações ocorridas no período. A publicação inclui notas técnicas com considerações metodológicas sobre o CEMPRES e glossário com a conceituação da terminologia utilizada.

As informações ora divulgadas também podem ser acessadas no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza também o plano tabular completo das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2018 em níveis detalhados da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0 e nos diferentes níveis geográficos abrangidos pelas Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios.



ISBN 978-65-87201-06-1



9 786587 201061